

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLITICA

**HIDRELETRICA DE BALBINA:  
UM FATO CONSUMADO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais da Universidade Federal de Santa  
Catarina, para obtenção do Grau de Mestre  
em Sociologia Política.

JOSE LAURO THOME



0.208.764-8

UFSC-BU

FLORIANOPOLIS, MAIO DE 1993.

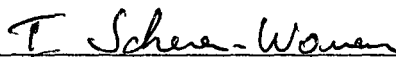
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM CIENCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLITICA

**HIDRELETRICA DE BALBINA:**

**UM FATO CONSUMADO**

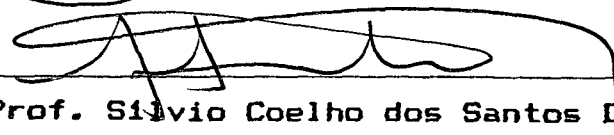
JOSE LAURO THOME

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos professores



\_\_\_\_\_  
Profa. Ilse Scherer-Warren Dra.  
ORIENTADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Paulo J. Krischke Dr.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Sívio Coelho dos Santos Dr.

*Para Julinho*

## RESUMO

A usina hidrelétrica de Balbina, localizada no Estado do Amazonas, teve seus primeiros indícios no início da década de 70 e entrou efetivamente em funcionamento em 1989.

Este estudo dimensiona a obra integrante do Plano Desenvolvidor do regime implantado no Brasil em 1964 quando o Estado foi reaparelhado e dois aspectos adquiriram proporções relevantes: o crescimento do setor público, com ampla penetração na sociedade, e o privilegiamento dos planejadores burocratas do Estado, verdadeiros direcionadores dos rumos do País.

A integração da Amazônia ao território nacional foi uma das principais metas do regime implantado. A instalação dos "Grandes Projetos" na região foi considerada o principal meio para viabilizar o objetivo. A usina hidrelétrica de Balbina é parte desse plano. Os impactos do projeto tomaram proporções assustadoramente negativas, como, mínima capacidade de gerar energia, por área florestal destruída e invasão de territórios indígenas.

Os impactos provocaram protestos de organismos nacionais e internacionais de diferentes matizes. A persistência dos planejadores da empresa estatal empreendedora, imbuída de autonomia nas suas decisões, se coligam interesses de forças sociais e políticas locais. Essa junção consegue transpor limitações técnicas e ignorar críticas e protestos e concretizar Balbina como mais um "Grande Projeto" na Amazônia.

## ABSTRACT

Work on the Hydroelectric Plant at Balbina in the State of Amazonas began in the early 1970's and the Plant itself started functioning in 1989.

The present study situates this project as part of the developmentalist plan of the regime which took power in Brazil in 1964, when the State was reequipped and two features took on extreme importance: the growth of the public sector, penetrating all levels of society, and the growth in importance of official State planners, the true commanders of the country's destinies.

The integration of Amazonia as part of Brazilian territory was one of the major aims of the new regime. The 'Major Projects' (Grandes Projetos) in the region were considered the principal means of attaining this objective. The Hydroelectric Plant at Balbina was part of this plan. The project had an extraordinarily negative impact, due, for example, to the minimal generating capacity versus area of forest destroyed and the invasion of Indian territory.

The impact provoked protests from national and international groups of different kinds. The persistence of the planners in the state agency responsible, whose decisions were completely autonomous, found allies in local political and social groups. This union was able to overcome theoretical limitations and ignore criticism and protest in order to realize Balbina as another of the 'Major Projects' in Amazonia.

---

**SUMARIO**

INTRODUÇÃO .....	007
I - O ESTADO BRASILEIRO E OS GRANDES PROJETOS .....	018
II - O ESTADO E OS GRANDES PROJETOS NA AMAZONIA .....	045
II.1 - A "Malha Programada" .....	051
II.2 - A Zona Franca de Manaus .....	057
III - UM "GRANDE PROJETO" NO AMAZONAS .....	065
III.1 - A Hidrelétrica de Balbina .....	065
III.2 - A energia de Balbina .....	071
III.3 - A área de Balbina .....	084
III.4 - Balbina e o povo Waimiri-Atroari .....	099
III.5 - Por que Balbina? .....	115
III.6 - Razões Políticas .....	128
III.7 - Licença de Operação .....	160
CONCLUSÃO .....	171
BIBLIOGRAFIA .....	180
ANEXO .....	188

---

---

## INTRODUÇÃO

Quando chegamos no Amazonas, em 1975, certas perplexidades logo se impuseram. Manaus se apresentava como um centro urbano onde florescia uma indústria moderna que montava produtos diversificados que, na sua maioria, não se destinavam ao mercado local. O comércio agitado expunha desde quinquilharias até espécies sofisticadas, cuja utilidade era estranha, pelo menos à região. O interior do Estado se reduzia a um mundo isolado, praticamente sem contato com o exterior, cuja população procurava ansiosamente por Manaus como meio de sobrevivência. Na cidade de Manaus outra duplicidade saltava aos olhos: ao lado de construções históricas monumentais, como o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, as avenidas, os boulevards, os chafarizes e os prédios modernos, se elevavam casebres sem água, luz, esgotos e nem ruas.

A cidade estava no auge da Zona Franca, implantada em 1967, e já envolvia uma gama de polêmicas. Para os planejadores do regime, implantado em 1964 e elites locais, significava a forma mais correta de desenvolver a região, através de um grande polo de irradiação da modernidade. Para muitos estudiosos, preocupados com a questão regional, representava uma medida que não trazia benefícios para Manaus, nem para a região, mas privilegiava aqueles que vinham

---

---

para a região usufruir as riquezas e vantagens concedidas pelo governo.

Nos finais de década de 70, outra polêmica toma corpo: a UHE de Balbina. As opiniões novamente se antagonizam. Para uns, uma nova forma de dinamizar o crescimento da região. Para outros, mais uma obra sem benefícios para a população regional e local mas visando a favorecer empresas vindas de fora.

Embora sempre polêmica durante a década de 80, a obra foi se erguendo, aparentemente ocultando seus atores. Apesar das adversidades, Balbina foi concluída no final da década (1989), debaixo de duras críticas, a nível nacional e mesmo internacional, considerada uma obra faraônica desnecessária, uma afronta à população, não só local e regional, mas nacional, um verdadeiro atentado à natureza. A hidrelétrica surgiu como paradigmática de uma obra pública escandalosa. A compreensão do processo decisório que resultou na efetivação daquele empreendimento se impunha para nós como um desafio.

Vimos para a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) em 1990, para o curso de mestrado, onde encontramos uma preocupação acentuada das Ciências Sociais com os grandes projetos hidrelétricos, e de um modo especial com a dizimação dos povos indígenas atingidos por tais obras. Para nós significou uma

---



---

oportunidade ímpar para compreender mais a Amazônia, enquanto nos voltássemos sobre os projetos que tomavam proporções cada vez mais vultosas na região e, sobretudo, permitiria uma aproximação de Manaus (espaço do nosso trabalho e vivência) à medida que dedicasse o estudo ao discernimento de um projeto que, em muitos ambientes, é considerado sinônimo de Manaus.

O objetivo central deste estudo é analisar o processo de implantação da UHE de Balbina, identificando os grupos de interesse e estratégias usadas para a execução da obra, frente às adversidades que a mesma apresentava.

Partimos da premissa básica que Balbina é parte de um modelo desenvolvimentista instalado desde a industrialização, iniciada em 1930, com novo dimensionamento a partir de 1964, que se propôs a integrar a economia brasileira no mercado internacional, utilizando a implantação de Projetos de Grande Escala (PGE) que atendiam simultaneamente a dois condicionantes: o de produção e reprodução das condições gerais de acumulação e o ordenamento territorial (Scherer Warren, 1988). A partir deste dimensionamento, a hidrelétrica de Balbina toma proporções comuns, como gigantismo, isolamento e temporalidade, na caracterização de Lins Ribeiro (1987), comuns aos PGE e permite generalizações.

Como os "Grandes Projetos", no período pós 64, são

---

---

essencialmente obras do Estado que os planeja e executa, consideramos fundamental compreender a forma como o Estado se organiza para tais empreendimentos.

No primeiro capítulo não nos propomos a discutir as diferentes teorias sobre o Estado, que proliferam na Sociologia Política, o que seria interessante sob o ponto de vista acadêmico. Consideramos fundamental, visando ao objeto específico do nosso estudo, entender as condições e problemas específicos e a forma concretamente assumida pelo Estado Capitalista numa sociedade como a brasileira. Dentro dessa perspectiva, certas questões se tornam relevantes: 1 - O modo de expansão do Estado no Brasil, desde o período da industrialização. 2 - A reorganização da máquina estatal, visando ao crescimento econômico e à modernidade, a partir de 1964. 3 - A participação do setor público nos ramos mais diversificados da economia. 4 - A importância dos burocratas do Estado, enquanto planejadores, executores e interlocutores de um planejamento que se estende à Nação. 5 - O caráter das atividades das empresas públicas, que se dimensionam como "res-publica", mais pela sua origem do que pelas suas práticas.

As leituras e reflexões sobre a expansão do Estado tiveram importância fundamental para o entendimento dos "Grandes Projetos", numa dimensão mais ampla, como parte de um plano de modernização do país.

---

---

No Capítulo II, tentamos mostrar a Política do Estado brasileiro para integrar a Região Amazônica, no contexto desenvolvimentista nacional. Não foi nosso intento aprofundar a análise destas políticas e suas repercussões. Antes, tendo em vista o nosso objeto específico, direcionamos o estudo para um grande projeto característico do Amazonas, a Zona Franca de Manaus, do qual a UHE de Balbina seria um complemento, enquanto provedora de infra estrutura energética. Fornecer energia para a Zona Franca de Manaus era a meta setorialmente estabelecida como justificativa para a instalação do "Grande Projeto de Balbina" no Amazonas. Mesmo os autores mais críticos dos "Grandes Projetos" concordam que as metas setoriais são geralmente alcançadas. No entanto, esta previsão não se concretizou no caso específico da UHE de Balbina. A questão que se impõe: Por que Balbina?

O Capítulo III é a pesquisa propriamente dita sobre a UHE de Balbina. Com a visão do papel do Estado e sua organização, dimensionados os objetivos na implantação dos "Grandes Projetos", de uma forma particular, os da Amazônia, concentramos a nossa pesquisa sobre uma obra específica do Amazonas: a UHE de Balbina. Iniciando com a pesquisa documental, percorremos vários órgãos e instituições que nos pudessem subsidiar com documentário sobre a obra, como a Centrais Elétricas do Norte (ELETRONORTE), em Manaus; o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), também em Manaus; o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), em Belém, o Centro de Ciências do

---

---

Ambiente (CCA) da Universidade do Amazonas. Contatamos também com a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS), no Rio de Janeiro. Conseguimos os relatórios básicos que permitiram formular um quadro das implicações, sobretudo técnicas, na edificação de Balbina. Por não ser da nossa especialidade e nem interesse primordial do nosso estudo, encontramos dificuldades para o entendimento dos dados, ainda mais quando esses se apresentavam contraditórios. Foi necessário o subsídio de leituras complementares de trabalhos e pesquisas de autores e técnicos não integrantes do quadro da empreendedora ou contratados para compreender as proporções técnicas da obra.

Confrontando os dados dos relatórios oficiais, os trabalhos complementares e as entrevistas com atores sociais, com profundos conhecimentos sobre a obra, nos propusemos a analisar se a UHE de Balbina se justifica ou não, a partir dos aspectos técnicos e econômicos, para os distintos atores.

Lins Ribeiro (1987) denota aspectos planejados e não planejados que intervêm na execução de projetos de grande escala. Os primeiros geralmente são impostos autoritariamente e os segundos surgem da dinâmica de grupos e classes que se interrelacionam de forma complexa com poderes e interesses diversificados, variando, inclusive, segundo particularidades históricas e culturais da região onde um grande projeto se instala.

---

---

A partir dessa delimitação, estabelecemos os objetivos específicos:

- Identificar, de forma descritiva, as principais consequências - sociais, ambientais e culturais - da implantação da UHE de Balbina.

- Identificar as forças sociais e políticas locais e como se empenharam para a execução do projeto.

- Identificar as estratégias e os atores e como estes se estruturaram para a decisão final da implantação do projeto.

Embora tenhamos partido de uma configuração geral da UHE de Balbina, no intuito de discernir as causas de sua implantação, concentramos a pesquisa nas forças sociais e políticas locais. Por "forças locais" entendemos aquelas que se configuram no Amazonas antes da implantação da Zona Franca. Poderíamos denominá-las de forças tradicionais do Amazonas.

Com esta delimitação não nos propusemos analisar a atuação das forças do setor moderno da economia, que se instalaram em Manaus com o advento dos grandes projetos. A delimitação se justifica porque consideramos o projeto uma imposição do poder central e o nosso objetivo específico é identificar que forças locais se coligaram aos macro-interesses do Estado para viabilizar o projeto.

Para caracterizar as forças tradicionais do Amazonas, uma

---

---

retrospectiva histórica se tornou imperativa, devido às singularidades da região, com rebatimento sobre a natureza de seus atores e a dinâmica de sua evolução.

Além da pesquisa documental, recorreremos à técnica de entrevistas para a coleta de dados, com um esquema básico anteriormente estabelecido (Anexo I). Optamos pela técnica de entrevista semiestruturada, por permitir uma análise de conteúdo com uma interpretação inferencial que possibilita ir além do conteúdo manifesto.

A amostragem foi intencional, porque os agentes a serem entrevistados foram selecionados a partir de critérios previamente estabelecidos, como conhecimento da obra e inserção na sociedade local.

A partir desses critérios foram realizadas 19 entrevistas (todas gravadas), assim distribuídas:

- Dirigente do órgão diretamente responsável pela obra:  
(uma entrevista).
  - Pesquisadores não ligados aos órgãos empreendedores do projeto: (6).
  - Agentes locais, ligados à sociedade civil ou política que acompanharam o projeto desde a concepção até a conclusão: (6).
-

- 
- Técnicos (engenheiros) responsáveis pela manutenção da obra e conhecedores do atendimento de Balbina em relação à demanda de Manaus: (6).

Além disso, uma pesquisa nos jornais da época da implantação do projeto foi fundamental para a recomposição da história da hidrelétrica, sobretudo para a caracterização das pressões locais manifestas em Manaus.

\* \*  
\*

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração de várias pessoas e entidades. Externar gratidão a todos aqueles que contribuíram para atingir um objetivo sempre nos preocupa por termos não nominarmos todos que tiveram importância vital. Não teríamos como incluir todos que nos deram apoio, direta ou indiretamente. No entanto, se não explicitarmos a gratidão no papel ela está presente em nossa vida.

O nosso reconhecimento à Universidade do Amazonas, de uma

---

---

forma especial ao Departamento de Ciências Sociais, por nos possibilitar a dedicação ao estudo durante o tempo necessário para a conclusão do curso e dissertação.

Aos professores, colegas e funcionários do mestrado em Sociologia Política da UFSC, pelas valiosas contribuições para avanço na tentativa de maior compreensão da realidade.

A Profa. Ilse pelo acompanhamento desde o início do curso, através do seu posicionamento teórico e na orientação da pesquisa dissertação, quando, além de sua segurança intelectual, nos deu apoio e compreensão humana. Sem a sua ajuda não teríamos alcançado a meta. Nosso reconhecimento sincero.

A Zeina, apesar do compromisso com seu próprio curso e dissertação, por ter sempre encontrado disposição para nos dar ânimo nas horas de hesitação.

Aos amigos Renato e Graça, cujos laços de amizade brotaram da infância e se estenderam para a nossa fixação em Florianópolis, de forma diversificada, e para a organização final do trabalho. Sem eles os empecilhos teriam sido múltiplos.

Aos amigos Bruce e Rose, que nos conseguiram liberar das preocupações de Manaus, de uma forma dedicada, que só uma amizade

---



---

sincera explica. Devo-lhes a revisão final do trabalho, apesar de suas intensas atividades.

Aos amigos H. Dias e Edinea, pela solidariedade de diferentes formas e em vários momentos.

---

## I - O ESTADO BRASILEIRO E OS GRANDES PROJETOS

O nosso objetivo é compreender os fatores que implantaram a UHE de Balbina, situada no estado do Amazonas. Para tanto, inicialmente, nossa preocupação se volta para a necessidade de enfocá-la dentro de um contexto mais amplo, isto é, dentro do período de implantação dos "Grandes Projetos Nacionais" e, de forma específica, os implantados na região Amazônica.

Referimo-nos aos "Grandes Projetos" no Brasil como obras "públicas" enquanto concebidas pelo Estado e, para executá-las, várias empresas se organizam e se expandem. (Santos, 1992b). A partir desta configuração, determinados questionamentos se impõem. Qual o interesse do Estado na implantação de projetos de grande envergadura? Dentro de uma perspectiva, mais teórica, coloca-se um dos problemas cruciantes da Sociologia Política: Qual a função do Estado numa sociedade capitalista?

Não é nossa intenção abordar este segundo tema, que eclodiu na Europa e Estados Unidos após a guerra e se intensificou na década de 60, a ponto de se tornar o centro de reflexão para muitos autores, alguns considerados clássicos, como Poulantzas e Althusser. No

---

entanto, não podemos fugir de certas reflexões básicas que permitam entender a atuação do Estado brasileiro durante o período da implantação dos denominados "Grandes Projetos".

O papel do Estado, tanto nas sociedades capitalistas avançadas como nos países do Terceiro Mundo, cresceu em importância em diferentes aspectos dessas sociedades. Essa realidade tornou a questão do Estado mais complexa, exigindo novas teorias que tratem adequadamente essa crescente complexidade. Essa preocupação é constante para vários cientistas sociais, no entanto, para Carnoy, *"os pontos de vista do século passado, embora anacrônicos, continuam dominando na explicação sobre o Estado como se estivesse havido poucas mudanças nos últimos duzentos anos"*. (1988:10).

Laclau atribui o pouco avanço das teorias explicativas sobre o Estado Capitalista, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, ao uso das categorias clássicas *"que haviam sido concebidas como formas de se apreender a experiência européia como constantes de qualquer possível sociedade"*. (1986:42).

Dentro dessa visão, Laclau considera:

*"As questões sobre a localização precisa do Estado capitalista, no âmbito de uma determinada formação social, são frequentemente tratadas como se aquela entidade - o Estado Capitalista - extraísse todas as suas determinações essenciais de um nível ontologicamente diferente do nível onde suas variações historicamente contingentes são constituídas."* (1986:42).

---

---

Luciano Martins considera que o pouco avanço das teorias sobre o Estado é mais acentuado na América Latina, provocada pela própria complexidade dos problemas teóricos, inerente ao tema, acrescida de condições intelectuais difíceis, devido "o efeito inibitório sobre qualquer reflexão crítica mais criativa pelo peso das interpretações ideológicas." (Martins, 1985:16-7). Essas circunstâncias trouxeram como consequência o pouco espaço para a compreensão do Estado dentro do capitalismo periférico, devido à transposição de teorias não explicativas da realidade específica dessas sociedades.

Para evitar a simples transposição e penetrar nas especificidades de cada sociedade, Luciano Martins levanta uma questão básica, utilizando Alain Touraine: "Um mesmo modo de produção pode engendrar distintos modos de desenvolvimento e é nestes que a análise sociológica deve buscar os condicionamentos da ordem social e de suas instituições políticas." (1985:20).

A partir dessa perspectiva a questão do Estado deve ser analisada com vistas às formas particulares de estruturação da sociedade capitalista em contextos históricos específicos.

Para evitar as determinações universais na configuração da sociedade capitalista, Wanderley Guilherme dos Santos considerava que "é preciso compreender o impacto que contextos históricos

---

---

diferentes acarretam para a relação entre países e, dentro dos países, entre seus diferentes estratos ou públicos." (1986:57).

Luciano Martins é ainda mais preciso:

*"São precisamente esses padrões diferenciados que constituem o problema sociológico, e são eles também que a redução da problemática do Estado Capitalista às estritas determinações do modo de produção, tomadas como determinações universais, é incapaz de explicar."* (1985:18).

Ao discutir as especificidades de estruturação das sociedades capitalistas, não negamos certas evidências do Estado capitalista, que basicamente consiste em facilitar o processo de acumulação do Capital enquanto garante a produção material, organiza as relações capitalistas e permite a exploração de classe. Nesse aspecto, enquanto pacto básico de domínio, o Estado Capitalista é comparável em qualquer país capitalista.

Fernando Henrique Cardoso, preocupado com a clareza dos conceitos e para não provocar confusão de entendimento distingue muito claramente o que se entende por Estado e regime político. Embora admita a complexidade de conceituar o Estado, ele o entende como "a aliança básica, ou 'pacto de domínio' básico, que existe entre as classes sociais ou frações das classes dominantes e as normas que garantem o seu domínio sobre as camadas subordinadas." (1982:46).

---

Por regime, o autor se refere

*"às regras formais que ligam as principais instituições políticas (legislativa ao executivo ao judiciário, e o sistema partidário a todos eles), bem como à questão da natureza política dos laços entre os cidadãos e os governantes (democrática, oligárquica, totalitária ou seja qual for)." (1982:46).*

Esta distinção também pode levar a um novo estado de confusão que consiste em considerar que o Estado Capitalista sempre concretiza o pacto de domínio da mesma forma, variando apenas na questão do regime político que adota. É claro que o Estado, quando considerado como um pacto básico de domínio é um estado capitalista comparável em todas as sociedades; no entanto existem diferentes graus e formas de viabilizá-lo. Enfim, estamos preocupados em considerar a natureza distinta do Estado brasileiro e das relações deste com os demais setores da sociedade. Para conseguir abordá-las, mesmo de uma forma superficial, é preciso fazer uma breve incursão histórica.

Como a nossa preocupação central é entender os "Grandes Projetos" concebidos e executados basicamente pelo Estado, achamos necessário fazer um pequeno apanhado das formas como o Estado brasileiro interveio na economia e como se relacionou com a sociedade historicamente. Como essa abordagem é apenas um referencial para a nossa problemática, incorremos no risco de sermos superficiais ao apresentar uma questão polêmica e complexa de uma forma muito linear e

---

inacabada, omitindo, inclusive, matizes e contornos que lhe são inerentes.

No Brasil, antes de 1930, o Estado se encontrava estruturado de acordo com o modelo liberal e o poder centrava-se nas mãos de representantes da chamada "aristocracia agrária". Era considerado como um órgão de fiscalização, apenas na esfera das atividades econômicas. A partir de 30, a nação brasileira formulou um programa nacional de transformação de sua economia e da organização sócio-política. Objetivamente, é o período em que o país deixa de ser meramente agro-exportador para entrar na fase da industrialização. Para a concretização dessa mudança, o papel do Estado foi de primordial importância.

Existem diferentes interpretações da mudança social de 30. Segundo Simon Schwartzman, duas interpretações são dominantes: a primeira tenta explicá-la segundo o modelo supostamente marxista. Nesta visão, o Brasil tradicional se caracteriza por um sistema feudal e um governo central dependente de suas bases rurais. Para a mudança, segundo essa explicação: "O sistema tradicional entra em contradição com uma burguesia urbana nascente, abrindo esse confronto, no futuro, o caminho para ascensão política do proletariado." (1988:120). Dentro dessa perspectiva, a revolução de 30 foi a tomada do poder pela burguesia.

---

Dentro dessa concepção, segundo Ianni, no primeiro momento o proletariado se associou à burguesia nacional ascendente contra a "aristocracia agrária", considerada adversária comum. Essa coligação levou o proletariado à aceleração de sua educação política paralutas posteriores contra a burguesia industrial. (Ianni, 1965).

O segundo modelo substitui a burguesia pela classe média como força dinâmica do processo de mudança. Essa visão procura centrar a explicação em torno do descontentamento dos "setores médios" por não poder participar das decisões políticas e mesmo de sua marginalização social da sociedade tradicional. A utilidade do termo "setores médios" decorre de sua abrangência quase ilimitada, capaz de abarcar todos os segmentos não assimilados pelo antigo regime, envolvidos na luta por uma mudança capaz de integrá-los.

Schwartzman considera os dois modelos insuficientes como explicação. Segundo ele, a mudança de 30 foi uma centralização e concentração do poder político. Segundo o autor,

*"seus líderes, um grupo extremamente jovem em relação regime deposto, não eram nem da burguesia, nem das classes médias em ascensão. Eles se identificavam claramente com a tradição política e militar do Rio Grande e respondiam de forma difusa, incerta e indecisa às demandas oriundas dos setores mais urbanizados do país por medidas de bem estar social e um aumento de eficiência e força administrativa militar e econômica do Estado nacional."* (1988:123).

Na verdade, as três explicações incluem alguns elementos



---

que influenciaram as mudanças de 30. E certo que a burguesia teve uma ascensão bastante rápida; os setores médios, de uma forma especial, provenientes das forças militares, se rebelaram, mesmo através de levantes. E certo também que houve uma centralização política enquanto novas forças se apoderam do aparelho do Estado. No entanto, os modelos abordam apenas determinadas facetas do processo.

Luciano Martins, ao analisar os conflitos sociais, da década de 20, contestatórios da ordem oligárquica, os considera incipientes para criar condições efetivas para o processo de mudança. Para ele, esses movimentos se limitaram a uns poucos centros urbanos. A burguesia industrial emergente era incipiente para se contrapor à ordem oligárquica latifundiária dominante. (1985:32).

No nosso entender, é preciso colocar a mudança de 30 num contexto mais amplo, isto é, tentar localizá-la dentro do capitalismo internacional. Neste sentido, não há dúvida de que as condições objetivas foram criadas pela crise do capitalismo mundial de 29, mas também não foram a sua causa exclusiva, enquanto houveram pressões sobre o sistema político, advindas de vários segmentos sociais, para a mudança no sentido de integração social e participação política dos setores excluídos. Na verdade, tais segmentos esperavam uma adequação do Estado para mudar os rumos da sociedade. Neste sentido, é possível que o período de 30 teve a sua caracterização básica nas novas políticas adaptativas do Estado perante a crise internacional. No

---

---

caso, o Estado não se limitou a garantir as condições sociais externas para a produção, mas passou, inclusive, a organizar a acumulação. Além de gerenciador da industrialização, cria a sua própria burocracia dotada de interesses próprios, cujo poder cresce com o crescente intervencionismo.

Aqui, no nosso entender, se coloca uma das características básicas do modelo político e social de desenvolvimento implantado em 30 e que vai se tornar mais patente no regime implantado em 64. O regime vê no Estado centralizador e na burocracia os instrumentos básicos da formação da nacionalidade.

Além dessas características, o Estado se interpõe nos conflitos de classe enquanto tutela as organizações patronais e operárias.

Segundo de Eder Sader, nas relações trabalhistas, o Estado se orienta sobretudo no sentido de canalizar e controlar as manifestações de trabalho. *"Agirá no sentido de integração da classe operária à repressão de suas lideranças revolucionárias."* (1982:136).

Diante das reivindicações operárias foram concedidos: salário mínimo, férias pagas, direito à aposentadoria, mas pelo preço de uma legislação sindical corporativa que vinculava os sindicatos ao aparelho estatal, anulando por completo a sua autonomia. Dessa forma,

---

---

reeditava-se a política de concessões sociais e repressão política.

As classes dominantes e, de uma forma especial, a burguesia emergente, contavam com a intervenção dos aparelhos repressivos do Estado contra qualquer movimento que pusesse em jogo o modelo, considerado como tentativa de subversão. (Intentona de 35). Além disso, a burguesia acumula grande parte do seu capital, captando-o do Estado de diversas maneiras: crédito subsidiado, incentivos fiscais, preços mínimos, venda de bens ou serviços ao Estado, protecionismo tarifário ou cambial, concessão de serviço público. (Singer, 1988:100).

O certo é que o aparelho do Estado foi usado para formar uma classe industrial, muitas vezes favorecendo apadrinhados e parentes dos eventuais detentores do poder, que mais tarde vão dividir as funções empresariais com as empresas pertencentes ao Estado, com o amplo objetivo da formação de um mercado interno.

Quanto à oligarquia latifundiária, o Estado assegurou a propriedade latifundiária, mas liquidou sua forma de dominação política e reorientou a acumulação agrária em função da industrialização, no sentido de assegurar as condições de superexploração dos trabalhadores rurais com o objetivo de obter da agricultura uma produção de baixo custo para o consumo urbano.

---

De um modo geral, a primeira fase da industrialização dependia da forma em que os papéis do Estado e das classes dominantes eram conduzidos e muitas vezes, conciliados. A partir dessa configuração, Luciano Martins caracteriza o período sobretudo pelo dirigismo do Estado, quando o caracteriza como

*"um Estado que intervém, enquanto ator, tanto ao nível das relações de produção quanto ao nível das relações de reprodução da sociedade, ou seja, ao nível da manutenção da sociedade capitalista e ao nível da passagem de um tipo a outro de sociedade capitalista."* (1985:34).

Dessa forma, os interesses conflitantes, no âmbito de classes, se encontram na arena política, através da estrutura corporativa criada pelo Estado, fato que torna difícil a separação entre Estado e sociedade civil.

Quando falamos no modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira, baseado num Estado centralizador, que dá a configuração às mudanças provocadas, um outro fator não pode ser esquecido: a burocracia do Estado, que tem uma relevância dentro do aparelho estatal. Segundo Bresser Pereira (1981), a burocracia estatal emerge a partir de 30, se fortalece com o Estado Novo e se consolida em 64. Voltaremos a essa questão quando analisarmos o movimento de 1964.

No final da Segunda Guerra, a maioria dos líderes da grande burguesia estava consciente de que o país estava adquirindo uma economia capitalista e que o papel do Estado neste processo era

---

decisivo. Cabia ao Estado basicamente fornecer uma infra-estrutura para continuar o processo de industrialização. Neste sentido, fazem a pressão para inversões na infra-estrutura e concessões de subsídios a diversas atividades privadas. Através desses meios, a burguesia industrial consegue armar a base material para o seu desenvolvimento.

Coincide, com a pressão da burguesia nacional, a procura do Capital internacional por novos mercados no plano mundial. Os mercados, anteriormente alvos dos grandes investimentos, estavam num processo de saturamento. Com isso, a América Latina e, de uma maneira especial, o Brasil, se tornam os novos pontos de convergência. Até este período, Estado, capital nacional e investimento externo, nesta ordem, constituíram as molas para do "desenvolvimento". A burguesia industrial consegue identificar os seus interesses com os da nação. Desenvolvimentismo e nacionalismo praticamente se confundem. (Cardoso, 1979).

Segundo Paul Singer, foi em nome do desenvolvimentismo que o Estado conseguiu se apropriar de parcela ponderável do excedente social. Segundo o autor,

*"surgiu uma grande burguesia industrial, comercial e financeira por obra e graça do Estado. Cerram-se os laços entre Estado, o Grande Capital estatal e o Grande Capital privado. Neste último, o Capital multinacional passou a ter cada vez mais presença."* (1988:107).

Na segunda metade da década de 50, com a política econômica de rápida industrialização e de consumo da classe média urbana, começou a haver uma inflexão na forma em que se dava o investimento e no seu controle, isto é, um claro privilegiamento do capital internacional.<sup>1</sup>

Com este privilegiamento, segundo Fernando Henrique Cardoso (1979), a base dinâmica do sistema produtivo se modificou. Neste novo contexto, ganharam importância os grupos sociais que expressavam o capitalismo internacional, fossem eles compostos por brasileiros ou por estrangeiros, por empresas brasileiras que se associam às estrangeiras ou por estas diretamente.<sup>2</sup>

O Estado também tomou a iniciativa de internacionalizar determinados setores da economia (montagem de automóveis, indústria naval, indústria química, aparelhos elétricos, etc.) com o objetivo

---

1 Dado o enfoque da nossa abordagem ao modelo de desenvolvimento, sobretudo econômico, e a participação do Estado para concretizá-lo, não temos a concepção de que não houve resistências por parte de diferentes segmentos sociais. É necessário, pelo menos, lembrar, que o período a que nos estamos referindo, além de ser da hegemonia da burguesia industrial, representa também a ascensão do movimento operário. Um exemplo significativo é o amplo movimento grevista, em São Paulo, já em 1953, unindo as mais importantes categorias profissionais, numa greve de mais de 20 dias, reivindicando melhorias salariais.

2 A burguesia não agiu como um todo coeso. A medida que a grande burguesia se coligava ao capital internacional, o nacionalismo da pequena burguesia industrial e comercial tomava vulto. No entanto, devido à sua inexpressiva atuação política, a sua resistência se tornou inefetiva.

---

de atrair inversões estrangeiras. Além disso, o Governo efetuava uma política de intervenção estatal, direta ou indireta, em favor da industrialização acelerada, mas estimulando a intervenção estrangeira.<sup>3</sup>

O modelo de desenvolvimento acelerado, sem dúvida, exigiu inversões elevadíssimas, por parte do setor governo, que procurou se desincumbir dessa tarefa através da emissão de moeda. O setor privado, por sua vez, recorreu às alterações de preços relativos para elevar sua capacidade de autofinanciamento, procedimento que não permite o acesso de ampla faixa de trabalhadores aos novos bens produzidos. A acumulação se concentra na produção para uma restrita faixa de consumidores (classe alta e classe média urbana). Os dois processos adotados agravaram as pressões inflacionárias. Por parte dos trabalhadores a inflação deteve o aumento salarial, apesar da combatividade dos sindicatos. Para o Estado, repercutiu com um aumento contínuo do déficit público.

O problema não é tão simples, inclusive é de ordem estrutural, mas como não temos por objetivo fazer uma análise da

---

<sup>3</sup> Devido à participação direta do Estado no processo de acumulação, segundo Eder Sader (1982), a porcentagem do setor privado na formação do capital fixo cai de 76%, em 1955, para 53,6%, em 1960. No entanto, a participação do Estado não se dá em detrimento do setor privado; pelo contrário, consiste em fornecer condições para sua expansão (setor privado). No fundo, foi uma privatização do setor público. Esse processo terá maior expansão depois de 1964.

---

crise do período, assinalamos as últimas consequências para o modelo. O Estado perdeu as condições de investir em infra estrutura e fornecer subsídios e incentivos que formavam a base para a industrialização acelerada.

Por outro lado, a demanda ao Estado, por parte da população marginalizada do processo, por melhorias das condições de vida, sobretudo no contexto urbano, onerava duplamente o erário público. (Singer, 1988).

A solução para a crise, dentro do modelo adotado, exigia a ruptura do impasse distributivo para permitir o financiamento não inflacionário do déficit público e a retomada da acumulação pelo Estado e Capital privado. No fundo, exigiam-se medidas impopulares de contenção salarial, corte de créditos e de gastos públicos. Na verdade, exigiam-se mais sacrifícios dos trabalhadores e ameaçava-se as oligarquias e os monopólios com reformas de base.

O Governo, desesperadamente, ainda tenta uma política de colaboração de classe, alternando concessões à direita e concessões à esquerda. No entanto, a colaboração de classe era praticamente impossível, quando, na esquerda, predominava a idéia de que era mister destruir o latifúndio e o imperialismo, ao passo que a direita considerava que o grande mal era a inflação, fruto do empreguismo, da corrupção e do clientelismo praticados pelo Governo populista.

---



(Singer, 1988:113).

Eder Sader, referindo-se ao desfecho do Governo populista de 1964, afirma:

*"mas, enquanto o Governo de colaboração, esvaziava-se, inservível já para a burguesia tanto quanto para o proletariado. Enquanto as direções deste esperavam uma solução favorável no quadro da legalidade protegida pelas Forças Armadas, o conjunto da burguesia já havia entregue aos oficiais das mesmas Forças Armadas a tarefa de romper a legalidade e golpear as forças sociais que lhe ameaçavam."*  
(1982:150).<sup>4</sup>

Sobre as mudanças introduzidas a partir de 64 muito se tem escrito e as interpretações são as mais diversificadas. Sem entrar na polêmica, centramos a nossa atenção na nova configuração do regime político que se instituiu, isto é, a nova dimensão assumida pelo aparelho do Estado que inclusive viabilizou a implantação dos "Grandes Projetos da Amazônia".

Já nos referimos anteriormente, que a partir de meados da década de 50, o modelo de desenvolvimento introduzido desde 30, via

-----  
4 Embora estejamos simplificando a explicação a da crise que assolou o país na década de 60, tanto no plano econômico, social e político, queremos frisar que a polarização máxima se deu entre a grande burguesia e as classes trabalhadoras mais sacrificadas pelo modelo desenvolvimentista, mas, no âmbito dessas classes, houve segmentos que acenavam em outras direções e com outras estratégias. As próprias Forças Armadas apresentavam crises claramente caracterizadas.

substituição das importações, que tinha como objetivo a implantação de um mercado interno, ou mesmo, a formação de uma indústria nacional, cedeu lugar a um novo modelo que privilegiava o capital internacional. A partir dessa realidade as bases sociais e políticas, sob que se assentava o regime populista, deixaram de corresponder, em forma variável, aos setores de classe que controlavam as forças produtivas.

Essa nova etapa do processo de acumulação necessitava, antes de tudo, de uma estabilidade política e, para tanto, era necessário desarticular os instrumentos de pressão que vinham, sobretudo, das classes populares. Com este objetivo se liquidou o regime populista e se cortaram as possibilidades de qualquer expressão política direta, inclusive da burguesia.

A burguesia e classe média, que pretendiam a estabilidade social com dinamismo econômico, dão o sustento ao mecanismo do poder, e atingem seus objetivos através de contatos e alianças com os grupos militares e tecnocráticos que ocupam o Estado.

Para retomar o desenvolvimento, isto é, a acumulação capitalista em escala ampliada, o regime procurou a legitimação formulando a doutrina da segurança nacional. Com esta justificativa intensificou a centralização administrativa, procurou paralisar o protesto social, fatos que ajudaram a tornar o aparelho estatal mais

---

eficiente administrativamente, e, ao mesmo tempo, mais repressor, intervindo nos sindicatos combativos, destruindo as Ligas Camponesas e expurgando o Congresso. Em suma, a esquerda foi literalmente destruída enquanto representação política. Nas palavras de Paul Singer: *"O regime militar fez a limpeza da área política e depois se entregou à tarefa de enfrentar o caos econômico."* (1988:115).

Na verdade, os atores políticos principais, militares e burocracia tecnocrática, esta subordinada àqueles, se investiram de tanto poder que se capacitou a implementar uma política econômica que atendeu aos interesses da burguesia internacionalizada deixando-a, ao mesmo tempo, à margem do sistema político formal. Segundo Fernando Henrique, houve uma base de acordo possível entre o Estado e a burguesia. A sociedade civil cedeu terreno ao Estado na regulamentação da vida econômica. Os militares assumiram implicitamente os interesses econômicos do empresariado como se eles fossem da Nação e definiram áreas de maior ou menor influência, que passaram a ser preferenciais para a ação da empresa privada. Com a economia estruturada desta forma abriu espaço para a integração dos grupos e camadas mais modernas de classe média que, por razões diversas, se ligavam à burguesia.

A estabilidade relativa do regime instalado se alcançou através da aliança entre militares, burguesia e classes médias e da colaboração de um modelo de desenvolvimento que afastou qualquer

---

possibilidade de surgimento de uma política favorável às classes populares e suas reivindicações. Efetivamente, o movimento de 64, em si mesmo e nos seus desdobramentos, buscou e conseguiu consolidar a ordem social por intermédio da repressão. (Cardoso, 1979:64-70).

Sem entrar na discussão de diferentes linhas de pensamento que procuram caracterizar os regimes de natureza não democrática, consideramos que o regime brasileiro que se implantou a partir de 1964, se configura como burocrático autoritário por se enquadrar perfeitamente nas especificidades deste modelo descrito e analisado por diferentes autores.

Para O'Donnell, a principal característica do Estado burocrático autoritário é *"ser respaldado e organizador da dominação exercida por uma estrutura de classes subordinada às frações superiores de uma burguesia altamente oligopolizada e internacionalizada."* (1986:21).

Fernando Henrique Cardoso, além de frisar a economia altamente internacionalizada, segundo visão de O'Donnell, realça que o regime burocrático autoritário se caracteriza também pela

*"exclusão política dos setores populares, através da coação extrema, bem como exclusão econômica devido ao deslocamento dos gastos sociais do Estado para uma infra estrutura que promove o investimento estrangeiro e, acima de tudo, para a própria burocracia do Estado - defesas militares, investimento capitalista do Estado e emprego de tecnocratas de serviço"*

*civil altamente remunerados." (1982:44).*

Para o autor, ainda existe uma separação específica entre Estado e Sociedade Civil, por não permitir o acesso ao Estado através de partidos e organizações de massa ou mesmo grupos de interesse. Cardoso restringe o regime burocrático autoritário somente

*"às situações nas quais a intervenção militar ocorresse em reação contra movimentos esquerdistas e nas quais as políticas que servissem para a reorganização do Estado e a economia, para garantir o progresso continuado do desenvolvimento industrial capitalista, fossem implementados por regimes militares." (1982:45).*

Sem nos atermos, em demasia, às especificidades do regime burocrático autoritário, consideramos serem suficientes as argumentações dos autores citados para caracterizar o regime brasileiro, implantado pós 64. Para compreender os grandes projetos da Amazônia é importante notar as especificidades do regime político, que conseguiu associar o setor público, a corporação transnacional e o moderno setor capitalista da economia nacional.

Já mencionamos que, no início da década de 60, nos anos da crise, o Estado se tornara incômodo, inclusive para a burguesia. Sem cairmos numa visão linear entre economia e política, o regime burocrático autoritário foi praticamente necessário para que o Estado pudesse retomar a função de concentrador e acumulador de capitais.

Para retomar esta função, a repressão política foi decisiva à medida que reprimiu as classes trabalhadoras, conteve os salários e fechou todos os canais de expressão e reivindicação de interesses. Assim, conseguiu eliminar a barganha coletiva de salários e estabilidade de emprego, ampliando os canais de acumulação. O que ocorreu, na verdade, foi uma completa reorganização do esquema de financiamento do Estado, do que resultou, por sua vez, a reorganização de todo o sistema de financiamento do país. Neste sentido, se modernizou a máquina estatal.

Segundo O'Donnell (1986), o regime burocrático autoritário se caracteriza exatamente pela reimplantação da "ordem social" através da eliminação da atividade política e da normalização da economia.

Para continuar, ou melhor, retomar a função de acumulador de capitais e gerar a modernização, uma das primeiras medidas do Estado foi incrementar a sua capacidade extrativa, através de recursos orçamentários, principalmente de origem tributária e da criação de grandes fundos (FGTS, PIS, PASEP) e outros mecanismos de captação de poupanças (jogos de azar - loteria esportiva - loteria federal).<sup>5</sup> (Martins, 1985:46).

---

5 Segundo Luciano Martins, a receita orçamentária da União passa de um índice 100 (1960), para 452,1 (1974). (op.cit. 1985:44).

O resultado inicial da capacidade extrativa do Estado é a ampliação de sua ação empresarial, enquanto participante na atividade econômica como produtor e/ou comercializador de bens e serviços.

Embora essa não seja uma dimensão nova na configuração do Estado brasileiro, porque Volta Redonda, no caso da siderurgia, é resultante da incapacidade do setor privado nacional e do desinteresse inicial do Capital internacional em investir neste setor. A Petrobrás é o exemplo mais típico de uma empresa estatal justificada pela necessidade do controle nacional sobre recursos considerados estratégicos, como o petróleo. Nesses casos, o nacionalismo ou desenvolvimentismo, cuja referência sempre era a idéia de nação, lhes dava a legitimação enquanto emprestava a condição de "res publica".

Luciano Martins (1985) revela em seu estudo que, na década de 1966-76, foram criadas mais empresas governamentais do que no curso dos 60 anos precedentes. O autor constatou que neste período existiam cerca de 600 empresas governamentais, fato que, sem dúvida, registra uma base material considerável em que se apóia o aparelho de Estado.<sup>6</sup>

---

6 A base material do aparelho de Estado se evidencia ainda mais, como Martins mostra, quando em 1974, 72,2% dos empréstimos para capital de investimentos e 43,5% dos destinados a capital de giro, provinham de instituições oficiais. (op.cit.:49).

---

O dado mais importante para nós não é a expansão da empresa governamental, mas a forma de sua atuação, enquanto adota um ethos especulativo de ordem empresarial. Para Martins (1985), isso é demonstrado pela procura constante de aumento das margens de autofinanciamento, através da entrada em ramos diferenciados e que oferecem alta rentabilidade, além de recorrer crescentemente ao endividamento externo. Desta forma, a empresa estatal adquire graus crescentes de autonomia na determinação de suas políticas de investimento e de expansão. Dentro desse dimensionamento a empresa estatal, denominada também de "pública", pela sua natureza de "res pública", tende, cada vez mais, a se diluir e funcionar nos mesmos moldes, com a mesma liberdade, por fim, com os mesmos resultados, das empresas privadas.

Para Cardoso, com esta nova face da empresa estatal se diminuiu a oposição entre empresas públicas e privadas e deu-se politicamente a aliança entre grupos funcionais de "classe média", os militares, a tecnocracia, os burocratas, ainda que de tendências nacionalistas, e os grupos que representam ou constituem a burguesia internacional. E neste sentido, segundo o autor, que se "modernizou a máquina estatal e se lançou as bases para a implantação de um setor público da economia, que passou a integrar-se no contexto do capitalismo internacional." (1979:70-1).

De certa forma, foram derrubados os empecilhos

---



ideológicos e organizacionais que dificultavam a definição de políticas de associação entre o Estado, as empresas nacionais e trustes internacionais. Os exemplos mais característicos dessa associação são, sem dúvida, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce. Luciano Martins analisa a forma empresarial de atuação da empresa pública, enquanto procura a solução dos seus problemas da mesma forma que qualquer empresa capitalista.

*"De outro lado, dada a precariedade do setor privado nacional, é o Estado que passa a se constituir no único interlocutor à altura do capital estrangeiro e, nesse sentido, no mediador da integração do país ao capitalismo em plano internacional. A empresa governamental cresce e se fortalece enquanto grande empresa capitalista que é, porque cresce e se fortalece mais do que a grande empresa privada nacional em alguns ramos econômicos estratégicos, transforma-se, ipso facto, no único interlocutor capaz de se associar ao capital estrangeiro sem que isso implique em puro e simples take-over, por este último, dos ramos em questão." (1985:70).*

A expansão dos empreendimentos governamentais com a sua função integradora teve como resultado imediato, em termos de composição do Estado, o fortalecimento, quase sem limites, da camada burocrática estatal dotada de capacidade empresarial.

A formação do segmento de uma burocracia estatal também não é um fato novo na realidade brasileira. Segundo Bresser Pereira (1981), o tenentismo da década de 20 teria sido a primeira manifestação da emergência da tecnocracia estatal (termo usado pelo

---

autor) ao nível das Forças Armadas. Outra manifestação da burocracia emergente teria sido os intelectuais do movimento de 30, de origem e ideologia fundamentalmente burguesa. Já nos anos 50 o peso da burocracia estatal não apenas militar, mas também civil, começa a se fazer sentir enquanto intelectuais que ocupavam cargos burocráticos no Estado. Nos anos 60, o pacto populista entra em crise e o projeto da liderança burguesa sobre o proletariado e uma burocracia em ascensão foi abandonado. No entanto, a burocracia estatal, sob a liderança militar, realinhou-se com a burguesia e com o capitalismo internacional para constituir o Estado Burocrático Autoritário (que Bresser Pereira denominou de Estado Tecnoburocrático Capitalista).

E sabido que a partir de 1964 a burocracia estatal ganhou espaço decisivo, junto com as Forças Armadas. Segundo Cardoso, não só por serem antipopulistas, mas sobretudo devido às suas afinidades ideológicas e programáticas com o novo eixo de ordenação política e econômica. Segundo esse autor *"assumiram tanto funções repressivas no plano social, como modernizadoras no plano administrativo."* (1979:54).

A questão da burocracia estatal no Brasil, sem dúvida, tem contornos diferentes daqueles dos países de capitalismo avançado, ainda mais em relação às sociais democracias europeias, caracterizadas por Claus Offe (1984). No entanto, devido a especificidade do nosso trabalho, não é possível tratar deste assunto

---

aqui.<sup>7</sup>

No caso brasileiro, devido à forte presença do Estado no aparelho de produção e no setor financeiro, dotou-se o Estado de uma base própria de acumulação que ampliou o poder político da burocracia e fortaleceu seu entrosamento social. Esta caracterização toma dimensões mais amplas quando considerarmos que o processo se deu dentro de um período em que a sociedade civil estava praticamente desprovida de organização de massa e canais de representação política.

Para Martins (1985), é exatamente a base própria de acumulação do Estado, controlada pela burocracia, que lhe permite apoderar-se de excedentes, sob forma de salários, ou participar nos lucros das empresas estatais, que lhe dá as condições para a sua própria reprodução enquanto grupo social. Além disso, a autonomia, tanto na captação de recursos como nos investimentos, difundiu o ethos capitalista na burocracia estatal brasileira, não apenas ao segmento que dirige as Empresas inseridas diretamente na produção, mas à burocracia estatal como em todo.

---

7 Ver, sobre o assunto, OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista". Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. E, CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas, SP: Papyrus, 1988. 2 ed.

A compreensão desta autonomia é essencial para entender o nosso objeto de investigação.

Até aqui restringimo-nos à formação e atuação da burocracia estatal. Poderíamos afirmar que esta é a sua face legal, enquanto aprovada e instituída pelo próprio sistema político vigente. A outra dimensão diz respeito à legitimidade de sua atuação, isto é, enquanto aprovada e apoiada pela sociedade civil. Esta dimensão analisaremos juntamente com a implantação dos denominados "Grandes Projetos".

---

## II. O ESTADO E OS GRANDES PROJETOS NA AMAZONIA

Quando abordamos a industrialização e as mudanças inerentes à configuração da sociedade brasileira, deixamos de ressaltar as formas diferenciadas de integração ou marginalização das várias regiões do país nesse processo. Com isso, damos a impressão de uma nação não diferenciada, globalizada e totalizada.<sup>8</sup> Neste trabalho interessa-nos, de forma particular, mesmo sem poder entrar em especificações detalhadas, situar a região amazônica e, mais diretamente, o Estado do Amazonas nesse processo histórico. Os grandes projetos que são a nossa preocupação central, dentro de uma análise mais ampla, tem as suas origens no processo de ocupação histórica da região, marcado pela contradição entre cobiça e desprezo, exploração e abandono.

O período áureo do Amazonas, sem dúvida, foi o período da borracha, num espaço de 30 anos (1880-1912), que pode ser

---

<sup>8</sup> Frisar a forma diferenciada de integração ou marginalização, além de ser um dado evidenciado, é importante para entender os problemas bastante específicos de incorporação e rupturas entre diferentes regiões do país.

caracterizado como um verdadeiro deslumbramento.”

Seria importantíssimo penetrar nos aspectos fundamentais que caracterizaram o ciclo do latex, que moldaram o Amazonas até os dias de hoje. No entanto, somos obrigados a nos atermos a alguns aspectos relacionados diretamente ao nosso objeto. Um destes aspectos é as relações de trabalho estabelecidas no período, sem dúvida, uma das facetas mais cruéis da nossa história, e que deixaram marcas profundas na população da região. Foi exatamente devido às relações de trabalho que a borracha produziu uma pequena camada social, que conseguiu viver alienada e pomposamente a partir da intermediação comercial e da exploração absoluta da força de trabalho.<sup>10</sup>

Márcio Souza, ao se referir às contradições das relações de trabalho do período, assim se expressa:

*“O Coronel da borracha, ou seringalista, seria o grande astro desta comédia de boulevard, a*

---

9 Sobre o deslumbramento da borracha convém ler: SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense. Do Colonialismo ao Neocolonialismo*. São Paulo: Ed. Alfa Omega, 1978. E, Idem. *O Empate contra Chico Mendes*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

10 Para entender as relações de trabalho que se estabeleceram, é importante remontar ao trabalho compulsório dos nordestinos fugitivos da seca (1877-80), alienados pela propaganda e, mesmo, incentivos oficiais para os Estados Amazônicos. Os custos de migração foram obtidos pelos seringalistas comerciantes a preços, em parte, financiados pelo poder público. Além disto, os migrantes eram obrigados a ressarcir o seringalista dos adiantamentos (instrumento de trabalho, despesas de instalação e suprimento). (Fernando Henrique Cardoso - Geraldo Müller. 1978).

grande personagem desta obra prima do tradicionalismo capitalista brasileiro, que foi o vaudeville do ciclo da borracha. Ele era o patrão, o dono e o senhor absoluto de seus domínios, um misto de senhor de engenho e aventureiro vitoriano. Havia, por isso, discrepâncias na sua atitude: era o cavalheiro citadino nos salões de Manaus e Belém e o patriarca feudal no seringal. ...De outro lado, o seringueiro retirante nordestino que fugia da seca e da miséria, era uma espécie de assalariado de um sistema absurdo. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentracionária do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e mora do patrão. Endividado, não conseguia mais escapar. Se tentava a fuga, isto podia significar a morte ou castigos corporais rigorosos. Definhava no isolamento, degradava-se como ser humano, era mais um vegetal do extrativismo." (1990: 47-8).

O ciclo da borracha se desenvolveu entre a opulência e o luxo, ao ponto de a libra esterlina circular em Manaus como o mil réis e os transatlânticos da Booth Line fazerem linhas regulares entre a capital amazonense e Liverpool. Economicamente os coroneis dependiam de Londres, mas culturalmente estavam voltados para Paris e politicamente sintonizavam uma certa distância patriótica com o Rio de Janeiro. (Souza, 1978.).

O delírio da borracha, entretanto, durou pouco. Em 1876, os ingleses conseguiram desviar as primeiras sementes para Londres, que mais tarde foram reproduzidas comercialmente no sudeste asiático. Este fato não permitiu mais que o produto amazonense, explorado de uma forma não racional, concorresse no mercado internacional. A decadência foi progressiva, não só da borracha, como das atividades

dela dependentes. A Amazônia e, de uma forma especial, Manaus entraram no marasmo e depressão que Márcio Souza assim caracteriza:

*"Manaus sofreu uma assustadora redução populacional e o índice de liquidez caiu praticamente a zero. A massa rural regressava para o sistema de trabalho de subsistência e para o regime de troca. A classe média, com o alto índice de desemprego, atingia níveis de indigência. Os palacetes começavam a ruir, abandonados, e as ruas enchiam-se de buracos. ... "* (1978:147).

O que aconteceu em Manaus retrata o quadro, de uma forma geral, da Amazônia. As elites, acostumadas ao deslumbre, estupefatas, se retiraram ou se agarram desesperadamente ao Estado, como tábua de salvação.

Em 1912, o Governo Federal (Hermes da Fonseca) instituiu o Plano de Apoio à Borracha, numa tentativa de fortalecer a posição do Brasil no mercado internacional do produto. No entanto, o mercado mundial da borracha já era controlado pelos plantadores do Ceilão, que ofereciam um produto final a preços com que o extrativismo amazônico não podia concorrer. O plano foi desativado (1914) e a Amazônia entrou na estagnação.

A partir desse período, a Amazônia entra em letargia praticamente durante trinta anos. Tentativas de iniciativa privada, algumas de grande porte, investiram na região para usufruir de suas riquezas naturais. O exemplo mais típico é a Fordlândia, construída a

---



---

partir de 1928, no rio Tapajós, ocupando uma área de 700 mil ha., com o objetivo de abastecer a indústria americana de borracha. O projeto fracassou completamente, por razões que não podemos considerar aqui, e foi vendido ao Ministério da Agricultura em 1946. (Folha de São Paulo, 23.03.1989). Hoje restam algumas seringueiras remanescentes.

A nova fase de interesse ou preocupação pela região se inicia com o célebre discurso do Presidente Vargas, pronunciado em Manaus em 1940. Afirmou ele que: *"Tudo o que foi feito até agora no Amazonas, seja na agricultura ou na indústria extrativista ... Deverá ser transformado em exploração racional."* (Hall, 1991:23).

O discurso de Getúlio foi um alerta para a importância econômica da Região Norte para o Brasil, que resultou na pressão no sentido de integrá-la à dinâmica e à política nacional, gestada a partir dos novos polos industriais urbanos do sul e centro-sul, durante a década de 30. (Hebétte, 1989.).

A preocupação de Vargas, aparentemente surtiu efeito, quando em 1942, com o estreitamento dos laços entre Brasil e Estados Unidos, se realizou a denominada "Batalha da Borracha", cujo objetivo era abastecer o mercado americano com o produto estratégico. Os americanos investiram fortemente, mas com o final da guerra, o

---

---

interesse acabou.<sup>11</sup> (Hall, 1991).

Em 1953, o Governo Federal elaborou um plano de desenvolvimento regional e de uma agência de desenvolvimento sob a forma de Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Problemas de ordem convencional e burocrática e, sobretudo, o interesse em investir em infra-estrutura para o fomento da indústria, relegou o órgão a modestos resultados para a Amazônia. Os recursos maiores foram alocados à construção da rodovia Belém-Brasília.

Com a construção da Belém-Brasília se inaugura a fase dos denominados "Grandes Projetos" para a Amazônia que são implantados, mediante um planejamento do Estado, com o objetivo de integrar a região amazônica aos centros já industrializados do país.

A integração da nação e a estratégia do Sistema para promover a modernização em tempo rápido, após 64, se torna uma verdadeira obstinação. Neste sentido abriram-se as portas ao capital estrangeiro para a pesquisa e exploração dos recursos naturais com

---

11 Segundo Hall, a Rubber Reserve Company estabeleceu um fundo de US\$ 5 (cinco) milhões, enquanto o Banco de Exportação - Importação ofereceu ao Brasil um crédito de US\$ 100 milhões (1991).

---

subvenções públicas. Além disso, fez-se uma imposição sobre todo território nacional de uma malha de controle técnico e político, através da criação de órgãos federais, com jurisdição absoluta e até mesmo direitos de propriedade. O resultado foi a expansão do aparelho do Estado, ou seja, a produção de um espaço político estatal. Na Amazônia essa configuração se torna mais transparente, formando uma verdadeira "malha programada", segundo a expressão de Bertha Becker (1989).<sup>12</sup>

## II.1 - "A malha programada".

Com a formação da "malha programada" é o próprio Estado que tomou a iniciativa de um novo e ordenado devassamento amazônico. Com o objetivo de modernizar o país, o Estado é considerado o único ator capaz, através do planejamento racional, de promover a transformação acelerada da economia e do território nacional para superar o subdesenvolvimento. (Becker, 1989).

Dentro dessa perspectiva, em 1966, a SPVEA foi extinta e

---

<sup>12</sup> Para termos uma compreensão da "malha programada", formada pelos órgãos federais, é importante conhecer a evolução da política governamental em relação a Amazônia e os órgãos criados para gerar o seu desenvolvimento, ver: CARDOSO, Fernando H. e MULLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1978. Cap. VI.

criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), cuja atuação não se limitou à Região Norte, mas se estendeu por mais 1,4 milhões de km<sup>2</sup>, constituindo a Amazônia Legal. Foi ampliada, em 1977, quando incorporou todo o Estado do Mato Grosso. Sua atuação corresponde hoje a 5 milhões de Km<sup>2</sup>. - 57,4% da área total do Brasil. (Bertha Becker, 1989). A Amazônia Legal constitui de fato a primeira superposição de um território federal, característica da "malha programada", sobre os estaduais, onde o governo central estabelece um controle técnico/político sobre o território criado, onde os planejadores burocratas do Estado substituem os políticos tradicionais no direcionamento da região.

No mesmo ano (1966), através de decreto presidencial - foi criado o plano denominado de "Operação Amazônia". O objetivo era criar polos de desenvolvimento estimulando a imigração e a formação de grupos auto-suficientes, proporcionando incentivos a investimentos privados, promovendo desenvolvimento de infra estrutura e pesquisas sobre o potencial de recursos. (Hall, 1991).<sup>13</sup>

---

13 A política de incentivos fiscais teve grande ampliação em 1966, através da lei nº 5.174, que concedeu isenção de 50% do imposto de renda devido até 1982 àqueles que investissem na agricultura, pecuária, serviços básicos, tais como: educação, transporte, colonização, turismo e saúde pública. Essa medida elevava para 100% a isenção para aqueles que investissem em projetos na Amazônia. Dentro dessa política, a SUDAM aprovava de outubro de 1966 a abril de 1969, 239 projetos, sendo 123 agropecuários e 116 industriais. (Cardoso e Müller, 1978).

A política de incentivos só foi possível devido a grande massa de recursos que o regime conseguiu proporcionar ao aparelho do Estado, através do aumento da receita fiscal, como já nos referimos anteriormente.

A "malha programada" toma novo vigor em 1974, com a criação da Polamazônia, que determinava quinze polos para a canalização dos investimentos, cada polo especializado em determinadas atividades de produção, dando prioridade às empresas agropecuárias e de mineração, já que o governo considerou a colonização, através de pequenos proprietários, lenta e onerosa, sem os resultados desenvolvimentistas esperados. Para tanto era necessário conciliar interesses políticos da propriedade da terra com os interesses do capital modernizador. As versões mais recentes da "malha programada", com objetivos econômicos e políticos, como territórios criados para ordenar áreas de conflitos localizados em faixa de fronteira, são o Polonoroeste (1981), o Projeto Calha Norte (1985), o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental (1988) e, finalmente, o Programa Nossa Natureza (1988). (Bertha Becker, 1989).

Dentro da dimensão de modernizar a economia (inserção no capitalismo internacional), integrar o território nacional e desenvolver a Região Norte, os Grandes Projetos podem ser caracterizados em três dimensões: os que procuram abrir a fronteira

---

agrícola amazônica, os que se direcionam para a pesquisa e exploração dos recursos naturais e os que procuram dar um destino aos novos recursos minerais e energéticos do país.

A abertura da fronteira agrícola tem como eixo dinâmico a construção de rodovias, com o objetivo de atrair imigrantes do nordeste, bem como de outras regiões. Não é possível fazer uma análise dos sucessos e fracassos, como das controvérsias geradas por tais empreendimentos. Os dados, no entanto, revelam que os resultados ficaram muito aquém das expectativas e dos objetivos propagados. O exemplo mais ilustrativo é a Transamazônica, construída no período de 1970 a 1974, com os fundos provenientes do PIN (Plano de Integração Nacional). Pretendia "ligar o deserto árido ao deserto úmido", ou "unir homens sem terra à terra sem homens", rasgando a floresta amazônica do Maranhão ao Amazonas. Dos 5.000 km. de estrada previstos, existem hoje apenas 1.534 km., em péssimas condições de tráfego. (Folha de São Paulo, 23.03.1989). O plano inicial era assentar 100.000 famílias ao longo da rodovia. Em 1974 menos de 6% da meta havia se concretizado, um total de apenas 5.717 famílias. (Hall, 1991).

Quanto à pesquisa e exploração de recursos minerais, praticamente se concentrou na pesquisa empresarial de grandes grupos nacionais e internacionais, que identificaram as principais áreas de possíveis ocorrências. Daí resultou a cobertura de grande parte da

---

Amazônia por alvarás de pesquisa e concessões de lavra.

*"A garimpagem foi cada vez mais substituída ou controlada por grupos empresariais, às vezes pequenos a nível de produção, mas grandes a nível de comercialização."* (Hebette, 1989:12).<sup>14</sup>

Os projetos que se voltam para o aproveitamento dos recursos minerais e energéticos podem ser caracterizados basicamente como projetos de metalurgia. A preocupação central é gerar infra-estrutura e vias de escoamento e produção energética, para que os diversos minerais possam ser extraídos e beneficiados. A expressão maior é, sem dúvida, o Programa Grande Carajás, formado por quatro grandes projetos: uma jazida de minério de ferro, duas fábricas de alumínio e a hidrelétrica de Tucuruí.<sup>15</sup>

Os estudos sobre os grandes projetos da Amazônia são abundantes e diversificados; os estudiosos se voltam de maneira incisiva à compreensão das razões que os implantaram. Entre os

---

14 Segundo Hebette, os grupos estrangeiros detém aproximadamente 30% dessas áreas, sendo em geral os de minérios de maior valor. Entre eles destacam-se a British Petroleum/Brascam (cassiterita), a Anglo American Bozzano Simonsen (ouro), a Rhone Poulenc e a Royal Dutch/Shell (ouro), a Alcan (bauxita). Os grupos brasileiros são representados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), a Paranapanema e a Brumadinho (cassiterita), a Votorantim (bauxita). (1989:12).

15 O projeto Grande Carajás cobre uma área de quase 900.000 km<sup>2</sup>, ou seja, o tamanho da Grã-Bretanha e França juntas, ou quase 11% do país. Inicialmente foram projetados US\$ 62 bilhões. No entanto, é quase impossível calcular o investimento real. (Hall, 1991).

---

principais, podemos caracterizar algumas conclusões:

- Integrar a Região Norte do país à dinâmica econômica e política nacional do sul e do centro. (Hebétte, 1989).

- Criar condições gerais para a produção ampliada e o ordenamento territorial, em consonância com as idéias de integração com a doutrina de Segurança Nacional. (Scherer-Warren, 1989).

- Enquadrar todo o território e população brasileira em um único e global modelo capitalista. (Tupiassú, 1987).

- Todos eles visam justamente a venda de grandes quantidades de matéria prima no estrangeiro. (Pinto, 1987).

Não é possível nos prendermos muito em considerações gerais sobre os grandes projetos amazônicos. No entanto, não podemos deixar de registrar consequências que quase sempre são relegadas pelas informações oficiais, empresas investidoras e beneficiadas. Tupiassú (1987) indica alguns desses resultados:

- A não ou pouca internalização de efeitos germinativos à região;

- A não ou pouca preocupação com a preservação do ecossistema regional;

- O caráter de pilhagem que peculiarizou os projetos, não somente em relação aos recursos naturais, mas também em relação aos recursos culturais e políticos, por exemplo, os indígenas que

---



simplesmente estão sendo vítimas de um insidioso genocídio.

- Redução da Amazônia a um palco de drama social, sobretudo no tocante à luta pela terra.

Kohlepp (1987) chama atenção sobre os efeitos de desintegração da região. Isso se deve à sobreposição de novas estruturas, impostas pelos grandes empreendimentos às estruturas sociais e econômicas tradicionais da região. Numa primeira fase, a nova realidade cria milhares de empregos e atrai trabalhadores de outras regiões. Este "boom" decai rapidamente após a instalação do projeto, quando os operários são demitidos, formando enormes bairros marginais, onde os mesmos permanecem em condições de extrema miséria. Instalou-se uma grande obra moderna, mas a população da região se tornou mais pobre, porque as estruturas sociais e econômicas, na área do projeto, foram completamente alteradas. A sobrevivência se tornou difícil mesmo no setor informal.

## II.2 - A Zona Franca de Manaus.

Para a compreensão da instalação da UHE de Balbina, é preciso remontar, embora sucintamente, a outro projeto, resultado da política dos incentivos fiscais e do modelo desenvolvimentista

---

brasileiro, estreitamente imbricado com Balbina: a Zona Franca de Manaus.

Na verdade, a Zona Franca de Manaus foi implantada no período da expansão da frente agrícola (1967). É um caso à parte de incentivos ao comércio e à indústria e até mesmo à agropecuária dentro daquela época. Embora algumas análises ressaltem somente os incentivos fiscais, outros fatores têm importância fundamental na concepção da Zona Franca. Ernesto Renan Pinto (1987) aborda intervenientes decisivos. Para o autor, é fundamental a possibilidade de recrutar uma força de trabalho que se submeta a remunerações sensivelmente mais baixas do que as prevalentes em outras regiões e nos países onde se localizam as matrizes das empresas industriais. Dentro dessa perspectiva, em Manaus, após os anos de depressão e marasmo, a força de trabalho estava massivamente disponível.<sup>16</sup>

Outra exigência para a implantação de zonas francas, e de certa forma decorrente da disponibilidade de mão de obra barata e abundante, é a existência de um regime político forte que exerça um controle à manifestação e sobretudo à organização da força de

---

16 A disponibilidade de mão de obra barata é uma das características das zonas francas que na década de 70 incorporavam o mercado de trabalho mundial, como na Ásia: Bahrein, Líbano, Jordânia, Síria, Singapura, Malásia, Taiwan, Hong Kong e Coreia do Sul; África: Egito, Maurício, Senegal, Togo e Tunísia; América Latina: Brasil, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Colômbia, México, Panamá e Porto Rico.

trabalho. Sem dúvida é a forma de manter a remuneração baixa. No caso brasileiro, o regime burocrático autoritário se encarregou perfeitamente desta faceta conforme já nos referimos anteriormente.

Considerando esses fatores, torna-se fácil entender que a Zona Franca de Manaus se tenha instalado no início do regime militar que tinha como uma das metas principais a internacionalização da economia, tendo o aparelho do Estado praticamente como único interlocutor com o capital internacional. Coligam-se assim interesses nacionais com a necessidade do próprio capitalismo de procurar sempre novas formas de ampliar a margem de lucro o que faz com que se desenvolva uma nova divisão internacional do trabalho, da qual a Zona Franca é um retrato específico.

E certo que o panorama de Manaus se transfigura com o advento da Zona Franca que primeiramente atraiu centenas de comerciantes internacionais e nacionais, oferecendo os produtos mais variados que lotaram as ruas de consumidores sedentos pelas novidades surgidas, como espécie de "milagre". As indústrias de esteira de montagem se implantam gradativamente. Segundo o estudo de Leo Despres (s/d), baseado em dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), até 1984, haviam se instalado 208 indústrias de montagem em Manaus, incluindo os mais diversificados ramos, como motocicletas, relógios, até a indústria relativamente sofisticada de produtos eletrônicos.

A primeira consequência é a concentração da população em Manaus e o esvaziamento do interior do Estado. Segundo Schwade (1985), a capital tem um aumento populacional de 115% de 1970 a 1980. Segundo Miranda Neto (1986), no período da instalação da Zona Franca, Manaus apresentou a maior taxa de crescimento populacional já notado em uma capital brasileira, contando com 220 mil habitantes em 1967, passando para 600 mil dez anos depois.

Através do estudo de Despres é possível verificar a concentração da população na cidade de Manaus, em relação ao Estado, e o crescente esvaziamento da zona rural.

ANO	AMAZONAS	MANAUS	% EM MANAUS
1950	514.089	139.620	27,2
1960	708.459	173.703	24,5
1970	955.235	311.622	32,2
1980	1.430.314	634.756	44,4

(Despres, s/d baseado no Anuário Estatístico do Brasil, 1980 - IBGE)

Para melhor demonstrar a concentração da população em Manaus, apresentamos, a seguir, a comparação com a cidade de Belém - Pará, dentro do mesmo período.

---

ANO	PARA	BELEM	% EM BELEM
1950	1.123.273	254.949	22,7
1960	1.529.203	399.222	26,1
1970	2.167.018	633.374	29,2
1980	3.403.391	933.287	27,4

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil, 1988 - IBGE.

Não podemos entrar na polêmica se a principal causa da concentração foi a atração exercida pela Zona Franca ou as precárias condições do meio rural que expulsaram a população do interior.<sup>17</sup>

Não há dúvida que a Zona Franca aumentou a oferta de empregos, tanto no setor comercial como no industrial, mas, ao mesmo tempo, não conseguiu assimilar o contingente de população que migrou para Manaus, seja no mercado de trabalho como em infra-estrutura básica no contexto urbano. O resultado, mesmo no período de ascensão da Zona Franca, foi um quadro social de desemprego e sub-emprego e uma grande parte da população marginalizada econômica e socialmente, vivendo nas periferias que cresciam diariamente sem as mínimas condições de subsistência.

---

17 Um estudo específico sobre este problema foi realizado por Rosalvo Machado Bentes em sua tese de mestrado, pela Universidade Federal do Pará, em 1983, com o título: "A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus".

---

---

E preciso lembrar ainda que Manaus exerceu uma função específica dentro do contexto de integração nacional. Renasceu com uma nova dimensão de capitais envolvidos e sobretudo o envolvimento do aparelho de Estado, que se empenhou em sua rápida estruturação e controle. Desta forma, renasceu como um centro urbano heterogêneo, com rápida sucessão e superposição de várias frentes de investimento e de atividades. Com estas características, o objetivo era fazer de Manaus um polo de irradiação da modernidade na Amazônia, logicamente sob o controle do aparelho do Estado.

Com a Zona Franca, sobretudo do Distrito Industrial, demandas de grande vulto em infra-estrutura são direcionadas ao Estado, entre as quais a energia elétrica, fator essencial para a dinâmica e proliferação da produção planejadas.

A demanda por energia elétrica, no período em questão, é uma característica generalizada no Brasil. E preciso lembrar que estamos nos referindo à época do "milagre brasileiro" (1968-1974), cujo modelo de desenvolvimento se alicerçou numa exacerbação do consumismo, necessariamente implicando num extraordinário dispêndio de recursos naturais e particularmente de energia.

Os sintomas de reversão do ciclo expansivo começam a dar sinais em 1974, juntamente com os impactos da crise do petróleo e as repercussões da inflação internacional. A medida que a crise se

---

desenhava com nitidez cada vez maior, o governo apresentava a questão da energia como um problema nacional que iria afetar diretamente o bem estar da população. A crise do modelo, em nível oficial, sempre era apresentado como resultado exclusivamente de fatores externos e de uma maneira específica como sendo uma crise energética. Desta forma, consegue-se justificar a política energética implantada desde meados dos anos 60, quando o consumo de energia elétrica vinha crescendo vigorosamente e a capacidade gerada se expandia a taxas ainda mais altas. Entretanto, foi no período compreendido entre o início do "milagre" e o final dos anos 70 que esta tendência foi levada ao extremo. Desencadeou-se uma série de projetos destinados a promover uma gigantesca ampliação do parque gerador de energia; "Entre 1967 e 1976 a capacidade instalada no Brasil elevou-se mais do que o triplo, passando de 5.787MW para 17.675MW." (Bôa Nova, 1985:142).

Foi exatamente neste período que se instalaram projetos vultosos, com custos elevadíssimos. Segundo Bôa Nova (1985), muitas vezes os projetos funcionavam como mecanismos de captação de dólares. "Assim, no final do Governo Figueiredo, a dívida externa do setor elétrico já beirava os US\$ 20 bilhões." (Ibidem).<sup>18</sup> E preciso considerar interesses de corporações internacionais em transferir

---

18 O principal exemplo, sem dúvida, é Itaipú, inicialmente orçada em US\$ 2,3 bilhões, mas reavaliada constantemente, ultrapassando, em 1982, segundo Bôa Nova, a casa de US\$ 15 bilhões.

---

para os países subdesenvolvidos indústrias que consumissem grande quantidade de energia agregada, como é o caso das indústrias de alumínio. (Santos, 1992b).

Existe mais um dado, também fornecido por Bôa Nova, e importante para a nossa análise posterior: o plano 80 da Eletrobrás, divulgado no início dos anos 70, previa uma expansão de consumo de energia elétrica à taxa de 11% ao ano, até 1990. No entanto, esta projeção se mostraria equivocada já no começo dos anos 80, quando a economia entrou realmente em recessão. A taxa de crescimento do consumo que havia sido de 10,9% em 1980 despencou para 2,7%. Dentro dessa dimensão, de crise econômica, começou a sobrar energia.

Balbina surge dentro desse contexto de consumismo e oferta de energia dominante à nível nacional. É parte integrante dos grandes projetos amazônicos que tentam efetuar a integração nacional via modernização da economia, sob o controle do aparelho estatal. No entanto, as hidrelétricas da Amazônia apresentam características próprias que tentaremos analisar, à medida que acompanharmos a implantação de Balbina.

---



### III. UM "GRANDE PROJETO" NO AMAZONAS

#### III.1 - A Hidrelétrica de Balbina

Procuramos mostrar a correlação entre o modelo desenvolvimentista brasileiro e os "Grandes Projetos" na Amazônia de uma forma generalizada. Agora nos voltaremos para um projeto específico no Estado do Amazonas: a UHE de Balbina. Para podermos compreender o seu significado, abordaremos, em primeiro lugar, as implicações técnicas e econômicas, com as suas conseqüências sociais e ambientais.

A começar pelo nome, existem interpretações diversificadas. Em Manaus, muitos acreditam que a denominação é uma homenagem à mãe do Governador do Estado (no terceiro mandato), Gilberto Mestrinho, que já foi prestigiada com uma maternidade estadual "Balbina Mestrinho", localizada num bairro de Manaus.

O fato é que a UHE de Balbina tem origem no período do regime militar, durante o qual o Governador esteve afastado da vida

---

política. Além disso, ao assumir o Governo do Estado pela segunda vez (1982) hesitou em apoiar a obra, fato que diluiu esta homenagem (Fearnside, 1990a).

Um Jornal de Manaus publicou outra versão. Segundo este órgão, o local onde se situa a usina é descrita numa lenda popular que conta que a cabocla Balbina se dirigia à Manaus para dar à luz um filho quando seu barco naufragou numa cachoeira, fato que gerou o nome de Cachoeira Balbina.

Com esta versão, a hidrelétrica, além de receber o nome da cabocla, se baseia numa crença popular que os ribeirinhos continuamente imploram para que Balbina viva e não naufrague para poder dar à luz. (Ivânia Vieira, 1983).

Com esta versão ainda, além de a denominação ter um caráter popular, indiretamente já caracteriza a construção da obra como uma aspiração da população e não como uma simples imposição do Estado e de seus aliados.

As perspectivas iniciais do Projeto Balbina surgem no período de 1970/71, quando o Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM) iniciou suas sondagens com o objetivo de suprir com energia hidrelétrica do polo de desenvolvimento centrado em Manaus. Em 1972, esses estudos foram

---

---

retomados pela Eletrobrás, visando o inventário hidrelétrico dos rios Uatumã e Jatapú. (Folheto Informativo da Eletronorte, s/d).

Em 1973, através da lei nº 5.899, de 5.7.73, foi criada as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), subsidiária da Eletrobrás, sendo-lhe atribuída a responsabilidade pela aplicação da política energética da Região Norte que corresponde praticamente à área da Amazônia Legal, com a dimensão de 58% do território nacional. Um reconhecimento aéreo, feito pela Eletronorte, demonstrou a ela que o suprimento hidrelétrico de Manaus poderia ser efetuado por um aproveitamento de trecho do rio Uatumã, entre as Cachoeiras Balbina e Morena. (Ibidem).

A viabilidade da UHE de Balbina foi divulgada pela Eletronorte em 1975 e a geração da primeira unidade prevista para 1982. O projeto localiza-se no rio Uatumã, no município de Presidente Figueiredo, distando de Manaus cerca de 140 km. em linha reta e 176 km. por rodovia. O acesso rodoviário é feito pela BR 174 (Manaus-Caracarái) até o Km. 102 e o restante através da Rodovia Estadual que dá acesso à Hidrelétrica. A principal justificativa para o Projeto se fundamentou na crise do petróleo que alicerçou a nova política energética brasileira, a partir da década de 70 como já nos referimos no capítulo anterior.

A crise do petróleo e as repercussões da inflação

---

internacional e o conseqüente aumento dos preços do petróleo são apresentados como repercussão trágica para a realidade Amazônica, mais especificamente para Manaus onde se acabara de instalar a Zona Franca, com o Distrito Industrial em plena ascensão. Apesar dessas transformações, toda energia para a cidade era gerada por um Parque Termelétrico que consumia anualmente 156 milhões de litros de óleo combustível, equivalendo a um consumo médio de 3 milhões de barris de petróleo por ano. O custo destes combustíveis foi da ordem de 86 milhões de dólares/ano (a preços de dezembro de 1987) para uma geração de 159 MW médios. (Ibidem).<sup>19</sup>

Perante este quadro, a situação energética para o modelo desenvolvimentista, instalado em Manaus, era alarmante, ainda mais quando consideramos que este tinha como objetivo ser um polo de irradiação de integração da região. Continuar na dependência das

---

<sup>19</sup> Schwade (1985), baseado num discurso do então Deputado Federal Randolpho Bittencourt, de 22.8.1983, que forneceu os seguintes dados sobre o consumo de energia em Manaus: Em 1983, a produção de energia teria consumido 5.900 milhões de barris de petróleo, num valor de CrN 33,4 bilhões. Com estes valores os gastos seriam 35% superiores aos da receita da cidade com a venda de energia que somava CrN 21,8 bilhões. A este quadro ainda acrescenta um crescimento de consumo energético na ordem de 26,5% em 1983. Estamos utilizando os dados do período da década de 80, pois a previsão inicial da Eletronorte era gerar energia com Balbina já em 1982, período em que a obra se tornou crítica devido às reservas e críticas que surgiram de amplos setores da sociedade e sobretudo por parte de estudiosos que acompanhavam o desenrolar do projeto, devido os impactos que geraria. Havia aqueles que entendiam que era necessário dinamitar tudo para começar um empreendimento com acerto. (Jornal "A Notícia" - 22.5.83). Durante este período os idealizadores e defensores da Hidrelétrica tiveram que usar todos os argumentos disponíveis para a continuidade da obra.

---

termelétricas, sob o ponto de vista económico da época, era praticamente inviável. O recurso hídrico vislumbrava-se como solução definitiva.

Com a apresentação desses dados, a Eletronorte e os representantes da elite amazonense (especialmente os políticos) procuravam demonstrar, de forma incontestável, a necessidade da construção da hidrelétrica para o Amazonas. A usina era considerada o símbolo do progresso da região, expresso pela propaganda: "Balbina é nossa". Como consequência, quem se colocasse contra só poderia ser inimigo do Estado do Amazonas, porque queria mantê-lo no atraso.

A propaganda direcionada, encobrendo os impactos ambientais e sociais, foi uma das formas de alienar a população e legitimar a obra, desde o momento que a hidrelétrica entrou nos planos da "malha programada", sob o gerenciamento da Eletrobrás e posteriormente da Eletronorte. A propaganda conseguiu inculcar na população de Manaus que todos aqueles que tinham reservas à hidrelétrica de Balbina, além de serem contra o progresso, rejeitavam a construção de qualquer hidrelétrica na região, apesar do seu potencial hidrográfico, enquanto se sabe que o potencial hidrelétrico quando racionalmente explorado e quando não excede a capacidade de renovação dos sistemas naturais é a energia mais barata e das menos atentatórias ao equilíbrio ecológico. Ainda se sabe que o Brasil consumiria rapidamente suas reservas energéticas não renováveis se

---

optasse por não explorar os recursos hídricos.

Neste sentido, um técnico<sup>20</sup> fez algumas considerações sobre a UHE de Balbina, colocando como indiscutível a necessidade de uma hidrelétrica para Manaus.

*"O problema não é por ser hidrelétrica, é onde ela está. Porque é sabido que a energia (hidrelétrica) é a mais barata e menos degenerativa. Ela usa um recurso renovável. Ela não gasta recurso, porque a gente usa a força do nicho. Agora ela colocada num local inadequado ela pode gerar problemas sociais tremendos, ela pode gerar problemas ambientais tremendos. Ela pode gerar todo tipo de problemas, mas, esses problemas podem ser minimizados se você a colocar num lugar apropriado. No entanto, por conta desta necessidade é que se tenta passar um mata-borrão em todas as aberrações de Balbina."* (Entrevista).

Para podermos entender a problemática da UHE de Balbina iremos nos ater aos principais impactos que foram gerados pela obra sem entrarmos detalhadamente nos aspectos técnicos, que, além de fugirem à nossa alçada, não fazem parte direta do nosso objeto de estudo que se direciona mais diretamente para os aspectos políticos da tomada de decisão. Os aspectos técnicos apenas nos preocupam

---

<sup>20</sup> Especializado em recursos hídricos, na época pesquisador do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), professor da Universidade do Amazonas, trabalhou na modelagem matemática da qualidade da água da UHE de Tucuruí e Balbina. Quando analisou o resultado do modelo para a hidrelétrica de Balbina procurou alertar os técnicos da Eletronorte sobre os impactos negativos da usina. O alerta teve a propaganda como resposta, e tão intensa que as relações públicas da empresa foram premiadas duas vezes.

enquanto caracterizam impactos do projeto que deveriam ser considerados para a implantação ou não implantação de uma obra que se afirma ser um "Grande Projeto" para o desenvolvimento da região.

Apesar de a Amazônia ser considerada a região com maior potencial hidrelétrico, apresenta também problemas que lhe são característicos neste setor, como, por exemplo, a forte flutuação sazonal dos rios. Além disso, a sua topografia tende a atingir enormes áreas inundadas e grandes quantidades de biomassa nestas áreas. Essas características exigem grandes reservatórios e a necessidade de armazenamento resultando em custos crescentes com o agravamento de impactos ambientais e sociais de dimensão extraordinária. (Poole: 1990). Devido a essas características da Região Amazônica existem opiniões que "A região como regra não é apropriada para hidrelétricas."<sup>21</sup> (Entrevista).

### III.2 - A energia de Balbina.

E exatamente em relação à vazão da água do rio Uatumã e sua capacidade de geração e à extensão da área ocupada pelo

---

<sup>21</sup> Deputado Estadual, co-fundador da Associação Amazonense de Proteção Ambiental (AMAPAM) e do Movimento de Defesa da Amazônia (MDA), professor universitário e dirigente partidário.

reservatório que se fundamentam as principais restrições ao Projeto da UHE de Balbina.

Sobre esta problemática, isto é, vazão de água mínima do rio Uatumã e o conseqüente aumento excessivo da extensão do reservatório, praticamente existe um consenso entre os diversos atores sociais que se posicionaram em relação ao projeto, apesar de terem posições antagônicas sobre a necessidade e a utilidade e a conveniência da usina. Sobre o assunto consideramos útil alguns depoimentos que nos esclarecerão posicionamentos posteriores.

*"Eu fui de barco a motor (no rio Uatumã) e verifiquei que é um rio estreito e que havia pouco volume d'água. Então aí é que está o problema: a vazão do rio é pequena durante a vazante, sendo pequena a vazão do rio, ele tem que ter muita acumulação da bacia, é por isso que deu 230 mil hectares, ou sejam 2.300 km<sup>2</sup> de lago."<sup>22</sup> (Entrevista).*

Para Fearnside, a quantidade da água da bacia hidrográfica de Balbina *"representa uma situação extremamente fora de propósito no desenvolvimento hidrelétrico."* (1990a:19). E, após acompanhar as mensurações da água feitas pela Eletronorte, afirma: *"Esta é uma quantidade própria para um pequeno igarapé ao invés de um*

---

22 Empresário. Acompanhou a Hidrelétrica de Balbina desde a sua concepção, no período de 1972. Tem várias obras publicadas sobre a Região Amazônica. Professor universitário. Defensor do aproveitamento dos recursos hídricos da região para instalação de grandes usinas.



*projeto hidrelétrico.*" (Ibidem:18).<sup>23</sup>

A quantidade de água evidentemente é fator fundamental para a geração de energia pela UHE de Balbina. Sobre a energia real fornecida pela hidrelétrica existem controvérsias profundas. Primeiramente é preciso distinguir potencialidade instalada e energia gerada. E neste aspecto que surgem as discrepâncias.

Os dados da Eletronorte fornecem uma capacidade instalada de 250 MW, com cinco turbinas em funcionamento. Entretanto, é sabido que devido à oscilação da água dificilmente as cinco turbinas poderão gerar conjuntamente. (Entrevista, idem nota 20).

Mesmo com estas limitações, o superintendente da Eletronorte garante que na época em que Balbina começou a gerar, atendia perfeitamente a demanda de Manaus, mas com o crescimento da cidade houve um aumento da necessidade energética que, no dia 11 de setembro (1990) chegou a 332 MW. Mesmo assim, na opinião do superintendente, Balbina atende 85% da demanda de Manaus. (Entrevista).

Em relação ao abastecimento de Manaus e à capacidade de

---

<sup>23</sup> Segundo o autor citado, na capacidade plena as cinco turbinas instaladas em Balbina engoliriam 1.335 m<sup>3</sup>/segundo de água. No entanto, baseado na área da bacia e nos índices pluviométricos, a vazão média anual está em torno de 660 m<sup>3</sup>/segundo. (1990a).

geração da hidrelétrica, como já aludimos, as opiniões se dividem e chegam a se contradizer. Para termos uma idéia colhemos informações de técnicos diretamente responsáveis pela manutenção da usina, engenheiros que trabalharam na obra, políticos, empresários e pesquisadores.

Segundo um engenheiro de recursos hídricos (idem, nota 20),

*"mesmo o potencial instalado (250 MW), representa um potencial mínimo, porque é uma obra inadequada do ponto de vista de engenharia, o local não sendo apropriado, a UHE não é bem encaixada. Isto gerou um custo muito alto. Na realidade a potência garantida de Balbina está em torno de 100 a 110 MW."*  
(Entrevista).

Um engenheiro que está permanentemente na usina nos informou que o fornecimento médio para Manaus corresponde a 60% da demanda, mas quando todas as condições são favoráveis chega a 85% da demanda da cidade.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Engenheiro que considera a usina inviável sob o ponto de vista técnico, mas se considera desqualificado para opinar sobre questões políticas e econômicas da obra.

Na opinião de um vereador da Câmara de Manaus<sup>25</sup>, pelo fato de Balbina estar num local errado ela não supre a necessidade de Manaus. Talvez chega a suprir 60%, a tal ponto que as termelétricas nunca puderam ser desativadas.

Na opinião do empresário (idem, nota 22) nos finais de semana a hidrelétrica abastece Manaus sem dificuldades. Durante a semana chega a abastecer de 70 a 80%.

Segundo Fearnside, a produção média da hidrelétrica pode ser estimada em 112 MW, considerando as perdas (passagem da água pelo vertedouro) e a perda na transmissão, reduz a entrega de energia para Manaus é reduzida para 109 MW (1990c). Se confirmada esta alternativa, a energia efetivamente fornecida para Manaus equivaleria a 43,6% da potência instalada.

Nenhum dos entrevistados, por mais que defendesse a hidrelétrica, considerou que a usina fosse suficiente para abastecer a sede da Zona Franca. Embora, nesta parte, apenas estejamos preocupados em apresentar a realidade de um Grande Projeto para

---

25 Na fase inicial da construção de Balbina, chegou a se posicionar a favor de Balbina, porque não entendia muito bem a questão devido à forma técnica que o assunto era apresentado. Depois foi esclarecido por técnicos do INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia) que Balbina só iria produzir de 3 a 4% do potencial de Tucuruí, embora o lago fosse submergir mais áreas do que Tucuruí. Hesitou em apoiar politicamente a obra quando ameaçada de paralização em 1985.

Manaus, impressiona o fato de não conseguir produzir energia nem para os supostos beneficiários imediatos dessa solução econômica, pois "sem Balbina Manaus ficaria um caos". Esta situação se torna mais trágica ao lembrarmos que inicialmente divulgou-se na região que, além de Manaus, todo o Baixo Amazonas seria abastecido pela energia proveniente daquela obra.

No dia 24 de junho de 1992, a "Folha de São Paulo" publicou uma nota de alerta sobre o fornecimento da energia elétrica de Manaus. Segundo a Folha, o Superintendente da Eletronorte atribuiu o problema à baixa das águas dos rios que abastecem o reservatório da Hidrelétrica de Balbina.

A previsão das fontes oficiais era que tal precariedade apenas se daria a partir de 1995. O fato, portanto, se adianta em 3 anos.

Quando se visita a UHE de Balbina, observa-se que as terras ao longo da estrada estão praticamente todas habitadas, sobretudo o trajeto que liga a obra à BR 174. São ocupações recentes, atraídas pela própria abertura da estrada. Em toda a região observa-se a ausência de energia para a população que mora praticamente encostada à usina.

O engenheiro do projeto (idem, nota 24) esclarece que

---

esta população não era servida "porque isto aqui foi feito para servir Manaus. Manaus estava no caos, ainda está no caos, mas sem Balbina estaria pior." (Entrevista).

Na opinião do empresário (idem, nota 22), no caso das grandes hidrelétricas, é preciso ter estações rebaixadoras para poder servir as pequenas vilas e povoados. "Então em vez da turma ficar reclamando, amaldiçoando a eletricidade, vão lutar por coisas concretas, vão lutar, por exemplo, pela eletrificação rural. E por isto que a população deve lutar." (Entrevista).

No entanto, na opinião do engenheiro (idem, nota 24), fazer uma estação rebaixadora é inviável para alimentar um consumidor que não traria retorno para este investimento. Para ele só um grande empreendimento compensaria tal despesa.

A vila de Presidente Figueiredo é o único local, fora de Manaus, servido pela UHE de Balbina. Isto é possível porque a mesma linha de 13.000 volts que alimenta a vila de Balbina (Canteiro de Obras) é mandada para este município.

A população à margem da estrada, para ser favorecida pela linha que serve Presidente Figueiredo, tem que comprar um transformador, poste e todo o material necessário para a ligação poder ser efetuada pela Companhia Energética do Amazonas (CEAM). A

---

população não tem poder aquisitivo para tanto. Alguns conseguem por interferência de algum político. (idem, nota 24).

Um vereador de Manaus afirma que nos últimos anos a população de Manaus cresceu muito para a região leste que circunda o Distrito Industrial. Nenhum destes bairros novos tem energia. Para o vereador, a energia de Balbina nunca foi dimensionada para os segmentos populares.<sup>26</sup>

Esta situação de precariedade de fornecimento energético é reconhecida pelo superintendente da Eletronorte quando considera que, em Manaus existe um número elevado de moradias (40.000 na sua opinião) que ainda não foram favorecidas. No entanto, afirma que a Empresa está implementando um programa para a população de baixa renda na periferia da cidade.

Esta questão, para nós, se torna complicada quando verificamos a capacidade de geração da usina, exposta acima, e considerando, como o próprio superintendente declarou, que atualmente Manaus já tem uma demanda de 332 MW, problema que se agrava, com o aumento de 10% a 12% de consumo de energia por ano na capital.

---

26 Em 1980 foi Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Amazonas. Em 1981, Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Militou no movimento dos "Sem Terra" e no Movimento de Defesa da Amazônia (MDA).

Para o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, Balbina significou uma grande frustração para a maioria da população, pois a propaganda criou a expectativa de beneficiamento direto, através de fornecimento de energia mais barata e indireto mediante empregos novos devido ao desenvolvimento que a hidrelétrica iria gerar. Considerando a situação que gerou, Balbina significa uma grande mentira.<sup>27</sup>

Esta realidade toma proporções maiores quando verificamos a situação dos municípios vizinhos à hidrelétrica, que segundo a opinião do dirigente sindical, regrediram. Se fossem beneficiados por Balbina, pelo menos teriam uma força para se desenvolverem.

Segundo o vereador (idem, nota 25), o município de Itacoatiara, encostado à Balbina, não tem energia. As indústrias que lá se instalaram estão se retirando. Uma delas oferecia 3.000 empregos, mas se está retirando da região porque não tem energia elétrica. O município, segundo o vereador, simplesmente está falido

---

27 Durante a década de 80, vários segmentos de trabalhadores da Amazônia, tanto do campo, como dos centros urbanos procuram sua própria organização para se libertar dos interesses da classe média que sempre procurou falar em seu lugar. O Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus se libertou dos dirigentes pelegos, típico do sindicalismo atrelado ao Estado, e procurou se organizar a partir de suas bases, caracterizado como "novo sindicalismo" (Scherer-Warren, 1987). A partir desta nova configuração o Sindicato se posicionou radicalmente contra a construção da UHE de Balbina. O atual presidente foi uma das lideranças da passagem para o "novo sindicalismo".

---

em termos de energia.

O vereador (idem, nota 24), considerando o esvaziamento do interior do Estado, por falta de condições e a conseqüente concentração populacional em Manaus, é da opinião de que mesmo para a Capital "Balbina dentro de pouco tempo vai significar um brinquedo." Para mostrar o esvaziamento do interior relata os seguintes dados:

*"Eu vou dar um dado que é estarrecedor; a economia amazonense, hoje, após vinte e poucos anos da Zona Franca, ela está resumida da seguinte forma: 99% da economia amazonense está em Manaus. Isto é dado oficial que eu tenho na mão. Para você ter uma idéia, em 1980, há dez anos atrás, o interior ainda contribuía em torno de 8%...*

*Nós importamos hoje 96% dos nossos alimentos; 96% do que é consumido em Manaus vem de outros Estados. Por incrível que pareça, de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Goiás, Ceará, Minas Gerais. É um absurdo que a gente importe, por exemplo, arroz de Goiás e farinha do Pará. O arroz é um produto que basta jogar na várzea que ele produz...*

*A Zona Franca é isso, enxugou mais o interior, botou a população toda aqui. O Amazonas tem 2.6 milhões de habitantes, 1.6 milhões estão em Manaus. Você vê que mais da metade da população mora aqui...*

*Não há nenhum projeto pensando no âmbito da Amazônia. Todos os projetos que você vê estão ligados a interesses de grandes grupos ou internacionais ou mesmo nacionais."*

Embora fontes oficiais e as organizações envolvidas na execução do projeto sempre insistam que Balbina praticamente não teve custos sociais, porque foi instalada numa região desabitada, a não ser por "uns poucos índios perambulantes" (será analisado



---

posteriormente), a UHE não foge de uma das principais características dos Grandes Projetos Amazônicos de não se dimensionarem para um desenvolvimento regional integrado, enquanto não estão preocupados em favorecer a população literalmente deserdada. A preocupação central sempre é gerar um espaço para o capital e também para o Estado, empenhado em sua rápida estruturação e controle. Não é de se admirar que tais projetos, apoiados num forte suporte político ideológico, o imperativo da "integração nacional", pretendam enquadrar todo o território e toda a população, em um único e global modelo capitalista, (Scherer Warren, 1989) sempre tenham sido concebidos como grandes, mesmo sem integrar a população que fica à sua margem no usufruto mínimo dos benefícios diretos do Projeto, mas ideologicamente os integram à Nação Brasileira.

E neste sentido que a população local não beneficiada assiste ao surgimento de um novo espaço para o capital, inclusive a formação de uma nova paisagem, particularmente aquela que se instalou às margens da usina. Para usufruir deste gigantismo, que surge diante dos seus olhos, é necessário que a população local gaste seus poucos recursos, arcando com os custos da instalação ou conte com o beneplácito de algum político "generoso". Na verdade, continua à margem de um "Grande Projeto", à margem da integração social e cada vez mais marginalizada politicamente, enquanto se torna clientela daqueles que afirmam representá-la.

---

E neste aspecto que consideramos que Balbina, como todos os grandes projetos amazônicos, na afirmação de Tupiassú (1987), se caracteriza pela *"pouca internalização de efeitos germinativos à Região."*

Pela geração e sobretudo pela distribuição da energia fica evidenciado que a inserção da população local nos benefícios não foi a preocupação norteadora da execução da UHE de Balbina. A concepção do projeto era condizente com a política do Estado brasileiro na direção do "desenvolvimento" nacional. De acordo com essa política, Manaus seria um polo de irradiação da modernidade com uma superposição de várias frentes de investimentos. Para tanto, necessitava de uma infra estrutura energética. O polo de irradiação, caminho deliberadamente escolhido pelo Governo Central como um meio de desenvolver a Amazônia, era fundamental para o Estado realizar seus objetivos econômicos e políticos de integração nacional.

O empresário (idem, nota 22), defensor dos Grandes Projetos como fatores decisivos para o desenvolvimento e de integração nacional, admite que:

*"A população, muitas vezes, não é beneficiada à primeira vista, há deslocamentos de população, há naturalmente algumas injustiças sociais. Isto é natural em todo o grande empreendimento. Um grande projeto se faz exatamente para dar um grande impacto na sociedade para criar condições de atração de capitais futuros. Que mal tem que favoreçam grupos nacionais ou mesmo internacionais. Tudo isto pode ser alterado e o país, através de impactos recupera sua*

*capacidade de investimentos.*" (Entrevista).

Essa é a visão e o discurso predominante no Brasil desde a época do desenvolvimentismo dos anos 50, quando a burguesia conseguiu identificar os seus interesses com os da Nação e conseguiu confundir desenvolvimentismo e nacionalismo. A preocupação central era gerar condições para os investimentos internacionais a ponto de modificar a dinâmica do sistema produtivo, como já analisamos na primeira parte deste trabalho. Um "Grande Projeto", dentro da perspectiva desenvolvimentista, sobretudo após 64, era tido como precursor do bem estar social e levaria a Nação aos patamares do 1º Mundo.

Dentro da perspectiva de servir à população, o vereador de Manaus<sup>28</sup> considera Balbina um paliativo para a cidade. Entretanto, afirmar que Balbina foi projetada apenas para o Distrito Industrial, requer as seguintes perguntas: Interessa ou não interessa à população a expansão do Distrito? Gera ou não gera emprego?

Esta é uma das questões mais sérias com as quais Manaus se defronta. Já vimos que a economia do Estado do Amazonas depende quase que integralmente da Zona Franca, com todos os problemas decorrentes deste modelo. A questão crítica está exatamente nos

---

28 Acompanha a problemática de Balbina desde a sua projeção. Professor universitário. Candidato ao Senado em 1990.

"Grandes Projetos" devido às conseqüências sociais e culturais que os acompanharam. O problema é insistir em projetos que já mostraram serem incapazes de absorver a grande massa desorganizada e marginalizada da população brasileira. A situação se torna mais sombria por não se dimensionar, pelo menos a curto prazo, uma viabilidade de solução. Um fato incontestável dessa realidade é que os Sindicatos dos Trabalhadores, como o dos Metalúrgicos, atualmente defendem a permanência de empresas no Distrito Industrial. No entanto, não é nosso objetivo aqui discutir as variáveis que intervêm na crise do modelo implantado em Manaus. Balbina, que era apresentada como solução da Zona Franca no fornecimento energético não conseguiu passar de um paliativo, de curto prazo, pois não conseguiu responder pela demanda do Distrito Industrial.

### III.3 - A área de Balbina.

Além da inexpressividade da energia gerada, Balbina tem outra conseqüência absurda da pouca vazão de água: o tamanho do reservatório, principal responsável pelos efeitos ambientais. As previsões tem variado durante o processo de implantação. O Diagnóstico Preliminar dos Efeitos Ambientais, realizado pela empresa de consultoria (MONASA), em 1979, previa uma alagação de 2.137 km<sup>2</sup> na cota 53 m.; previa também uma depleção anual para a cota de 49 m. Este rebaixamento de 4 m. no nível da água exporia 623 km<sup>2</sup> da área

previamente inundada. (Eletronorte/Monasa, 1979).

Hoje, concluída a obra, o reservatório tem as seguintes características:

N.A. - máximo normal .....	50,00 m.
N.A. - máximo maximum .....	51,17 m.
N.A. - mínimo normal .....	46,00 m.
Area inundada no NA máxima normal .....	2.360 km <sup>2</sup>
Area inundada no NA mínima normal .....	1.580 km <sup>2</sup>

*Fonte: Boletim Informativo Eletronorte, s/d.*

Quando correlacionamos as perdas de solos com a produção de energia elétrica, Balbina apresenta um quadro assustador se comparado com outras hidrelétricas. Para a nossa compreensão, a relação entre área alagada e energia produzida destacamos as seguintes obras:

Itaipú .....	9,0 MW/km <sup>2</sup>
Tucuruí .....	3,3 MW/km <sup>2</sup>
Balbina .....	0,1 MW/km <sup>2</sup>

*Fonte: Junk e Nunes de Mello, 1987.*

A divergência entre tamanho do reservatório e energia gerada fica mais patente quando verificamos as dimensões de algumas hidrelétricas segundo dados publicados pelo Banco Mundial em 1989:

PROJETO	CAPACIDADE GERADA MEGAWATTS	AREA DO RESERVATORIO (Ha)	KILOWATT POR Ha
PAULO AFONSO I-II-III-IV	3.984	1.600	2.490
ITAIPU	12.600	135.000	93
JUPIA	1.400	33.600	42
SÃO SIMÃO	2.680	66.000	41
TUCURUI	6.480	216.000	30
ILHA SOLTEIRA	3.200	120.000	27
FURNAS	1.216	144.000	8
CURUA-UNA	40	8.600	5
TRES MARIAS	400	105.200	4
SAMUEL	220	79.000	2
SOBRADINHO	1.050	421.400	2
BALBINA	250	236.000	1
BABAQUARA	6.600	600.000	1
AKOSOMBO (Ghana)	883	898.200	0,9
BROKOPONDO (Suriname)	30	150.000	0,2

Fonte: Banco Mundial, 1989.

Percebemos que Balbina se coloca, juntamente com Babaquara, entre as hidrelétricas brasileiras, na pior situação em termos de

---

capacidade de geração e área alagada.

Em nível internacional, apenas dois projetos tem desempenho ainda pior: AKOSOMBO, em Ghana, e BROKOMPONDO, no Suriname.

Se considerarmos a defasagem entre capacidade instalada e energia realmente gerada, Balbina praticamente ficaria na mesma posição de BROKOMPONDO.

Considerando a área ocupada pelo reservatório e energia gerada e a consequente implicação nos custos, o representante dos EEUU dos diretores executivos do Banco Mundial classificou Balbina como obra de "investimentos totalmente inaceitáveis". (Fearnside, 1990a).

Atualmente, quando não existe mais retrocesso, a área ocupada pelo reservatório é considerada um exagero pela própria empreendedora. O superintendente da Eletronorte expressa bem este reconhecimento, após afirmar que Balbina só trouxe benefícios: "O único ponto negativo que vejo até hoje é que é um lago muito grande, é o único ponto negativo, o resto foi tudo benefício para Manaus." (Entrevista).

O Superintendente da Eletronorte admite que surgiram

---

muitos protestos da sociedade, sobretudo por parte dos segmentos ligados ao meio ambiente, "devido a um lago muito grande que se formou" e admite: "Se a Eletronorte tivesse que construir novamente esta hidrelétrica, naturalmente haveria talvez melhor avaliação desta construção." (Entrevista).

A formação do reservatório apresenta um agravante que gerou polêmicas desde o início da obra e constitui um dos fatores principais que coloca Balbina como um projeto de caráter essencialmente irracional, embora o regime que o implantou sempre tentou se caracterizar pela sua racionalidade nas tomadas de decisão. Trata-se da floresta tropical que foi submersa pelo lago.

Segundo Junk e Nunes de Mello (1987), apesar de a Ciência ainda desconhecer grande parte das especificidades da floresta tropical, considera-se esse ecossistema o mais rico em espécies do planeta.

Um levantamento florestal feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) revelou que na área do reservatório existiam 28,8 m<sup>3</sup> de espécies de madeira nobre por hectare. Isto significa em torno de 6,8 milhões de m<sup>3</sup> na área dos 2.360 km<sup>2</sup> (Fearnside, 1990a).

A polêmica mais acirrada se estabeleceu em relação ao



destino da floresta. Para o Coordenador dos Estudos Ecológicos do INPA<sup>29</sup>, período 1983-85, alguns problemas de impactos resultantes da construção de hidrelétricas na Amazônia não devem ter solução a curto prazo, como é o caso do alagamento de enormes áreas de floresta.

*"Considerando as especificidades da Amazônia, mesmo se a floresta for cortada e removida, a parte verde, a parte mais macia, fica um tamanho exatamente igual ao que existia antes de cortar a floresta. Essa rebrota se dará num período de um ano e meio, aproximadamente. Isto poderia ser sanado através de tecnologias altamente devastadoras, como é o caso de agentes químicos. Neste caso teríamos impactos incalculáveis sobre o meio ambiente e a população. Neste aspecto não tem muito sentido remover a floresta, porque uma usina não pode ser construída nesse prazo muito limitado. Para desmatar, pela segunda vez, os custos se tornariam proibitivos."* (Entrevista).

Devido aos problemas que a floresta apresentava para a formação do reservatório, apareceram suspeitas do uso de herbicidas desfolhantes, usados pelo Exército dos Estados Unidos na guerra do Vietnã. Tais suspeitas nunca foram confirmadas, ainda mais com a intervenção direta do Secretário para o Meio Ambiente e o clamor de caráter internacional contra o uso de tal medida. (Schwade, 1985).

Além do fenômeno da rebrota, num curto período, a floresta apresentava mais inconvenientes, como nos relata um

---

29 Professor universitário. Dirigente do Centro de Ciências do Ambiente.

pesquisador do INPA da área de Botânica:<sup>30</sup>

*"O estudo de Balbina indicava que fazer um desmatamento para tentar minimizar o impacto da qualidade da água era quase nulo. O processo de rebrota no lago depende da grande quantidade de biomassa e o pouco volume de água na escala indicava que não se podia fazer um desmatamento. Antes de fazer a análise final, eu tinha recomendado que o certo era resolver, pelo menos a parte da biomassa, com a retirada da madeira de lei. Se visava, desta maneira, diminuir um pouco a biomassa e também se faria uma utilização para o espaço fabril. A Eletronorte realmente aceitou a recomendação mas encontrou dificuldades no mercado. Era necessário construir estradas que sairia mais caro duas ou três vezes. Por isso, se deixou submergir a madeira." (Entrevista).*

Sobre a problemática da retirada da madeira, o Jornal do Brasil afirmou que o volume era de 33 bilhões de m<sup>3</sup> de madeira. A operação era orçada em 38 milhões de dólares e capaz de gerar 60 milhões de dólares em vendas no mercado internacional. A Eletronorte concedeu três anos de prazo, mas as empresas pediram dez. Algumas empresas madeireiras, além do lucro com a venda da madeira, sugeriram um pagamento pela tarefa.

Em dezembro de 1984, foi publicado um edital para o desmatamento da área de Balbina. A única empresa que se habilitou para a tarefa, a CAPEMI, faliu antes de realizar o empreen-

---

<sup>30</sup> Trabalhou no cadastramento da flora na UHE de Tucuruí, Samuel e Balbina.

---

dimento. (Jornal do Brasil, 22.6.87).

A falência da CAPEMI, mais conhecida como Agente de Seguros dos Militares Brasileiros provocou uma série de desconfianças. Na verdade, as razões da falência nunca foram esclarecidas.

A Eletronorte decidiu desmatar apenas uma área de 5.000 ha, próximos à barragem, alegando que o desmatamento de uma extensão maior traria mais efeitos maléficos do que benéficos. Além de argumentar com os custos elevados, dimensionamento e mobilização, para sua execução, alega a necessidade de preservação das ilhas, penínsulas e margens do reservatório, como fator fundamental à melhoria das condições de equilíbrio ambiental.

Tal posicionamento é comungado pelo empresário (idem, nota 22) ao considerar que Balbina é mais um lago de 250.000 ha à semelhança de milhares de lagos que o rio Amazonas forma. Tal configuração é favorável para a criação de peixes, o turismo, a manutenção da fauna, etc.

A posição de Fearnside (1990b) difere, ao reconhecer que Balbina forma um lago de 1.500 ilhas, onde os animais poderão se refugiar durante o enchimento do lago, mas morrerão mais tarde por não haver condições de sobrevivência para uma população maior.

---

---

No período (novembro de 1987 a julho de 1988) do enchimento do lago, foi feita uma campanha de resgate dos animais da área a ser submersa. A operação (muiraquitã) salvou do afogamento cerca de 11.000 animais. O problema é saber quantos destes animais conseguiram sobreviver fora do seu habitat com o desregulamento da rotina de suas vidas. (Sautchuck, 1989).

Devido à grande quantidade de biomassa na água do lago, esta se torna ácida e anóxica, fenômeno que provocou a morte dos peixes ao longo de uma extensão de 145 km, quando as turbinas foram fechadas em 1989.

Um dos problemas mais sérios provocados pela biomassa, com a produção do gás sulfídrico, acrescido da lenta renovação da água, é a manutenção da usina. Já existiam dois exemplos que, de forma alguma, poderiam ser ignorados para evitar erros e tirar lições de equívocos já cometidos na Amazônia. O primeiro foi a Hidrelétrica de Brokompondo, no Suriname, onde os trabalhadores foram obrigados a usar máscaras durante dois anos depois do fechamento do reservatório, devido ao mau cheiro da água. Esta é uma realidade que permanece até hoje em Balbina, embora em proporções menores que Brokompondo e em relação ao período em que o lago foi formado. No entanto, o legado mais desastroso de Brokompondo foi a corrosão das turbinas provocada pela acidez da água. Segundo Fearnside (1990a), nos treze primeiros anos de funcionamento, foram necessários 4 milhões de dólares em re-

---

---

paros, o que significou 7% do custo total da obra.

Um exemplo, mais perto da realidade de Balbina, é a Hidrelétrica de Curuá-Una, no Estado do Pará, que teve que suspender a geração de energia após cinco anos de funcionamento, devido à corrosão das turbinas. O custo dos reparos atingiu uma cifra de 1,1 milhão de dólares. (Ibidem).

A Eletronorte argumenta que a corrosão não ocorrerá em Balbina, pelo fato de o material das turbinas ser de aço inoxidável, mais resistente, portanto superior às das outras duas. Entretanto, segundo o engenheiro (idem, nota 20), é preciso considerar que o tempo de permanência da água em Curuá-Una é na média de 40 dias, enquanto a permanência em Balbina é na média de 355 dias. Dentro da perspectiva de permanência da água no lago e a disposição para a corrosão, Balbina representa o pior resultado hidrico do país. (Jornal "A Crítica", Manaus, 20.7.88).

O efeito de corrosão das turbinas é uma preocupação constante dos técnicos que trabalham na manutenção da usina. No entanto, existem tentativas de ridicularizar outras previsões, como o mau cheiro da água e, também, de o lago ficar coberto de aguapés, a não sobrevivência de peixes, embora ainda permaneçam polêmicas, sob determinados aspectos.

---

Neste sentido, a proliferação do tucunaré (peixe muito apreciado na região) e a diminuição do mau cheiro são usadas como instrumentos de legitimação do "Grande Projeto", inclusive numa tentativa de ridicularizar os que previam efeitos negativos, de maiores proporções e a permanência destes efeitos por um período mais longo.

A alteração desses efeitos é reconhecida por cientistas e políticos. No entanto, para estes, este fato não justifica e nem diminui as aberrações e os impactos maiores trazidos pela hidrelétrica.

Neste sentido, segundo o engenheiro (idem, nota 20) *"Os impactos do sistema hidrelétrico estão diminuindo mais rapidamente do que era esperado."* Para o vereador de Manaus (idem, nota 24), *"A gente tinha uma expectativa mais grave quanto à questão da poluição ambiental. Efetivamente a gente tem que ser honesto e sincero porque o meu trabalho é científico e não um trabalho de apologia."* Segundo o engenheiro<sup>31</sup>, muitas das informações sobre Balbina tinham efeitos de manchete e visavam interesses políticos eleitorais e são poucos os trabalhos de profissionais sérios que conhecem a realidade de Balbina. Afirma que, no início, o nureré (aguapé) começou a crescer de tal forma que tomou conta do reservatório, mas houve um fato interessantíssimo: a própria natureza corrigiu. Apareceram várias espécies

---

31 Há 2 anos residindo na Vila de Balbina (Canteiro de Obras). Trabalhou durante 10 anos na Paranapanema, sendo um dos responsáveis pela construção da Hidrelétrica do Projeto de mineração Pitanga, relativamente próximo da UHE de Balbina.

de gafanhotos e em dois anos acabaram com as plantas aquáticas, e, ao mesmo tempo, serviram de alimento para os tucunarés que se desenvolveram tão rapidamente que hoje podem ser pescados duas toneladas por dia. Além disso, é possível navegar pelo lago sem sentir o cheiro dos gases, que era previsto por técnicos de laboratório, cheiro tão intenso que atingiria Manaus.

Apesar deste posicionamento, o engenheiro admite que a água que passa pelas turbinas não possui um nível de oxigenação para abastecer a população à jusante, o que, sem dúvida, deixou conseqüências para a vida dessas comunidades.

Outro dado muito explorado para legitimar a hidrelétrica, foi o de a região onde se formou o lago ter sido praticamente desabitada, a não ser por "*uns poucos índios perambulantes*." (vide item 3 a seguir). E a partir dessa constatação que o Superintendente da Eletronorte entende que Balbina não provocou prejuízos sociais.

Um técnico<sup>32</sup> garante que, até há pouco tempo, sabia o número do CPF de todos os moradores à montante: tratava-se de uma única família. Neste aspecto, na sua visão, as pessoas mal informadas, ou mesmo mal intencionadas, faziam pressão para não se atender milhares de pessoas com energia elétrica para privilegiar uma

---

32 Mora na Vila de Balbina desde o início das obras e no período da pesquisa ainda era residente.

família. Garante também que os demais moradores, próximos ao lago, procuraram a região posteriormente para tirar proveito do empreendimento.

Fearnside (1990a) informa que organizações que se opunham à construção do projeto, fizeram levantamentos e chegaram a contabilizar 217 famílias com um total de 1.000 pessoas. Outra empresa, favorável à barragem, verificou a existência de 11 famílias, totalizando 42 pessoas.

Embora os dados sejam divergentes, é certo que a população não indígena, residente na área, foi mínima, comparada com outras usinas, como Sobradinho, Itaipú e mesmo Tucuruí.

O impacto já toma outras dimensões em relação à população à jusante, dos municípios de Presidente Figueiredo, Itapiranga e São Sebastião do Uatumã, todos banhados pelo rio Uatumã, portanto afetados pelas águas provenientes do reservatório, num percurso de mais de 200 km, totalizando um contingente de 10.200 pessoas.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Este cálculo é baseado nos dados do CEPA-AM, 1988-Estatística Agrícola do Amazonas, inseridos no Relatório Técnico "Situação do Rio Uatumã à Jusante da Hidrelétrica de Balbina", realizado por uma equipe de técnicos da Associação de Pesquisadores do INPA (AS-PI) e Associação dos Servidores do INPA (ASSIMPA).



---

Segundo este relatório (idem, nota 33), as principais conseqüências para a população podem ser caracterizadas de três ordens:

1. A água do rio Uatumã se tornou imprópria para o consumo humano.
2. A mortalidade dos peixes e a sua difícil recomposição vem, privando as populações ribeirinhas de sua maior fonte de proteína animal.
3. Manifestações de determinadas doenças, como: coceiras, pruridos, febres e problemas gastrointestinais.

A inadequação da água para o uso doméstico, levou a Eletronorte a construir poços. No entanto, além de insuficientes, muitas vezes são submersos pelas águas do rio.

Pelas conseqüências que já verificamos, não é possível afirmar que a UHE de Balbina não implicou custos sociais, pelo fato de não ter exigido a relocação de grandes contingentes populacionais. Outras dimensões também devem ser analisadas.

Se a construção de Balbina não exigiu o deslocamento compulsório de grandes massas de população por não afetar diretamente suas propriedades, o simples fato de atingir a população à jusante em diferentes dimensões de sua vida social e econômica, já não permitiria afirmar, como querem os planejadores da hidrelétrica, que o pro-

---

ieto não implicou custos sociais. No entanto, quando verificamos o seu direcionamento exclusivo para a dinamização da Zona Franca, mesmo assim insuficiente, observamos modificações nas estruturas da sociedade regional como um todo. Essa realidade é constatável pelo esvaziamento do interior do Estado, por falta de estrutura, e a concentração populacional de Manaus. A população, oriunda do interior, se acumula nas periferias da capital, onde também não usufrui dos benefícios urbanos, sofre carências nas áreas de habitação, saneamento básico, educação, segurança, transporte e serviços de infra-estrutura em geral, sem ter as mínimas condições de fazer-lhes frente.

E incontestável que a implantação da Zona Franca, com seus complexos industriais, implicou na introdução de uma nova dinâmica econômica em Manaus. No entanto, esta modernidade ficou circunscrita aos espaços internos das empresas que aí se instalaram e beneficiou alguns segmentos da população regional, como os segmentos oriundos do extrativismo tradicional que revigoraram os seus negócios, como comerciantes, ou nas indústrias de manufatura primária (madeireiras), à medida que houve um crescimento do setor imobiliário. Segmentos da classe média também usufruíram das benesses, ocupando cargos nas empresas instaladas, mesmo de terceiro escalão, ou no setor público, cujo funcionalismo expandiu em consequência da Zona Franca.

A grande massa de trabalhadores ficou à margem, atuando

---

como mão de obra barata sem as mínimas condições de sobrevivência. Os municípios do interior, à medida que Manaus inchava, se viram esvaziados e abandonados, pelo fato de Balbina ter visado apenas a Zona Franca de Manaus, que, segundo a política do Governo Central, atuaria como centro irradiador do desenvolvimento. Analisando as consequências desintegradoras, podemos, com Vainer, chegar à conclusão que o *"polo não realiza seu suposto esperado - potencial de indutor do desenvolvimento no espaço sócio econômico imediato."* (1990).

Os impactos sociais e culturais da UHE de Balbina foram mais diretos sobre o povo indígena.

#### III.4 - Balbina e o povo Waimiri-Atroari.

A tentativa de explorar as riquezas do território do povo Waimiri-Atroari não é recente. Com a implantação dos "Grandes Projetos" na região, esta ambição tomou proporções de violência e dizimação desse povo.

Para o objetivo de integração nacional, justificativa dos "Grandes Projetos" da Amazônia, os povos indígenas representavam um obstáculo. Embora nunca se admita, de forma explícita, que um povo constitui empecilho, as políticas adotadas, mesmo pelos órgãos responsáveis pela política indigenista, sempre se orientaram no

---

sentido de transformar os índios em não índios. (Santos e Nacke, 1988).

A política de homogeneização, com a meta de diluir os povos indígenas na sociedade nacional, foi essencialmente cruel com os indígenas em geral, isto, sem as atrocidades praticadas impiedosamente contra os Waimiri-Atroari, para quem os contatos com a "civilização" foram sempre compulsórios, mesmo quando resultantes de decisões meramente burocráticas do Estado.

Seria muito interessante explorarmos mais detalhadamente a história deste povo. No entanto, o nosso objetivo aqui é demonstrar como a UHE de Balbina interferiu no valor mais sagrado deste povo: a terra. Entretanto, dois outros "Grandes Projetos" antecederam a UHE de Balbina nesse processo, a ponto de a hidrelétrica ter sofrido pouca resistência por parte de um povo já cansado de lutar pela sua sobrevivência.

Segundo Schwade (1985), desde tempos imemoriais, os Waimiri-Atroari ocuparam o Alto e Médio rio Uatumã, como também os seus afluentes. Nos anos mais recentes, utilizavam as bacias dos rios Jauaperi, Alalaú, Camanaú, Curiaú e o igarapé de Santo Antônio do Abonari como áreas mais especificamente de pesca. No entanto, a área que ocupavam efetivamente com suas aldeias e atividades agrícolas era relativamente restrito, como consequência de inúmeras expedições

punitivas e escravagistas que dizimaram este povo. Os sobreviventes se refugiaram nos locais mais remotos e de difícil acesso, embora continuassem usando as demais terras como recursos, inclusive como caminhos para a comunicação.<sup>34</sup>

Embora as terras dos Waimiri-Atroari tenham sido alvo de cobiça por causa da coleta do látex durante o período da borracha e posteriormente por causa da procura da castanha, os problemas se acentuaram notadamente com o advento do primeiro "Grande Projeto" nos finais da década de 60: a construção da BR 174, ligando Manaus a Caracará e Boa Vista.

Esta estrada tinha fins estratégicos para o Brasil, em termos militares e econômicos: de um lado, era a única rota militar para a fronteira venezuelana e, de outro, permitiria a exploração dos grandes depósitos de molibdênio na Serra do Mel. (Davis Shelton, 1978).

Os indígenas eram o grande obstáculo à concretização desse projeto, pois era necessário cortar seu território de norte a sul. O Departamento de Estradas de Rodagem (DER-AM) solicitou a intervenção da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para remover o empecilho. O presidente do Órgão no Estado (FUNAI) solicitou a

---

<sup>34</sup> Segundo Schwade, em 1985 os Waimiri-Atroari ainda faziam visitas periódicas aos Wai Wa da fronteira da Guiana

intervenção da Prelazia de Roraima no sentido de pacificar os índios. Padre Giovanni Calleri comandou a expedição que tinha por objetivo transferir os índios de suas aldeias da bacia do Uatumã para o Alalaú. O trágico fim da expedição é conhecido: os índios se defenderam e massacraram o Padre Calleri.

*"Dolorosamente o célebre contato do Padre Calleri com aldeias Waimiri-Atroari se deu em terras que serão inundadas pelo reservatório de Balbina."* (Schwade, 1985:7).

Em 1974, enquanto o Estado construía a estrada estratégica, tomba outra vítima, desta vez o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa. Este fato mereceu as interpretações mais desencontradas, já que o sertanista era considerado amigo dos indígenas. Na verdade, devia ser difícil um povo indígena acreditar em missão de paz, quando sentia que suas terras estavam sendo tomadas gradativamente por aqueles que queriam a paz.

Na fase da construção da estrada, vários trabalhadores e agentes da FUNAI foram mortos (entre 30 e 40) pelos "perigosos índios", mas as vítimas indígenas nunca foram contabilizadas. Durante vários anos, com a estrada aberta para o trânsito, a passagem pelo território indígena só era permitida em comboios com acompanhamento do Exército.

Em 1975, o Agente indigenista Sebastião Amâncio foi nomeado para substituir Gilberto Pinto na missão de pacificar os

"ferozes índios". Após a posse, deu entrevista ao jornal "O Globo", onde declara que

*"... a tradicional estratégia de pacificação da FUNAI havia fracassado e chegara a hora de usar meios mais diretos, tais como, dinamite, granadas, gas lacrimogêneo e rajadas de metralhadoras para dar aos índios uma demonstração da força da nossa civilização." (Davis Shelton, 1978:127).*

Após a estrada ter dividido a área indígena em duas partes e com todas as conseqüências para a cultura indígena, oriundas do processo de construção da estrada, outro atentado foi concretizado em 1980. Como se não bastassem as constantes investidas do Estado brasileiro para efetuar o desenvolvimento "integrado", uma empresa privada de mineração, a Paranapanema S.A., instalou o "Projeto Pitinga", uma lavra de cassiterita, dentro do território dos Waimiri-Atroari. As pressões da empresa conseguiram subtrair mais de 500.000 Ha. na parte nordeste da reserva.

Uma vez instalada, a empresa chegou a fornecer alimentação aos indígenas como também aos funcionários da FUNAI e culminou construindo casas de alvenaria para as lideranças. Em troca as lideranças chegaram a subscrever documentos elaborados entre a FUNAI e a Taboca (empresa subsidiária da Paranapanema que opera o Projeto Pitinga) autorizando a pesquisa e lavra pela empresa em toda

a área indígena.<sup>35</sup>

Ainda não satisfeita, a Paranapanema, em 1982, conseguiu da FUNAI a autorização para a construção de uma rodovia, ligando o projeto Pitinga à BR 174, com 38 km. de extensão dentro do território indígena. (Relatório Programa Waimiri-Atroari, 1991).

Fica caracterizado claramente que, mesmo antes da interferência da UHE de Balbina, o povo Waimiri-Atroari tinha sido vítima de dois "Grandes Projetos Integracionistas": a abertura de estradas e a exploração mineral, duas das principais vias que procuravam ocupar a Amazônia, consideradas essenciais para integrá-la ao resto do país.

Em relação a esta questão, fica patente uma posição hegemônica no Brasil, gerenciada pelo Estado: considera-se que os povos indígenas estão em transição e não lhes resta outra alternativa, interpretada como "destino", do que a sua incorporação na sociedade nacional. (Santos e Nacke, 1988).

A UHE de Balbina, parte da "malha programada" da

---

35 Programa Waimiri-Atroari - Convênio Eletronorte e FUNAI - Relatório Gerencial, Janeiro-Abril, 1991.



Amazônia, com o objetivo de fornecer infra-estrutura energética às grandes empresas, no caso específico, à Zona Franca de Manaus, também não poupou o povo Waimiri-Atroari, um povo já dizimado, praticamente sem força para resistir.

Para a UHE de Balbina conseguir se instalar em território Waimiri-Atroari, vários atos burocráticos arbitrários se tornaram necessários, o que exigia uma série de artifícios para conseguir legitimação. Faremos uma rápida explanação destas medidas.

O primeiro Decreto, de nº 68.907, datado de 13.07.1971, assinado pelo Presidente Médici, criou o território dos Waimiri-Atroari. A área da reserva era de 1.661.900 Ha. ( Eletronorte - Enge Rio-Monasa, 1986).

Na visão do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), tal decisão se concretizou sem consultar aos indígenas e reduziu a um quinto (1/5) o território tradicional efetivamente ocupado pelos Waimiri-Atroari. ( MAREWA - Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari, 1982).

Em 26.8.74 é publicado o Decreto nº 74.463. Segundo a Eletronorte, este ato continha erros com relação às coordenadas geográficas que delimitaram a área e foi retificado através do Decreto nº 75.310/75, de 27.1.1975, a área da reserva passou

---

para 2.074.400 Ha. ( Eletronorte - Enge Rio Monasa, 1986).

Em 13.04.81, através do Decreto nº 85.898, o Presidente Figueiredo desapropria uma extensão da área dos Waimiri- Atroari explicitamente para a formação do Reservatório da UHE de Balbina das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, declarando a área de utilidade pública. (Schwade, 1985).

O Decreto nº 86.630/81, de 23.11.1981, revoga todos os atos anteriores, extingue a reserva e muda seu Status Jurídico transformando-a em Área Interditada temporariamente para fins de Atração e Pacificação. (Ibidem).

A Eletronorte reconhece que, através do Decreto 86.630/81, 516.800 Ha. foram retirados do território indígena. (Eletronorte - Enge Rio - Monasa, 1986).

Em 1989, através do Decreto nº 97.837/89, foi demarcada a reserva atual dos Waimiri-Atroari, com uma área de 2.585.000 Ha. (Relatório do Programa Eletronorte-FUNAI, 1991).

Na verdade, a área indígena Waimiri-Atroari homologada pelo último decreto constitui apenas uma parte do seu território tradicional, grande parte desse território foi tomado por três "Grandes Projetos": parcialmente escavado por uma mineração,

---

parcialmente alagado por uma hidrelétrica e cortado por uma rodovia em toda sua extensão. (Silva, 1992).

Para o território dos Waimiri-Atroari vale perfeitamente a descrição de Castro e Hebette em relação à Amazônia:

*"Cobricada, não querida; dividida, rasgada, dilacerada. Riscada pelo lápis dos Institutos da terra e cortada pelo facão dos agrimensores a mando do latifúndio e das colonizadoras. Queimada à toa. Esburacada pela mineração. Submersa pelas represas hidrelétricas. Poluída pelos rejeitos das minas e os eflúvios das metalúrgicas. Desfigurada pelos edifícios e favelas que lado a lado compõem a sua nova paisagem urbana. Adocada e prendada com presentes de gregos; fornos e turbinas. E o preço da modernização, pago pela multidão e usufruído por poucos. Pago pelo peão de embaixo e usufruído pelos moradores do topo da serra; pago pela formiga da cratera aurífera e usufruído pelo exportador de ouro da cidade; pago pelo expropriado da terra e gozado pelo expropriador."* (Castro e Hebette, 1989:2-3).

São no mínimo estranhos determinados pareceres e posições de órgãos oficiais em relação à submersão de áreas indígenas pela UHE de Balbina. Para elucidar tais procedimentos transcrevemos alguns exemplos.

Em 1976, o Diretor do Departamento Geral de Operações da Eletronorte consulta a FUNAI sobre as implicações para o trabalho de pacificação em razão da interferência do reservatório na reserva indígena.

O Delegado Regional da FUNAI - 1ª DR/Manaus, após consultar o Coordenador da Frente de Atração Waimiri-Atroari, assim se posiciona:

*"Em resposta ao ofício nº 59/DGO/76 de V.Sa tenho a informar, com base em pronunciamento do Sr. Coordenador da Frente de Atração Waimiri-Atroari, que a inundação parcial da Reserva indígena do mesmo nome, decorrente da Usina Hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, em nada prejudicará os interesses dos indígenas nem os trabalhos de pacificação que ali se processam."*<sup>36</sup>

Em 1979, em seu relatório, a Monasa previa uma inundação de aproximadamente 1.000 km<sup>2</sup> da reserva. No entanto, por considerar os índios nômades que se fixam temporariamente, por períodos de um a dois anos "espera-se que abandonem simplesmente as terras tomadas pela água do reservatório, sem maiores implicações, não se considerando o fato dos índios ficarem isolados pela elevação das águas." (Eletronorte - Monasa, 1979).

Em 1977, o Presidente da Eletronorte solicita a colaboração da FUNAI para precisar a área do reservatório, tarefa que requeria a penetração na reserva. Neste ofício é manifesto um temor no sentido de "uma reação psicológica dos índios, motivada pela sensação de invasão territorial de seus domínios, da qual poderá advir reação mais belicosa que a nós todos cumpre evitar." Mais

---

36 Ofício nº 789/76, de 22.10.76.

adiante o Presidente apela "ao inestimável e até hoje nunca negado apoio da FUNAI, através de seus competentes e experientes técnicos no trato com índios Waimiri-Atroari para a realização de tão importantes, necessários e urgentes serviços."<sup>37</sup>

As tarefas exigidas para a construção de uma grande obra em áreas indígenas são reconhecidas como urgentes, necessárias e importantes pelo Orgão que "zela pelos interesses" dos Waimiri-Atroari e colabora com todos os meios para executá-las. Quando surgem preocupações com a preservação da cultura indígena, outros posicionamentos são adotados. Este critério é confirmado num ofício do Presidente da FUNAI ao CIMI que solicitara autorização para o ingresso e permanência, de seis meses, na área indígena, de quatro de seus membros, para fins de estudos etnográficos e lingüísticos. Entre outras justificações arroladas, para não permitir estas atividades, a FUNAI argumenta: "já existe técnico realizando estudos etnográficos e lingüísticos do grupo Waimiri-Atroari, em perfeita consonância com os interesses da Fundação Nacional do Índio."<sup>38</sup> (Grifo nosso). O problema é que o CIMI jamais concordou com a instalação dos "Grandes Projetos" na área dos povos indígenas e por isso não poderia se posicionar em favor do pleito.

---

37 Ofício nº 00.0074/77, do Presidente da Eletronorte ao Presidente da FUNAI, 14.04.1977.

38 Ofício nº 1.441/82, de 11.11.1982 do Presidente da FUNAI.

---

Chamam atenção também as constantes tentativas da FUNAI e ELETRONORTE de negar a existência de indígenas na área destinada ao reservatório.

Em 1979, o Coordenador da Amazônia da FUNAI encaminha um relatório ao Presidente do órgão, com a seguinte observação: "na área onde se realizam os trabalhos da Hidrelétrica de Balbina não há malocas indígenas. No sobrevôo não foi constatada a presença de índios radicados nem em perambulação."<sup>39</sup>

Em 1980, outro parecer de um técnico da FUNAI: "Esta parte da área que será atingida é local de caça, pesca e coleta de tracajá, mas não é de conhecimento que haja aldeias nestas imediações."<sup>40</sup>

Em 1981, o Presidente da Eletronorte faz o seguinte comunicado à FUNAI:

"Os levantamentos até aqui efetuados dão-nos conta de que o reservatório atingirá cerca de 490 km<sup>2</sup> da área outrora de perambulação dos silvícolas, de onde, porém, estão hoje completamente afastados, pois sabe-se que com a construção da estrada, os silvícolas não mais penetram nessa área, onde existe sequer uma aldeia."<sup>41</sup>

---

39 Encaminhamento nº 013/COAMA/79, DE 28.3.79.

40 Parecer nº 097/80, de 23.10.1980, de um técnico da FUNAI.

41 Ofício nº 025/81, de 13.8.81 do Presidente da Eletronorte ao Presidente da FUNAI.

---

A minimização e o escamoteamento da situação dos Waimiri-Atroari foi constante em todo o processo de implantação da UHE de Balbina. Sobre a área invadida pelo reservatório os dados são desconstruídos e confusos. Esta tática muitas vezes é usada para não permitir o esclarecimento da opinião pública. Para tal objetivo a desinformação constitui uma das principais armas que o Estado possui para empreender as suas aspirações desenvolvimentistas, recorrendo inclusive à sonegação de informação. Quando a opinião pública chega a conhecer os fatos reais, estes já se encontram ancorados como algo irreversível diante dos quais já não há solução a não ser sofrer as consequências. (Vainer, 1990). O efeito da desinformação não é só confundir a opinião pública, como também impedir que os próprios envolvidos (no caso os Waimiri-Atroari), consigam vislumbrar as consequências do projeto, dada a sua dimensão e a sua complexidade com que é apresentado.

Outro efeito das informações disparees é não permitir que se estabeleça um quadro exato dos Waimiri-Atroari vitimados durante o processo de implantação dos "Grandes Projetos".

Schwade (1985) apresenta uma estimativa histórica, baseado em diversos autores que se interessaram, por razões diversas, pelo destino de um povo massacrado.

---

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO WAIMIRI-ATROARI

ANO	POPULAÇÃO	FONTE
1905	6.000	HUBNER, Georg e KOCH-GRÜNBERG
1968	3.000	CALLERI, João - Prelazia de Roraima
1972	3.000	FUNAI
1974	600 - 1.000	PINTO, Gilberto - FUNAI
1982	571	CRAVEIRO, Giusepe
1984	350	STEPHEN, Baynes

FONTE: Schwade, 1985.

O relatório do Programa Eletronorte-FUNAI (1991) afirma que, até 1974, a população Waimiri-Atroari era estimada em 1500 indivíduos e distribuídos em 12 aldeias. Em 1987, os indígenas estavam reduzidos a 374 indivíduos, distribuídos em 8 aldeamentos.

Este massacre teria a sua principal causa no contato indiscriminado com a sociedade envolvente, descontrolado pela construção da rodovia BR 174, principalmente pela transmissão de doenças e a perda dos recursos naturais necessários para a sobrevivência, em consequência do desmatamento da área.

Segundo Márcio Silva (1992), neste período (1987) a população Waimiri-Atroari ainda totalizava 420 membros.

Não é nosso objetivo discutirmos a exatidão do número de



sobreviventes de um povo que foi gradativamente capitulando, à medida que os programas desenvolvimentistas assambarcaram o seu território.

O certo é que UHE de Balbina foi o terceiro "Grande Projeto" que se instalou no chão deste povo em nome da "integração nacional", desenvolvimento e modernização da nação brasileira.

Os adeptos da hidrelétrica procuram minimizar os efeitos da invasão da área, alegando tratar-se de uma extensão irrisória perante a imensidão da reserva estabelecida pelo Decreto nº 93.837/89.<sup>42</sup>

Quando a Eletronorte fechou as comportas, a formação do lago implicou mudança de duas aldeias Waimiri para pontos distantes do interior da reserva, totalizando 107 indivíduos, o que representou 29% da população Waimiri-Atroari ainda existente. (Idem nota 42).

Mais uma vez deparamos com o desencontro de informações durante todo o processo de implantação do projeto no território indígena.

Diante desse quadro, fica claro que no primeiro momento a

---

<sup>42</sup> Segundo o Programa Waimiri-Atroari - Convênio Eletronorte/FUNAI, a reserva atinge uma área de 2.585.000 Ha, dos quais o reservatório ocupou somente 30.000 Ha.

desinformação e as informações contraditórias assumem o papel fundamental de permitir o acesso à região sem provocar reações da opinião pública, abrindo espaço para legitimar a obra, e legalizá-la através de uma série de atos burocráticos.

No segundo momento, quando não é mais possível manter a desinformação e escamotear a realidade, se propagandeia o projeto - na busca de minimizar o impacto negativo - como algo irreversível. O progresso e desenvolvimento têm os seus custos inevitáveis.

Um dos nossos entrevistados (idem nota 22) expressa, embora de forma parcial, a concepção da política oficial em relação aos povos indígenas frente aos "Grandes Projetos".

*"Eu não estou querendo me colocar contra a posição dos índios, porque acho que eles devem ter as suas reservas, devem manter sua cultura, deve se dar a eles a opção de manter suas tradições tribais, se assim quiserem, como também se deve dar a opção para eles de se integrar à sociedade nacional, uma sociedade mais democrática, mas deve se assegurar a eles a reserva necessária. Agora você impedir desenvolvimento brasileiro, o desenvolvimento nacional, exatamente porque não se pode utilizar uma usina de eletricidade, não se pode mais fazer uma barragem, não se pode mais extrair o subsolo, eu acho aí, já é uma questão de abrir mão da soberania brasileira, em função de pequenos grupos étnicos minoritários."*

A questão que não pode ser ignorada é que à medida que os povos indígenas são destituídos compulsoriamente do seu território e se implanta no seu meio um projeto que lhes é estranho, uma

sobreposição cultural é claramente estabelecida. Não lhes resta mais opção, a decisão já foi tomada por eles e sobre eles. Deixaram de ser sujeitos para se tornarem meros objetos da "soberania nacional".

Os impactos causados pela UHE de Balbina sobre os Waimiri-Atroari não seriam tão profundos se fosse possível dissociá-los dos efeitos que os projetos anteriores lhes impuseram. Neste aspecto, Balbina significou o "coroamento" de uma política criminosa do Estado brasileiro contra um povo indígena.

### III.5 - Por que BALBINA?

Até aqui, nos voltamos mais especificamente para as condições objetivas e impactos gerados pela UHE de Balbina. Diante do quadro que tentamos retratar de forma mais realista possível, surge inevitavelmente a interrogação: Por que Balbina?

Na verdade, é difícil encontrar resposta satisfatória que justifique o projeto. Militantes políticos e pastorais buscam descobrir "o que está por trás" de uma obra imponente que, segundo suas concepções, é essencialmente agressiva ao meio ambiente e à população regional e lhe atribuem objetivos específicos escusos. Nessa perspectiva a Equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de Itacoatiara (Amazonas) conclui: "A premeditada informação mentirosa a

---

*respeito das dimensões do lago de Balbina, por parte do Governo, insere-se num programa mais amplo que tem como um dos seus objetivos a destruição dos povos Waimiri-Atroari."* (Prelazia da Itacoatiara/AM, 1983).

Para o deputado (idem, nota 21), se tratava de salvaguardar estrategicamente, para o futuro, reservas minerais, além do objetivo de eliminar um povo que vinha incomodando, não apenas as autoridades locais, mas principalmente os militares que encontraram uma resistência muito forte para a construção da BR 174.

Essas interpretações, sem dúvida, colocam os responsáveis em circunstâncias incômodas. Devido a isto, fundamentações racionais e técnicas, inclusive de caráter científico, são evocadas. Para o técnico (idem, nota 32), para quem Balbina deve ser entendida dentro do seu contexto histórico, a escolha da bacia do rio Uatumã foi de caráter essencialmente técnico. Segundo este profissional, embora hoje se faça uma série de críticas, naquela época não se tinha um conhecimento técnico no Brasil com respeito à construção de barragens sobre arenitos. Predominava a prática de fundamentar as obras sobre rochas duras, que é o caso da bacia do Uatumã, que são rochas de dois bilhões de anos. Essa condição permitiu dar uma segurança muito grande para a construção da hidrelétrica nessa região. *"A escolha do local, no rio Uatumã, onde seria construída a barragem, foi puramente geológica."* (Entrevista).

---

Quando recorremos ao documentário da empresa responsável (Eletronorte), de imediato ocorreu a impressão de que foi o aspecto técnico que predominou. A Eletronorte exhibe uma gama enorme de instrumentos de programação e planejamento, mais de 40, abordando os diferentes aspectos de um "Grande Projeto", envolvendo meio físico, biológico e sócio-econômico. Para realizar estes estudos, além da empresa concessionária da energia elétrica, foram contratadas firmas de consultoria e profissionais de renome, inclusive, de reconhecimento internacional.

No diagnóstico preliminar dos efeitos ambientais, realizado pela MONASA (firma de consultoria) na parte introdutória, a seguinte observação chama a atenção:

*"Este trabalho foi preparado pela MONASA S.A. com assistência de A.V. Bell, chefe da Divisão Ambiental da Montreal Engineering Company Limited (MECO/Companhia associada da MONASA). A MECO conta hoje com uma Divisão especializada em estudos ambientais com cerca de 50 profissionais, e já possui uma experiência considerável na avaliação dos efeitos de projetos hidrelétricos nas regiões tropicais e temperadas." (Eletronorte-MONASA, 1979:1).*

Evoca-se também a participação de órgãos reconhecidos a nível nacional, como: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Já caracterizamos os "Grandes Projetos" da Amazônia como obras do Estado, que atua como seu órgão planejador e administrador, responsável pelo desenvolvimento da região. Para atuar com legitimidade, é preciso embasar suas decisões de forma a não deixar transparecer qualquer vestígio de irracionalidade. No caso de Balbina, coube à empresa estatal (Eletronorte) a realização desta tarefa. E neste sentido que Lins Ribeiro (1987) analisa a participação de várias empresas de consultoria e a presença de técnicos de renome como importantes para salvaguardar a necessária aparência de racionalidade e legitimação científica dos "Grandes Projetos".

Para Fearnside, *"a maneira com que os estudos de impacto ao meio ambiente têm sido feitos em Balbina favorece o uso altamente seletivo e enganador dos resultados."* (1990a:49). Essa manipulação foi possível porque a análise final dos dados era de competência exclusiva da Eletronorte. As firmas contratadas preparavam relatórios que eram realizados isoladamente por setores. A visão de conjunto se torna uma exclusividade da estatal. A publicação de resultados, mesmo de subprojetos individuais era condicionada à aprovação prévia da Eletronorte. Portanto, as informações globais eram monopólio de quem tinha a decisão final.

Na primeira, parte constatamos o enorme grau de autonomia das empresas estatais, sobretudo após 64, e, de uma forma

especial, no que diz respeito às suas receitas próprias. Esta característica permite a essas empresas atuarem nos mesmos moldes das privadas, salvaguardando, no entanto, o seu dimensionamento de "res publica" que lhes atribui a legitimidade de serem os representantes dos interesses da nação. Esse dimensionamento as liga ao poder central, o que as torna suscetíveis a pressões políticas; seus dirigentes têm acesso ao poder político superior a nível nacional, mas a dimensão dos "Grandes Projetos" os torna interlocutores a nível internacional.

O monopólio das informações é justificado estrategicamente como uma questão de "Segurança Nacional", sobretudo quando se trata da Região Amazônica.

Várias alternativas surgiram durante o processo de implantação da UHE de Balbina. Algumas foram alvo de críticas por parte de pesquisadores, sobretudo os ligados ao INPA, quando surgiram como possibilidades, como, por exemplo, o abastecimento de Manaus com termelétricas a carvão catarinense ou à lenha (carvão vegetal) a partir da mata nativa.

Uma termelétrica, abastecida pelo carvão de Santa Catarina, só teria custo equivalente a de Balbina, se o preço do carvão, posto em Manaus, fosse reduzido em 56% ao praticado na época. Uma termelétrica à lenha da região teria um custo 7% maior do que a

---

construção de Balbina, além de exigir uma área de 343 mil ha. para o desmatamento.<sup>43</sup>

Outras alternativas surgiram, como:

- Aproveitamento do gás natural da bacia do rio Juruá, a 500 km. de Manaus ou a utilização do petróleo e gás da região de Urucú, ainda mais próxima de Manaus. (Fearnside, 1990a).

- A construção de várias hidrelétricas de pequeno porte para evitar os impactos inerentes a um "Grande Projeto".

Nenhuma dessas alternativas mereceu a apreciação de um debate público, mas segundo a Eletronorte cada uma das alternativas foi objeto de estudo e consideração específica, desenvolvidas pela empresa que descartou todas.<sup>44</sup>

---

43 Durante o Encontro das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92), a UHE de Balbina foi alvo de duras críticas, sobretudo pela agressão ambiental, que é uma de suas principais características. A Eletronorte elaborou um documento justificador que ainda não foi publicado, ao qual tivemos acesso através da Eletrobrás. A Empresa procura demonstrar a viabilidade de Balbina através da rejeição das duas alternativas referidas acima, exclusivamente pelo fator custos. Os dados acima foram extraídos desse documento.

44 O relatório não publicado (vide nota 43), em nenhum momento, se refere a essas alternativas.



Em 1990, quando Balbina já era um fato consumado, a Eletronorte atualizou seus estudos estendendo suas projeções para o ano 2.015. Nesta reavaliação considera as possibilidades de suprimento de eletricidade de sua área de atuação a partir de opções de fonte primária de energia: os recursos hídricos regionais permanecem como base, o gás natural da Amazônica Ocidental, o carvão colombiano, as termelétricas continuariam a ser competitivas e poderiam assumir importância, notadamente em Manaus. A energia solar e a lenha teriam aplicação em pequenas cargas. As pequenas hidrelétricas como alternativas locais são altamente consideradas. O aproveitamento do gás do Juruá é considerado como fonte altamente privilegiada para a região. (Eletrobrás, 1991).

A pergunta que surge é: por que essas alternativas não foram consideradas na época da construção de Balbina?

No nosso trabalho de campo, constatamos que a alternativa mais citada para evitar o desastre de Balbina, foi o aproveitamento da Hidrelétrica de Cachoeira Porteira, sobretudo a partir de 1985, quando Balbina é ameaçada de ser paralisada. Até 1981, os sistemas elétricos da Amazônia eram isolados. A partir desse período, a evolução no domínio tecnológico já permitia a transmissão de energia a longas distâncias, permitindo a integração de sistemas isolados e o aproveitamento de recursos energéticos de locais remotos. Esse é um dos objetivos da Eletrobrás quando insiste no

---

aproveitamento dos recursos hídricos da Amazônia para o abastecimento da Região Nordeste.

Dentro dessa perspectiva, a previsão de suprir o déficit de energia para Manaus, já em 1996, era a UHE de Cachoeira Porteira, a 500 km. de Manaus, no rio Trombetas, no Estado do Pará. Cachoeira Porteira terá uma capacidade média de produção de 760 MW (Eletrobrás, 1991). Essa previsão significa aproximadamente três vezes a produção de Balbina, se considerarmos o potencial instalado, e sete vezes a produção de Balbina, se considerarmos a potência realmente garantida. A partir destes dados questionamos a razão da construção de duas usinas. Só a UHE de Cachoeira Porteira não teria abastecido a região?

Segundo o Superintendente da Eletronorte:

*"A empresa não descartou a possibilidade de construir Cachoeira Porteira. Está nos planos do setor elétrico da própria Eletrobrás. Cachoeira Porteira é uma obra fundamental para a Eletronorte, porque ela vai reforçar a geração para Manaus e vai atender várias cidades do baixo Amazonas com uma possível ligação para o Amapá. Cachoeira Porteira é fundamental para Manaus para superar o déficit que hoje não acontece mas que vai acontecer a partir de 1996."* (Entrevista).

A UHE de Cachoeira Porteira já estava prevista no Plano 2.010 (1987) e foi mantida no Plano Nacional de Energia Elétrica, apesar de merecer alguns destaques no Plano Diretor do Meio Ambiente do Setor Elétrico 1991/1993 (II PDMA) da Eletrobrás de 1990, com uma

alagação de 912 km<sup>2</sup> de área, e com o possível remanejamento de 1,8 mil habitantes e afetar 1,2 mil índios em área demarcada. (Eletrobrás, 1991).<sup>45</sup>

Apesar dessas restrições, o engenheiro (idem, nota 20) considera que Cachoeira Porteira é, do ponto de vista hidráulico, hidrológico e provavelmente ambiental, muito superior, muito melhor encaixada do que Balbina.

Felos dados da Eletrobrás verificamos que Cachoeira Porteira, apesar de ser uma alternativa para Balbina, não escapa de certos impactos que são característicos das hidrelétricas da região, tais como: a alagação de grandes áreas e o confisco das terras dos povos indígenas que continuam empecilho e vítimas.

Para Fearnside, considerando os impactos de Balbina e Cachoeira Porteira e considerando a existência da tecnologia que permitiria ligar Manaus à UHE de Tucuruí, a custos mais baixos do que a construção de Balbina, o autor conclui que

*"...indiretamente Balbina e Cachoeira Porteira se tornam 'necessárias' por causa das concessões especiais que têm sido dadas às empresas estrangeiras que estão beneficiando alumínio em outras partes da região." (1990a:42).*

---

<sup>45</sup> Serão atingidos diretamente os indígenas das aldeias Mapuera, Cassauá e Porteira, além de grupos "isolados" da região. (Santos e Nacke, 1988).

Não podemos entrar em todas as polémicas que essa questão envolve. Por isso, a nossa perspectiva se limita à análise da construção de Balbina quando havia outras alternativas e a previsão de ligar Manaus à UHE Cachoeira Porteira já era certa. Nessa perspectiva, razões técnicas não justificam o Projeto, se considerarmos os resultados gerados pela usina.

A Eletrobrás procura explicações para a concretização de certas obras alegando que os critérios de decisão do período se baseavam no aspecto empresarial do setor elétrico, já que a empresa (estatal) tem que gerar os recursos necessários para a manutenção e desenvolvimento de suas atividades, de forma competitiva.

E exatamente este aspecto empresarial, frisado pela Eletrobrás, que lhe dá condições objetivas para desenvolver, em ritmo crescente, uma política de investimento e expansão, com uma autonomia frente ao Governo.

Para a Eletrobrás, os equívocos aconteceram porque o setor energético brasileiro, à época, ainda não se fundamentava em uma análise multivariada, que englobasse os aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais e ecológicos. Para a implantação de um projeto se faz necessário a observação dos aspectos que agora formam a tridimensionalidade do setor, a saber: aspecto empresarial, político estratégico e o sócio-ambiental. (Eletrobrás, 1991).

---

---

A Eletrobrás hoje admite que os aspectos sócio-ambientais foram relegados devido a super valorização da dimensão econômica. De fato, o próprio modelo desenvolvimentista sempre privilegiou o aspecto econômico, portanto não é apenas uma característica do setor energético. Tal dimensionamento aparece a nível internacional quando o Brasil desponta como um país pouco preocupado com as questões sociais e ambientais na implementação dos projetos desenvolvimentistas. Tal posição é expressa na Conferência Mundial de Meio Ambiente, em Estocolmo, de 1972, onde o Ministro Chefe da Delegação Brasileira considerou que as questões ambientais marcavam interesses imperialistas que tendiam impedir o crescimento dos países em desenvolvimento. (Santos: 1992b). Esta é a posição até hoje de certos governantes da Região Amazônica.

Apesar do posicionamento da Eletrobrás, existe muita discordância em relação à dimensão empresarial da obra, quando analisada sob a relação custo/benefício. Segundo o Superintendente da Eletronorte, Balbina, em 10 anos, vai se pagar por ela mesma, devido à economia do petróleo decorrente do funcionamento da hidrelétrica. Apesar dessa afirmativa, a Eletronorte faz um verdadeiro mistério em relação ao custo real da obra. Segundo a empresa, as estimativas obtidas pelos diversos estudos aproximam-se dos custos efetivamente observados, que orçam os investimentos em torno de US\$ 481 milhões, excluindo-se o sistema de transmissão e os juros durante a construção, a nível dos preços vigentes em dezembro de 1978. Além

---

desta informação ser muito generalizada, ao ponto de ser difícil deduzir um custo real, a empresa acrescenta outros fatores que contribuíram para o encarecimento da obra:

- A construção de diques, não previstos inicialmente, devido à expansão do reservatório, bem como a necessidade de alteamento da BR 174, numa extensão de 8 km., incluindo-se a construção de 4 pontes.

- Aquisição de equipamentos pelo Acordo de Cooperação Brasil/França, sem licitação.

- Obra realizada na Amazônia, pioneira e com escasso conhecimento histórico da região.

- Numerosas interrupções e redução do ritmo da obra, acarretando muitas contratuais e o encarecimento de novos contratos.<sup>46</sup>

Com estas informações genéricas fica evidenciado que a empresa procura monopolizar uma questão fundamental de interesse público. Segundo o técnico (idem, nota 20), o que Balbina está gerando, de acordo com as pessoas que trabalharam com o levantamento de custos, ainda que feito a grosso modo, Balbina não se justifica em termos de análise custo/benefício. Esta opinião é comungada pelo ex-coordenador dos Estudos Ecológicos do INPA (idem, nota 29), quando se refere ao custo da barragem e à energia gerada.

---

46. Informações contidas no relatório da Eletronorte ainda não publicado.

A premissa principal que norteou a instalação das hidrelétricas durante os governos militares foi a relação custo/benefício, que se fundamentava exclusivamente no fato de que o projeto deveria ter o menor custo econômico/financeiro e o máximo de benefício, pelo qual se entendia a máxima geração de energia elétrica, sem levar em conta os custos dos impactos sociais e ambientais. Dentro desta concepção, a população local, no máximo era considerada como uma quantidade de dólares a serem dispendidos a título de indenizações, quando extremamente exigidas. Nem mesmo a estreiteza dessa visão justifica Balbina.

Segundo os dados de Fearnside (1990a:35), o custo de construção é de US\$ 3.000 por quilowatt de capacidade instalada, enquanto Tucuruí custará US\$ 675/quilowatt, representando 4,6 vezes menos que a UHE Balbina e Itaipú é de US\$ 1.206/quilowatt (2,6 vezes menos que Balbina).

O custo real da hidrelétrica assumiria proporções absurdas se fosse calculado o valor potencial da floresta submersa, os custos de manutenção e substituição de peças e os juros decorrentes dos empréstimos contraídos para a sua construção. Mesmo assim, o custo final de Balbina está em um bilhão de dólares. Se este valor fosse cobrado pelas contas de luz e impostos da população de Manaus, sobretudo das empresas internacionais, que se estabeleceram, todos se colocariam contra a hidrelétrica e até se retirariam da

---

---

região (Fearnside, 1990c). Este fato não sucede porque "Manaus hoje ilustra o extremo do crescimento subsidiado." (Idem, 1990a:53).

### III.6 - Razões políticas.

A UHE Balbina foi uma decisão política, enquanto parte integrante de um plano amplo do governo central para atingir a integração nacional. Além disso, outra dimensão política toma forma quando forças sociais locais reivindicam a sua execução.

Para Lins Ribeiro (1987), as razões políticas para alguns projetos tem a mesma importância que as razões econômicas e as técnicas, quando não assumem a importância principal para o desenvolvimento de um grande projeto. No caso de Balbina, razões políticas se tornam expressivas à medida que as justificativas técnicas e econômicas se esvanecem.

Para o Superintendente da Eletronorte, Balbina foi uma decisão política porque as forças políticas do Amazonas queriam uma hidrelétrica para atender o crescimento de Manaus, que despontava como um polo de desenvolvimento da Amazônia. (Entrevista).

---



O nosso entrevistado (idem, nota 22) interpreta a construção de Balbina como um "bairrismo miserável", porque a sociedade, pesquisadores e políticos amazonenses, por questões provincianas fizeram uma pressão gigantesca para que a UHE de Balbina fosse construída em vez de Cachoeira Porteira, "porque nós não queríamos energia elétrica paraense em solo amazonense". (Entrevista).

A questão é identificar essas forças políticas do Estado do Amazonas que tiveram o poder de influenciar a empresa empreendedora a ponto de implantar a hidrelétrica. A modernização imposta pelo Governo Central na Amazônia foi desigualmente distribuída e enfrenta interesses e confrontos de atores sociais privados e públicos de forma diferenciada e incide, de modo também diferenciado, nas diversas regiões dentro da Amazônia. (Bertha Becker, 1990). A partir dessa heterogeneidade é preciso considerar as especificidades locais para entendermos as atuações dos segmentos envolvidos. Segundo Becker (op. cit.), há regiões onde a terra é condição para a realização futura de renda, através da exploração produtiva, ou utilização como meio para obtenção de subsídios e créditos, ou mesmo especulação. Neste caso, a modernização se dá através do Estado, que ocupa posição central quando define e executa os rumos do desenvolvimento da região através do planejamento que atua como instrumento político. Ainda redireciona uma economia agroexportadora, sob o domínio da oligarquia latifundiária em favor do grande capital moderno e industrial. Neste sentido, o plane-

---

---

jamento atua como forma de imposição de diretrizes nacionais, contra os interesses de grupos locais.

O Estado militarizado fez um encaminhamento político que gerou a associação entre propriedade da terra e capital, através dos incentivos fiscais, medida que permitiu que as empresas do Sudeste e do Sul investissem com grandes vantagens em terras da Amazônia, convertendo, dessa forma, o capital em propriedade de terra, o que permitiu a preservação política da renda fundiária. (Martins, 1987).

A partir de 1970, ao considerar impraticável a colonização da Amazônia, a partir de pequenos e médios proprietários, o governo começa a subsidiar empresários para uma ocupação rápida de uma área extensa como a Amazônia. Cresce assim o montante de terras nas mãos de empresas vinculadas diretamente a firmas industriais e multinacionais. Alguns fazendeiros, radicados anteriormente na região, vendem suas terras para as empresas, e outros, com melhores condições econômicas e/ou políticas, se habilitam a receber o crédito concedido pelo governo. Os pequenos proprietários, os posseiros e os índios são literalmente expulsos da região. Dessa forma, grandes extensões de terras saíram das mãos da oligarquia e dos proprietários tradicionais e passaram para os grandes grupos econômicos tornando-se fator preponderante para o apoio da centralização do poder. (Becker, 1990).

---

José de Souza Martins comenta essa estratégia do Estado da seguinte forma:

*"Neste sentido, o Estado Militar, coerente com a tradição do autoritarismo centralizador, iniciou um amplo processo de destruição do regionalismo oligárquico e minou mais ou menos profundamente as bases de ordem política centrada no poder pessoal dos proprietários de terra, da ordem privada que se sobrepunha à ordem pública."* (Martins, 1987:410).

Para o êxito desse processo de associação, além das generosas subvenções, a garantia de infra-estrutura para as empresas continua sendo função básica do Estado. Estabelece-se, assim, a aliança entre Governo, Companhias Industriais, Agrícolas e de Construção Civil com o propósito de fomentar a política modernizadora para a região.

Para Martins (1987), em todo esse processo, o planejador (burocrata) é o agente do Estado, que o respalda com seu poder e seus recursos para definir e direcionar a via da modernização.

A atuação do Estado na formulação da política oficial para a Amazônia não pode ser vista de forma unilinear, como atuação monolítica. Na estratégia governamental, interferem interesses e confrontos de atores sociais privados e públicos que tentam controlar ações através do controle sobre áreas específicas. O ponto central é que a atuação dos planejadores e técnicos, além de gerar uma expansão do próprio Estado, favoreceu uma poderosa elite que, lado a lado com

---

os empresários capitalistas, formou um poderoso lobby político para garantir tratamento privilegiado por parte do governo. (Hall, 1991).

A política oficial, além de excluir grandes contingentes populacionais, como índios e posseiros, trouxe consigo a insatisfação de tradicionais grupos de interesses regionais, à medida que viram corroer sua base de poder. Assim, surgem periodicamente tentativas, geralmente inúteis, de políticos locais no sentido de recuperar ou expandir a sua influência em áreas controladas pela burocracia oficial. Hall (1991) cita como exemplo, o "polígono dos castanhais", perto de Marabá, Pará, onde o poder das famílias tradicionais declinou com a chegada das empresas estatais, como a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD) e outras que fazem parte do Programa Carajás. Essas elites conseguiram conservar certo grau de influência, mediante a diversificação de suas atividades econômicas, embora o Estado, em virtude do seu poder ampliado, tenha sido de importância decisiva para alterar a estrutura sócio-política da região. Neste caso, a associação entre propriedade da terra e o capital moderno não conseguiu eliminar, por inteiro, a influência da oligarquia latifundiária remanescente.

Apesar dessas reações, a verdadeira resistência ao "processo de modernização" da Amazônia se dá no âmbito das populações camponesas e indígenas que, no espaço constituído pela produção mercantil, estavam confinados pela dominação pessoal do latifundiário. A

---

medida que o capital moderno adquire espaço, estes contingentes são expulsos pelos novos empresários, técnicos e planejadores, que passam aos seus representantes e beneficiados pelo Estado autoritário, enquanto que os indígenas e camponeses emergem como novos sujeitos políticos, buscando a sua reprodução social e sobrevivência no campo. (Martins, 1987).

No Estado do Amazonas, mais especificamente em Manaus, por ter características próprias, o capital moderno, introduzido via Estado, não encontrou resistência das oligarquias extrativistas residuais, nem dos políticos locais. Pelo contrário, é recebido como recurso que eleva a região ao reconhecimento nacional e internacional, desde que surja nesses cenários travestido de moderno e com roupagem de grandeza. As forças sociais que se manifestam contrárias são execradas como deserdadas e equivocadas, representam a irracionalidade numa sociedade que sempre se caracterizou por usufruir das fontes de poder.

Os indígenas são tratados como empecilhos no caminho em direção à nova glória da região e, portanto, devem ser eliminados para não deixar vestígio. Para as elites e políticos sedentos de participar do novo modelo, esses povos representam o atraso.

Para entendermos o posicionamento da elite amazonense frente ao capital moderno, novamente precisamos nos respaldar no con-

texto histórico que a moldou e que vibrou com as imposições externas desde que trouxeram proveito para deleitá-la. Márcio Souza a caracteriza:

*"A elite na região amazônica nunca teve o poder real de mando. Ela sempre representou, através de seus estamentos, o papel de delegada de alguns modelos históricos. Seu poder real limitou-se ao círculo restrito de sua propriedade e aos interesses pessoais facilmente localizados. A elite amazônica foi sempre estes estamentos burocráticos de grandeza inferior, de espírito executivo, em cujos ombros a metrópole depositou a tarefa de manter a área agregada ao fluxo da evolução histórica."* Souza, 1978:154).

Para Souza, alguns exemplos históricos demonstram o papel secundário da elite amazonense. No período colonial, o eixo econômico brasileiro se situava entre Minas e Rio de Janeiro e os lusitanos resguardavam a região do Amazonas para investimentos futuros, assim forçando os administradores do lugar da Barra (Manaus) a se contentar com papéis secundários.

Para a elite amazonense, a independência política do Brasil não teve significação mais profunda, a não ser a mudança de sintonização de Lisboa para Petrópolis.

Uma nova elite surge no Amazonas quando despertam os primeiros interesses do mercado mundial pela borracha. Essa elite reivindica a emancipação da província em 1850, mas se recolhe após a conquista para usufruir as glórias do látex e dos apetites

internacionais do capitalismo. "Era o funcionário simples que havia acertado na loteria do destino." (Souza, 1978:155). Os administradores locais não tiveram a visão de entender as circunstâncias internacionais que os levasse a empreender uma diretriz política que assegurasse a continuidade do fluxo de investimentos e preferiram administrar os "assuntos domésticos" sem acordar para as manobras internacionais do comércio de matérias primas.

Com a queda da borracha, da elite extrativista amazonense, restou uma camada de comerciantes menores e industriais da manufatura primária. O populismo no Amazonas foi liderado por essa elite defasada que se limitou a executar melhorias nos serviços públicos elementares, enquanto o país, com todos os seus reveses, se encaminhava para a integração com o capitalismo internacional. No Amazonas restou uma classe econômica frágil que politicamente têm resquícios do colonialismo português e economicamente se liga à escola do extrativismo. (Souza, 1978).

Dentro dessa perspectiva, é compreensível o fato de a elite amazonense vibrar com as concessões federais e se irritar quando estas não são generosas. E dentro dessa configuração que a Zona Franca foi enaltecida sem a compreensão de sua significação histórica ou política. O grande problema para a elite tradicional é conviver com os "Grandes Projetos", que trazem no seu bojo uma

---

---

sobreposição política, que gradativamente vai absorvendo o poder de interferência dessa mesma elite que os propala e se encanta com seu gigantismo.

Este dilema novamente Márcio Souza expressa quando afirma:

*"Há momentos em que os pés da elite amazonense sentem-se incomodadas por uma pedra de difícil localização - muitas vezes esta pedra aparece como um espicaçar dos sentimentos jacobinos, outras vezes ela acutila os interesses imediatos e até um certo medo de uma nova era de depressão e marasmo." (Souza, 1978:157).*

A sobreposição política é sem dúvida a consequência mais direta da "malha programada" do Governo, que gradativamente assambarcou áreas para o seu controle e administração, gerando confrontos com atores sociais locais de diversos segmentos, inclusive das próprias elites locais. Este dilema é uma consequência da política estratégica que não afeta somente o Amazonas, mas a região como um todo, onde o crescimento dos poderes do Estado avançou a fim de mobilizar a base de recursos da Amazônia, no interesse do "desenvolvimento nacional".

Neste sentido, Governadores estaduais procuram restabelecer, inutilmente, seu controle sobre os assuntos locais que passaram para a jurisdição do Governo Federal ou mesmo para órgãos a ele ligados, como é o caso da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), ou mesmo para os Executivos de "Grandes Projetos", como o

---



É este desvanecimento político que muitas vezes incomoda a elite amazonense, que mesmo assim, clama pelos "Grandes Projetos" como solução para problemas da região.

Márcio Souza acentua o condicionamento histórico como modelador da elite amazonense, realidade que a fez aprender uma coisa: *"a arte vergonhosa de bajular todos os políticos que estivessem no poder, como se um forte atavismo oportunista dominasse seus atos."* (1978:146).

Para entendermos o posicionamento adesista e de apoio incondicional ao centralismo do regime que se instalou em 64, por parte dos segmentos dominantes do Estado do Amazonas - manifesto de forma especial na Zona Franca e no projeto complementar, a UHE de Balbina - é preciso considerar também as conveniências e oportunidades que o próprio regime apresentou na sua estruturação.

Já aludimos à situação de desespero e marasmo a que foram reduzidos os extrativistas após o declínio da borracha, a ponto de o aparelho do Estado significar praticamente o único meio para o restabelecimento dos segmentos outrora poderosos. A situação de desespero os fazia exaltar o poder central quando este acenava com alguma nova perspectiva.

Já citamos algumas medidas do Estado brasileiro que

---

---

reativaram as esperanças da oligarquia extrativista do Amazonas, como o Plano de Apoio à Borracha, a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) - a "Operação Amazônia". No entanto, em pouco tempo, os sonhos se dissiparam com a desativação ou reorientação destes mecanismos.

O golpe de 64 representou, para a elite tradicional, uma nova chance de incorporar-se, seja pela empresa privada, pela empresa pública ou por intermédio do próprio Estado, no modelo desenvolvimentista.

Já afirmamos, na primeira parte do trabalho, que o regime político implantado em 1964 visava fundamentalmente o crescimento econômico, associando o setor público, a corporação transnacional e o moderno setor capitalista da economia nacional. Da classe extrativista tradicional que permaneceu em Manaus, restou uma categoria econômica dominante frágil, representada por comerciantes e industriais de manufatura primária. Com o advento do regime militar, a única preocupação desse segmento, como de toda a classe média brasileira, era uma forma de inserção que lhe permitisse, de alguma maneira, participar das benesses do novo regime. Como, no novo contexto, ganharam importância os grupos sociais que expressavam o capitalismo internacional, associado às Forças Armadas e à tecnoburocracia, a única forma para a elite tradicional de Manaus se inserir foi através de suas alianças com os grupos militares e

---

---

tecnocráticos que ocupavam o Estado. Foi essa aliança que levou os setores dominantes de Manaus a apoiar qualquer projeto, mesmo imposto pelo Estado à região, no qual conseguem participar como sócios minoritários ou ocupando cargos simbólicos, como no caso da Zona Franca.

Assim, o segmento dominante de Manaus "abriu mão" dos controles políticos tradicionais e passou a responder diretamente às pressões do Estado e ao controle militar, considerando a extensão da "malha programada" como benefício, reclamando, inclusive, quando não é contemplado tanto quanto outras áreas da região.

A UHE de Balbina significa um complemento à Zona Franca e o argumento usado pela burocracia estatal é que, sem a hidrelétrica, o polo de desenvolvimento de Manaus estaria ameaçado. E dentro desse contexto que devemos entender a orquestração política que se executou em Manaus para que Balbina se tornasse uma realidade amazônica. Segundo o Coordenador dos Estudos Ecológicos do INPA (idem nota 29), os parlamentares locais de Manaus (Câmara de Vereadores), Prefeitura Municipal, o Governo do Estado (Executivo e Legislativo), os representantes do Amazonas na Câmara Federal e no Senado se juntaram em torno de uma campanha, juntamente com a Federação das Indústrias e a Associação Comercial. Segundo o coordenador, uma pessoa que, na época se posicionasse contra a UHE de Balbina, mesmo com base em critérios técnicos, seria crucificada em praça pública.

---

A orquestração política de apoio foi fundamental para os planejadores do modelo implantado, no sentido de estender a nação à totalidade do território, repelindo as características regionais e com elas os núcleos de poder local, subordinando-o ao centro. O apoio do poder local era a garantia de que o projeto aparentaria fazer parte de um plano de desenvolvimento regional sem parecer que a região estava sendo extensiva e intensivamente apropriada pelo centro que, assim, conformava todo o território à dinâmica desenvolvimentista modernizante, traçada pelo regime.

Embora o apoio incondicional à hidrelétrica procedesse ostensivamente dos grupos dominantes - seus representantes e suas associações, como a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Federação do Comércio, Federação da Agricultura, Clube dos Diretores Lojistas de Manaus, conforme carta publicada no Jornal "O Estado de São Paulo", em 13/7/1979, em que essas entidades procuram demonstrar a utilidade da UHE de Balbina para o Amazonas - existiram tentativas de obter o apoio popular ao projeto.

A tentativa de envolvimento da população é expressa por um representante do segmento político (ex-deputado), conhecido como o grande batalhador pela implantação da hidrelétrica no rio Uatumã, quando reconhece a supremacia do político frente aos critérios técnicos e mesmo frente à viabilidade econômica: *"A hidrelétrica de Balbina não depende de estudo técnico ou de viabilidade econômica; depende*

---

única e exclusivamente de uma decisão política." (Jornal "A Crítica" - Manaus, 3/3/1980). A população é conclamada com o seguinte apelo:

*"No dia 9 de abril, sugiro que a Assembléia Legislativa, Câmara Municipal de Manaus, o Governo, a Prefeitura, as entidades de empresários, de trabalhadores, de estudantes, todas as associações de classe, esportivas, religiosas - todos enfim - enviem um telex para o Presidente Figueiredo reivindicando a construção imediata da hidrelétrica (...). Convenhamos, essa atitude custa tão pouco, mas representa muito para Manaus e para o Amazonas. Ninguém deve se perturbar com as idéias já levantadas para retardar ou substituir essa hidrelétrica."* (Ibidem).

A convocação não considera as forças sociais, sobretudo ligadas à Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o CIMI, que sempre se opuseram ao projeto, ao ponto de considerá-lo como um plano genocida, como já afirmamos anteriormente. O movimento estudantil, embora ainda reprimido, fazia denúncias veementes quanto às abrangências da usina.

O líder político não considerou a heterogeneidade das forças sociais que, já na época, formavam a complexidade da sociedade regional. Partiu do pressuposto de uma representação regional monolítica, calcada nas forças economicamente hegemônicas que se impunham porque coniventes e associadas aos interesses do poder central, visando de imediato usufruir os benefícios materiais, com os quais o sistema acenava.

Quanto à população não organizada, o líder político se

coloca como o verdadeiro populista, que tenta utilizar as massas para apoiar interesses que não nasceram no seio da população, mas foram impostos de fora para dentro, e em torno dos quais a população não tem informação. O apelo evoca a sùmula do populismo, quando os líderes políticos necessitavam do apoio das massas e, por isso, precisavam conquistá-las, mas não eram elas (as massas) e, sim, eles (os políticos) que articulavam os discursos e os projetos políticos. Pretendeu-se legitimar a obra, caracterizando-a como resposta a uma demanda de consenso de todas as forças da sociedade local, obscurecendo os verdadeiros interesses de classe subjacentes.

Uma outra dimensão do apoio dos políticos locais, interpretada como pressão, é exposta pelo empresário (idem nota 22):

*"Quando Garcia Lhano (presidente da Eletronorte na época) me falou que a solução correta seria Cachoeira Porteira, eu me propus a vir para cá e fazer uma campanha para não construir mais Balbina, ele virou-se e pediu pelo amor de Deus, não faça isso, porque eu serei demitido da Eletronorte e eu quero terminar a hidrelétrica de Tucuruí. Os políticos irão me crucificar. Os estudos já estão concluídos... As turbinas já estão compradas. É inútil querer tomar outro rumo." (Entrevista).*

Já que os estudos estavam concluídos e indicavam como melhor opção Cachoeira Porteira, fica confirmada a posição de Vainer (1990), de que não se trata de incapacidade técnica em prognosticar os efeitos negativos para a região, mas da visão política de seus planejadores enquanto a serviço de um padrão de desenvolvimento com

suas formas típicas de repartição de seus efeitos. Reverter o plano, de certa forma, abalaria o prestígio desse segmento.

Segundo Lins Ribeiro (1987), as decisões dos "Grandes Projetos" são tomadas por administradores que se fundamentam na lógica dos sistemas econômicos internacionais e nacionais. Envolvem diversas instituições e negociações complexas entre órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, bancos e agências bilaterais de desenvolvimento, etc. Refletem também as principais tendências da divisão internacional do trabalho, sobretudo a relação de dependência política e econômica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, expressa por financiadores e credores de um lado, e do outro, por compradores e devedores. Todas essas relações são regidas pelas regras do financiamento internacional.

Estas relações coligam também as grandes empreiteiras, aliadas estruturais do grande capital internacional, e extremamente influentes junto à burocracia estatal, sobre a qual exercem um "lobby" que é a manifestação de pressões de interesses privados, no sentido de assegurar ganhos com as grandes obras (Gonçalves, 1990). Para essas empresas e agências, não interessam os impactos sociais e ambientais, nem a exclusão do local regional, mas sim, a rentabilidade do capital. Os compromissos assumidos com o capital internacional impõem à burocracia e ao Estado uma permanente adaptação às exigências impostas.

Na primeira parte do trabalho, aludimos à especificidade da atuação do Estado nos países de industrialização recente. Aqui temos uma situação típica, configurada pela presença de atores internacionais que influenciam fortemente a tomada de decisões. Ao Estado, neste caso, cabe mediar a ação dos grupos inseridos no projeto, cujo interlocutor é a burocracia, que também age em benefício próprio, enquanto procura legitimar o processo do qual é autora.

E dentro desse complexo de relações que o Presidente da Eletronorte da época enfatiza que "as turbinas já estão compradas". Este ato foi uma consequência do acordo franco-brasileiro que estabeleceu assistência técnica e uma linha especial de crédito para a compra de turbinas da França. (Fearnside, 1990a).

Ao alegar que a suspensão de Balbina pode interferir na sua continuidade dentro da estatal para concluir a hidrelétrica de Tucuruí, o Presidente da Eletronorte expressa os rumos do plano nacional, já que Tucuruí é um dos principais projetos da estratégia do governo para promover a modernização em tempo rápido. A hidrelétrica atenderia a produção de alumínio e estimularia a industrialização com as negociações com os empresários japoneses, interessados em investir na região, atraídos pelas potencialidades das jazidas de ferro e bauxita e reservas da energia hidráulica do rio Tocantins, cuja exploração havia sido considerada desde o governo



---

Médici e propaganda nacionalmente como um passo importante para o progresso e desenvolvimento. (Castro, 1989:44).

A atuação da Eletronorte, mais especificamente no sentido de promover a geração de grandes pacotes energéticos, foi de particular interesse para a indústria de alumínio primário, principalmente para o empreendimento nipo-brasileiro, que no período assumia seus primeiros contornos. Sem dúvida, Tucuruí foi o fator mais importante no surgimento dessa empresa estatal (Eletronorte). Tucuruí tinha como objetivo básico suprir os empreendimentos eletrometalúrgicos (usina de alumínio) e de mineração (projeto integrado de exploração de minério de ferro de Carajás) e se destinava também ao atendimento do mercado polarizado por Belém. (Lobo, 1989).

Além da importância econômica para o modelo desenvolvimentista, Tucuruí aprofundava os compromissos internacionais ligados a Balbina, já que as turbinas são do tipo Francis, também de procedência francesa, por força dos contratos de financiamento para aquisição das máquinas e equipamentos, realizados, em boa parte, junto aos bancos franceses. (Ibidem).

Tucuruí apresentava perspectivas de corresponder a uma variada gama de satisfação. Era considerada fundamental para ajudar a pagar o serviço de uma imensa dívida externa, à medida que

---

desenvolvesse a indústria metalúrgica e trouxesse divisas para o país. Para o Setor Elétrico brasileiro, os resultados foram altamente compensadores. *"De importador de alumínio, em 1972, o país tornou-se exportador de bauxita, alumínio e metal, cifras que atingiram US\$ 1,3 bilhões em 1988."* (Eletrobrás, 1991). Segundo a perspectiva dos planejadores, a hidrelétrica de Tucuruí tinha grande perspectiva social, à medida que alimentasse as indústrias que absorveriam o excesso de mão de obra de outras regiões do país. Para os objetivos políticos do Estado, Tucuruí era básica como fator de ocupação da fronteira amazônica.

Os impactos sociais e ambientais são considerados naturais em todo grande empreendimento, desde que este gere condições de atração de capitais futuros. Tucuruí cumpriria perfeitamente os objetivos políticos e econômicos do regime implantado, enquanto correspondente aos interesses do capital internacional é altamente favorável para o intento capitalista da estatal empreendedora e uma afirmação ímpar para a burocracia dirigente.

Não construir Balbina levaria a Eletronorte a ter dificuldades em cumprir os compromissos com as empresas francesas e os acordos bilaterais com governos estrangeiros, o que era inadmissível, na lógica da empreendedora. Daí se entende a afirmação do Presidente da estatal *"que já era tarde para mudar o rumo"*. Neste sentido, Balbina já era considerada fato consumado.

---

---

A pressão política da elite amazonense se tornava altamente favorável para os interesses da Eletronorte e para o modelo que direcionava suas ações. Uma campanha para não construir Balbina seria sacrificar as carreiras e o orgulho pessoal dos planejadores, se opor aos interesses das empreiteiras e arcar com uma desmoralização a nível internacional.

Dentro desse contexto é que os contratos para a construção de Balbina foram assinados pelo Presidente Figueiredo em 1981. Esta decisão fundamentou-se nos interesses da empreendedora, sem qualquer tipo de discussão pública. Ignorou-se a perspectiva de causar impactos ambientais, sociais e culturais, a que já nos referimos, e negou-se à sociedade qualquer informação a respeito do que estava sendo implantado.

As restrições e críticas surgiram de uma forma mais contundente quando as obras já estavam em plena execução. Durante a década de 80, entidades privadas européias e norte-americanas fizeram campanhas de denúncias, que, embora mais diretamente direcionadas ao Programa Grande Carajás, influenciaram na criação de uma consciência global dos perigos sociais e ecológicos inerentes aos grandes projetos da Amazônia, e interpelaram instituições financeiras internacionais, numa tentativa de modificar-lhes as políticas.

O Banco Mundial chegou a negar pedido de financiamento

---

específico para Balbina. No entanto concedeu empréstimo ao Brasil para aumentar a capacidade de geração de energia sem examinar cada projeto. Desta forma, Balbina conseguiu desviar-se do controle desse organismo internacional. (Fearnside, 1990b).

Em 1980, o quarto Tribunal Bertrand Russell, em Rotterdam - Holanda, acusou a França e o Brasil de genocídio, devido ao impacto que a UHE de Balbina causaria no povo Waimiri-Atroari. A acusação recaiu sobre os dois países, porque a França deu respaldo econômico-financeiro pelo acordo Brasil-França, firmado em 1978.

Tais movimentos contribuíram para que Balbina fosse questionada de forma contundente, no início de 1980, mesmo com a obra em pleno desenvolvimento.

Hall (1991) relaciona alguns movimentos que tiveram repercussão, embora não tenham conseguido os resultados almejados.

Em 1982, a Assembléia Geral das Organizações Não Governamentais (ONGS) européias aprovou uma moção dirigida à Comunidade Econômica Européia (CEE) para impor condições que protegessem o meio ambiente amazônico e grupos indígenas atingidos pelos grandes empreendimentos. As moções se repetiram nos anos subsequentes (1983-84). No entanto, a CEE recusou-se a admitir os problemas gerados e continuou liberando empréstimos.

---

---

Em 1984, o Fundo de Defesa Ambiental (Environmental Defence Fund - EDF), uma entidade americana, e 29 ONGS do mundo inteiro acusaram o Banco Mundial de estar envolvido num plano para destruir uma enorme área de floresta tropical brasileira, com o objetivo de alimentar usinas de ferro gusa.

Em 1985, o movimento ambientalista americano conseguiu bloquear temporariamente o empréstimo de US\$ 256 milhões do Banco Mundial para o Projeto POLO NOROESTE, em Rondônia, exigindo salvaguardas sobre os direitos dos índios.

As pressões internacionais foram instrumentais na geração de uma preocupação com a devastação da Amazônia, embora tenham gerado poucos resultados concretos com os credores internacionais quanto à liberação de financiamentos pois qualquer suspensão de crédito feriria seus próprios interesses e afetaria a política brasileira. (Hall, 1991).

Balbina foi questionada, considerada absurda, mas os financiamentos sempre foram liberados, apesar de atrasos, mesmo pelos organismos financiadores internacionais ou destinados ao aumento da capacidade energética do país e aplicados em Balbina sem o controle específico do organismo financiador.

Além dos movimentos internacionais, surgem também, no

---

Brasil, grupos ambientalistas, localizados sobretudo no sudeste do país, que se posicionam contra o crescente deflorestamento da Amazônia. Na região amazônica, confluem organizações nativas com grupos ambientalistas do sul do Brasil e internacionais. (Viola, 1992).

Embora essas organizações tenham atuado mais diretamente em projetos específicos, como, por exemplo, na pavimentação da BR 364, trecho Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco, não deixaram de denunciar os impactos de Balbina.

Em Manaus, o surgimento de grupos ambientalistas, ligados à comunidade científica, como a Universidade e INPA, criaram determinadas organizações de caráter ambientalista, como a Associação Amazonense de Proteção Ambiental (AMAPAM) e o Movimento de Defesa da Amazônia (MDA), tiveram um papel relevante para despertar uma consciência social diante dos problemas ambientais.

Segundo o empresário (idem nota 22):

*"o movimento ambientalista significou um refúgio para aqueles que não têm mais opção ideológica, sobretudo após a queda do muro de Berlim, quando muitos se refugiaram na ecologia. A Amazônia está sendo vítima de um processo de balcanização e africanização econômica, fruto do ecologismo que quer criar na região a república dos tucanos, dos caiapós, dos ticunas, a república dos seringueiros, dos garimpeiros, a república dos jacarés, dos botos, etc.. Além disso, os ecologistas querem aprofundar a balcanização com reservas biológicas, estações experi-*

*mentais, reservas extrativistas. Essa configuração pleiteada só desestimula a integração nacional."* (Entrevista).

Apesar de as pressões ambientalistas, tanto internacionais, como nacionais não terem conseguido resultados mais imediatos, é certo que influenciaram o Setor Elétrico Brasileiro, que introduziu várias mudanças na sua política de implantação de projetos durante a década de 80, embora o setor procure descrevê-las como uma evolução mais ou menos natural, resultado da experiência do próprio setor.

Em 1978, são publicados pela Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) as prescrições do Banco Mundial sobre as ações sócio-ambientais requeridas para a implantação de projetos. Em 1984, essas instruções foram incluídas nas normas do DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica). (Eletrobrás, 1991).

Em 1981, foi definida a Política Nacional do Meio Ambiente e regulamentada através do Decreto 88.351, de 1983, que sofreu nova modificação pela Lei 7.804/89. Através dessa legislação é requerido um processo de licenciamento para as linhas de transmissão de energia elétrica acima de 230 KV e para as usinas de geração acima de 10MW, por serem consideradas modificadoras do meio ambiente. (Santos, 1992b).

---

Em 1985, a Secretaria de Meio Ambiente, criada em 1973, foi elevada à condição de Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e mais tarde, em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). (Ibidem).

Em 1986, pela Resolução 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), desencadeou-se o processo de sistematização normativa, acrescentando os aspectos sócio-ambientais como fatores de julgamento para a implantação de projetos. A Resolução tornou obrigatório o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). (Ibidem).

A Resolução 006/87 do CONAMA é específica do setor elétrico e estabelece diversas etapas para o processo de implantação de uma usina (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação). (Ibidem).

As duas resoluções enfatizam a transparência nas avaliações dos projetos de impacto, como prevêem a participação pública nessas avaliações. São previstas, também, revisões das decisões, por parte das autoridades ambientais que concederam as licenças influenciadas por mutações de valores que se processaram no decorrer da implantação de uma UHE. O próprio Setor Elétrico está sujeito a rever as suas decisões. (Eletrobrás, 1991).

---



Na verdade, o processo de licença para a operação de Balbina, concedida em outubro de 1987, teve trâmites diferenciados dos exigidos pela legislação já em vigor naquela época.

Já constatamos anteriormente que foi produzida uma série de relatórios para subsidiar a decisão de implantação, como: Viabilidade (1976), Revisão da Viabilidade (1978), Diagnóstico Ambiental (1979). Tais estudos eram feitos desde o início da década de 60 e a UHE Balbina simplesmente não podia ser exceção. A Portaria 009, de 1979, do DNAEE exigia também estudos sobre o meio ambiente e sobre o uso múltiplo dos recursos hídricos. Segundo a Eletronorte, esses estudos não puderam "subsidiar a decisão de implantar o empreendimento, uma vez que, naquela época, tais questões não eram consideradas relevantes". (Relatório não publicado).

A afirmação da Eletronorte confirma a posição que adotamos anteriormente, que esses relatórios, além de corresponderem a uma exigência legal, eram medidas meramente aparentes, cuja função era salvaguardar o caráter de racionalidade e encobrir os planejadores do sistema. Na opinião de La Rovere (1992), na fase de implantação sistemática dos "Grandes Projetos" na Amazônia, muitos relatórios não constituíam elementos para tomada de decisão, mas simples conjunto de dados coletados.

Além de os relatórios aludidos não terem constituído

---

---

elementos que fundamentassem o processo decisório, apesar de manipulados pela empresa proponente, como já foi dito, Balbina foi isenta, tanto da Licença Prévia, que dá início ao projeto básico, como da Licença de Instalação que é pré-requisito para o início das obras, ambas exigidas pela Resolução 006/87 do CONAMA. Para a Eletronorte, essas licenças, na época, "não eram pertinentes e nem legalmente exigidas". (Relatório não publicado).

A isenção de Balbina não se restringiu somente às licenças aludidas, mas também ao EIA e RIMA, obrigatórios pela Resolução 001/86 do CONAMA e considerados os documentos básicos para a discussão de todos os envolvidos e atingidos pelo projeto, junto com as entidades governamentais e privadas.

A Eletronorte justifica tal isenção pelo fato de Balbina já estar em fase adiantada de construção quando essas exigências entraram em vigor. (Ibidem).

É importante observar as contradições do setor elétrico no processo de implantação de Balbina. A Eletronorte reconhece que o projeto provocou, desde o início, reações e críticas de segmentos da sociedade e admite que "a discussão oportuna com a sociedade nestas etapas preliminares de licenciamento, como previstas na legislação atual, certamente teriam evitado as controvérsias que se estabeleceram." (Ibidem).

---

---

A Eletrobrás enaltece a transparência que a implantação de um projeto requer, através das resoluções 001/86 e 006/87 do CONAMA, a ponto de admitir que os novos valores que surjam do decorrer de qualquer etapa podem inverter o mérito de todo um projeto hidrelétrico. (Eletrobrás, 1991).

As perguntas que surgem: Por quê evitar a Licença Prévia e a Licença de Instalação? Por quê não apresentar o RIMA para discussão pública?

A questão legal favoreceu o setor: Balbina já era um fato consumado quando a legislação pede maior transparência.

Como vimos, são vários os fatores que questionam a continuidade de UHE de Balbina a partir dos anos 80. No plano internacional, organizações ecologistas reclamam medidas de ação para evitar catástrofes e fazem pressão sobre órgãos financiadores de projetos atentatórios ao meio ambiente. No plano interno, organizações se unem ao movimento internacional e a abertura política acena para novos rumos enquanto novas forças políticas emergem no cenário nacional e questionam o modelo desenvolvimentista adotado pelo regime militar, no qual os "Grandes Projetos" eram pilares sustentadores. A legislação, que normatiza a implantação de projetos, dá ênfase às questões sociais e ambientais, frisando, inclusive, a inserção regional a partir de um relacionamento institucional e com a

---

sociedade local.

A partir desse contexto, o próprio Estado brasileiro, apesar de ser o planejador e justificador da obra, se apoiava no gigantismo e pioneirismo do empreendimento para justificar os desmandos, mas chega a se tornar renitente na liberação dos recursos.

Em 1982, época prevista para o funcionamento da primeira unidade, o Secretário do Meio Ambiente informou que a construção da UHE de Balbina deveria ser repensada, devido a erros técnicos, sobretudo em relação ao tamanho do lago. (Jornal "A Critica" - Manaus, 27/12/1982).

Em 1983, os jornais de Manaus divulgaram que um engenheiro da Eletrobrás afirmara que era necessário dinamitar Balbina para começar o empreendimento com acerto. (Idem, 22/5/83).

O projeto estava na iminência de ser interrompido (1985), devido a cortes orçamentários do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, segundo as informações oficiais, exigia uma redução de 40% do déficit público, o que repercutiria diretamente nas obras energéticas. (Idem, 13/6/85).

Para a Eletronorte, mesmo após a assinatura do contrato para as obras civis, os atrasos dos repasses orçamentários são conse-

---

quência dos ajustes orçamentários de acordo com o Plano de Dispendios Globais (PDG) da Secretaria de Planejamento (SEPLAN). (Eletronorte, POLIT-KIT - 1985).

Assim que foi divulgada a notícia de cortes orçamentários, que repercutiriam diretamente em Balbina, todos os deputados e senadores da bancada do Amazonas, independentemente de coloração partidária, protestaram contra qualquer restrição financeira para a construção da obra, por considerarem a obra o projeto mais importante para os superiores interesses do Amazonas e de toda a Amazônia Ocidental. Consideraram também Balbina como um fato consumado, já que se encontrava com mais de 70% dos trabalhos concluídos. Um deputado chegou a afirmar que Balbina "é irreversível e imprescindível tanto quanto o grito de independência de 7 de setembro e a declaração da abolição da escravatura, porque ninguém poderá mudar o seu destino." (Jornal "A Crítica" - Manaus, 13/6/1985).

Um senador denunciou que estaria sendo implementado, em Brasília, um plano para paralisar as obras de Balbina, através da transferência dos recursos destinados ao projeto amazônico para a conclusão da hidrelétrica de Itaipú. O parlamentar classificou como "mais um golpe da Nova República contra o Amazonas e um golpe muito duro contra nosso povo." (Ibidem)

Um deputado interpretou a denúncia do senador como mais uma "chibatada" da nova República contra o Amazonas. Segundo o parlamentar *"A Nova República dá flores para os ladrões - até agora os culpados pela falência do Sul Brasileiro não foram punidos - e manda espinhos para quem trabalha."* (Idem, 19/6/85).

A senadora pelo Estado se dirigiu diretamente ao Presidente da República e enfatizou que não admite que o Amazonas *"continue perdendo todas as batalhas"* e frisou que retirar mais essa conquista desperta em toda população uma sensação assim como *"se o Amazonas estivesse morrendo"*. (Idem, 14/6/85).

Não só os representantes políticos fizeram pressão. A Federação do Comércio do Estado do Amazonas enviou telex ao Presidente Sarney, aos ministros das Minas e Energia e de Planejamento e à Eletronbras. O documento afirma que Balbina é o único empreendimento federal em execução no Estado e apela para a imediata liberação dos recursos essenciais para dar continuidade à obra *"sob pena do colapso energético, bem próximo, venha (sic) desaquecer a nossa esperança em relação aos postulados da Nova República"*. (Ibidem).

O Governador do Estado considerou injustificado qualquer corte orçamentário que impedisse o prosseguimento de Balbina, que já tinha sofrido dois anos de atraso na data do início de geração; apelou para o elevado espírito do Presidente da República e colocou a

---

---

sua convicção de que o Estado do Amazonas "receberá, neste momento, o apoio do Governo de Vossa Excelência para que tenhamos mais breve possível em operação a nossa usina hidrelétrica, que dará à população da capital e à sua importante indústria a tranquilidade que, há bastante tempo, estamos a perseguir." (Idem, 12.05.1985).

Enquanto os políticos e as forças organizadas dos segmentos dominantes de Manaus se voltavam para o Governo Federal para garantir a continuidade da obra, a população era novamente "bombardeada" com propaganda divulgada por todos os meios de comunicação contendo uma afirmação categórica: "quem não está a favor de Balbina está contra o Amazonas e contra você!" "Balbina é irreversível" soava como um verdadeiro dogma.

Observamos que as pressões acentuam de forma explícita a decepção dos políticos e das forças dominantes com a Nova República. Esta posição é compreensível, à medida que a redemocratização do país, e as críticas formais e informais e reações sociais organizadas, tanto no plano interno como no externo, exigiram, dos órgãos governamentais responsáveis pela implantação das hidrelétricas, um redirecionamento em favor da defesa do meio ambiente e garantias da qualidade de vida e dos direitos sociais e culturais das populações afetadas. Os representantes políticos do Amazonas, durante o período militar e períodos anteriores, eram originários ou vinculados aos setores tradicionais da economia, provenientes das elites residuais da época

---

da borracha que se aliaram aos interesses das Forças Armadas e da burocracia dirigente, para usufruir as vantagens dos projetos amazônicos.

Quando a hidrelétrica começa a ser questionada e ameaçada de paralização, não é o pleito do Amazonas que está em jogo, mas sim o dos políticos tradicionais que detectam a corrosão do seu poder de barganha, sobretudo quando novas forças políticas emergem, provenientes de associações populares e do sindicalismo. A interpretação que convém aos segmentos dominantes e políticos tradicionais é que a Nova República se coloca contra o Amazonas, ainda mais quando a nova situação política já acenava para normas que regulamentam a implantação de projetos para a região, com dimensionamentos políticos, sociais e ambientais, tanto a nível local e regional, como nacional.

### III.7 - Licença de operação

Já relatamos que a UHE de Balbina foi dispensada do EIA e RIMA, pelo fato de a obra já estar em fase adiantada quando tais exigências entraram em vigor. Segundo a Resolução 001/86 do CONAMA, o RIMA deve ser aprovado pelo órgão licenciador ambiental, em cuja área de jurisdição se instala o projeto, sendo, portanto, um órgão de âmbito estadual. (Eletrobrás, 1991).

---



O relatório da UHE de Balbina estaria sujeito à aprovação pelo Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas (CODEAMA), órgão substituído, em 1989, pelo Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Amazonas (IMA-AM). Embora dispensada do RIMA, foi necessária a licença para entrar em operação, também competência do CODEAMA, pelo fato de o enchimento do reservatório depender da Licença de Operação. (Ibidem).

Sobre os trâmites do processo de licença, ouvimos o relator, designado pela Diretora do CODEAMA, que acabou sendo o engenheiro formado em recursos hídricos (idem, nota 20), representando no Conselho a Universidade do Amazonas.

Na opinião do relator designado, o relatório de impactos, apresentado ao órgão pela Eletronorte, não foi considerado pelos planejadores como parte integrante do projeto, antes foi preparado para não poder ter a mínima interferência na estrutura da hidrelétrica, limitando-se a listar fatos que ocorreram.

Novamente, como já vimos em aspectos anteriores, os relatórios nunca tiveram como objetivo fundamentar o processo decisório, porque a hidrelétrica sempre foi considerada um fato consumado. No entanto, serviram para salvaguardar uma aparente racionalidade e, no caso em questão, satisfazer um aspecto legal; reduzem-se a levanta-

---

mentos de dados coletados.

O CODEAMA, segundo o relator designado, considerando a concessão de licença muito polêmica e de repercussão enorme sobre a população atingida, resolveu convocar o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia para respaldar a decisão, ainda mais que a usina estava pronta para gerar, o que tornava a licença praticamente um fato irreversível.

O parecer do relator, segundo sua própria versão, condicionaria a licença a uma série de ações mitigadoras, baseadas em sugestões de especialistas, de diferentes áreas, reivindicações do povo Waimiri-Atroari, de ribeirinhos atingidos e de outros segmentos da sociedade local. No espaço de tempo em que o relatório era analisado pelos membros do Conselho e aguardava a reunião para a decisão, a Diretora do CODEAMA concedeu entrevista à imprensa local e o relator à "Gazeta Mercantil", onde externavam suas restrições em relação à usina que apresentava problemas. Uma semana depois, a Diretora foi demitida, o seu substituto designado retirou o relatório do Conselho Estadual de Tecnologia, e em dois dias a licença foi concedida, exclusivamente pelo Diretor nomeado. No mesmo dia, foi fechada a última adufa para bloquear o rio Uatumã. Desta forma, os trâmites de concessão da licença de operação são condizentes com todo o processo de implantação da UHE de Balbina: não se submeter a uma discussão mais ampla, mas sair como pacote acabado dos gabinetes dos tecnocratas.

---

O episódio da licença retrata a tomada de decisão para os projetos desenvolvimentistas no contexto amazônico. Para José de Souza Martins (1987), o planejador executa o projeto do Estado e torna-se agente da legalidade, emanada de vontade política de um Estado autoritário e não da sociedade civil. Esta legalidade padece de legitimidade, na ótica das vítimas do processo, que se caracterizam pela sua exclusão dos resultados gerados pelos atos dos planejadores. A vítima se caracteriza como uma condição política.

Para Scherer Warren (1989), a visão de não legitimidade dos grandes projetos, a partir das vítimas, formará a consciência política de atores sociais e norteará formas de organização de movimentos que se posicionarão contra os impactos negativos das obras. A autora verifica também oportunidades para reformas nos projetos autoritários, porque, do confronto entre planejadores e suas vítimas surgem técnicos no próprio aparelho do Estado que se posicionarão, pelo menos parcialmente, sob o ponto de vista ideológico, a favor das vítimas.

O CODEAMA tentou se posicionar parcialmente a favor das vítimas enquanto acenava com a operacionalização de medidas mitigatórias, como condição para a concessão da licença de operação. No entanto, os planejadores do poder central, atuando dentro da Eletronorte, mantiveram um corpo monolítico para não arruinar o espírito corporativo no interior da empresa e, revestidos do poder legal, autor-

---

---

gado pelo Estado e juntamente com os políticos tradicionais, não pouparam esforços para que a licença fosse concedida autoritariamente, alinhando-a a todas as fases anteriores exigidas pela hidrelétrica. O relator nomeado afirma que a Eletronorte "usou todos os meios para tirar o processo do Conselho". (Entrevista).

Como forma de se redimir do processo de implantação e dos impactos, e de mostrar preocupação com a inserção regional, a Eletronorte indica medidas que implantou a partir de sua iniciativa (como se não houvesse pressões, mesmo internacionais) e com repercussões sobretudo a longo prazo. Nesse aspecto é apontada a construção de uma estação de piscicultura para a produção de alevinos, a construção de um Centro de Proteção e Pesquisas de Mamíferos Aquáticos (CPPMA) e um Centro para a pesquisa de quelônios. (Relatório não Publicado). No entanto, para que atinjam seu objetivo, isto é, sejam realmente operacionalizados a empresa convoca a participação de outras instituições. Outra medida, muito divulgada, é a construção do Centro de Pesquisas Ambientais da Amazônia (CPA), com o objetivo manifesto de dar apoio às pesquisas científicas e universidades regionais sobre os ecossistemas amazônicos. A obra se caracteriza por um estilo arquitetônico de rara beleza, mas permanece como uma construção material de grande estilo. A Eletronorte aguarda o interesse de instituições da região para a operacionalização, mas nenhuma se habilita, alegando falta de recursos para viabilizar pesquisas. O Governo do Estado do Amazonas divulgou a criação da Universidade dos Trópicos Úmidos, mas

---

a ideia nunca foi consubstanciada.

Silvio Coelho explica a construção do CPA como justificativa do abandono e/ou subutilização do canteiro de obras:

*"Recente, em outra campanha, a infra-estrutura criada para abrigar técnicos e operários que construíram Balbina e que estava ameaçada de abandono e, ou, subutilização, aparece travestida na primeira 'universidade da selva' voltada para os estudos ambientais." (Santos, 1988a:7).*

Na realidade, todas essas medidas, consideradas mitigatórias ou compensatórias, não passam de uma maquiagem, já que deixam intocada a essência do padrão do projeto. O fato de construir obras e criar centros e querer que outras instituições os viabilizem é uma forma de jogar a responsabilidade de sanar os impactos, se isso ainda for possível, para instituições que não foram convocadas nem consultadas na hora da decisão sobre a implementação da obra. Em última instância, as medidas mencionadas implicaram investimentos adicionais do dinheiro público, que permaneceram como iniciativas mortas que podem ser caracterizadas como multipropósitos atuando como justificadores, numa tentativa de redimir a Eletronorte da irracionalidade cometida contra a população e meio ambiente do Amazonas.

A medida compensatória de maior repercussão é o Programa de Assistência aos Waimiri-Atroari (PWAIFE), firmado entre a FUNAI e

a Eletronorte em 1987, com o objetivo expresso de assistir os índios que tiveram parte do território alagado, conforme apontamos no item 3. As duas instituições afirmam que o programa *"visa fundamentalmente diminuir os impactos e efeitos diretos e indiretos que virão a sofrer em função das alterações em seu ecossistema."* (Eletronorte/FUNAI, s/d). O programa estabelece ações de acompanhamento da comunidade Waimiri-Atroari, num período de 25 anos, em que a FUNAI mantém dentro da área funcionários permanentes, subsidiados pela Eletronorte, embora o programa constitua uma estrutura administrativa autônoma. O Estado do Amazonas e o Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM) também estão envolvidos. O campo de ação envolve vários sub-programas, como educação, saúde, apoio à produção e meio ambiente, vigilância dos limites, documentação e memória, obras e infra-estrutura e apoio técnico-administrativo.

A Eletronorte realça o programa como internalização da problemática indígena e as ações adquirem forma no sentido de redimir a empresa do massacre cometido contra os indígenas repercutindo politicamente como legitimação e viabilização social.

Para Santos (1992a), o programa foi criado devido às pressões do Banco Mundial e da comunidade científica e da sociedade civil, a nível nacional e internacional. O próprio Coordenador do PWAIFE lembra que *"sem isso, dificilmente o Banco Mundial liberaria novos investimentos para projetos hidrelétricos na Amazônia."* (Jornal

do Brasil, 21/9/91).

O programa tem despertado uma série de polêmicas.

Para o Superintendente da Eletronorte, a maior demonstração que o programa está correto é o depoimento dos próprios chefes indígenas, que só dispensam elogios às atividades desenvolvidas. (Entrevista).

A medida mais evocada para a determinação do sucesso das atividades é o aumento demográfico do povo Waimiri-Atroari. Em 1987, antes da instalação, a população era formada por 374 indivíduos, distribuídos em 8 aldeias. Em 1991, somavam 507 indivíduos, formando 12 aldeias. (Relatório Técnico do Programa Eletronorte/FUNAI, 1991). Tal crescimento significa que as possibilidades materiais para a reprodução foram postas.

Para Cecília Helm<sup>47</sup>

*"o programa tem contribuído para garantir a sobrevivência física dos índios: demarcação de suas terras (1987) e usufruto exclusivo da área homologada em 1989 ... Os Waimiri-Atroari apresentam boas condições de saúde ... as escolas e seu funcionamento regular são uma preocupação e reivindicação dos líderes indígenas ..."* (1992:3).

---

<sup>47</sup> Participou de uma Comissão da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) que visitou o povo Waimiri-Atroari no 2º semestre de 1992, a convite do Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás e coordenação do PWAIFE.

O Presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), referindo-se às condições de vida dos Waimiri-Atroari, assim se expressa: "*As condições de vida dos Waimiri-Atroari, que, diga-se, são boas comparativamente a outros grupos indígenas do Brasil.*" Santos, 1992a:14) .<sup>48</sup>

Para Márcio Silva (1992)<sup>49</sup>, o programa está alcançando êxito sob o ponto de vista assistencial, como no caso da saúde, com disponibilidade de médico em dedicação exclusiva e uma equipe médica que faz visitas periódicas às aldeias e na educação, com escolas funcionando em todas as aldeias. Deve ser considerada também a disponibilidade de equipamentos, como rádios de transmissão em funcionamento, barcos, caminhões, etc.

Os depoimentos nos induzem à conclusão de que os sobreviventes, todos jovens, realmente foram beneficiados pelo programa e que sua reprodução está assegurada até o presente momento. Este reconhecimento é consensual entre os que conhecem o programa. No entanto, existem sérias reservas em relação ao futuro desse povo, devido a determinadas políticas adotadas no tratamento dos indígenas e o dimensionamento futuro da própria política indigenista.

---

48 Presidente da ABA e membro da Comissão que visitou os Waimiri-Atroari em 1992.

49 Conviveu com os Waimiri-Atroari durante o ano de 1987.



Para o vereador (idem, nota 26), "a Eletronorte quer que os Waimiri-Atroari sejam tratados como laboratório (sic), a ponto de não permitir que os índios entrem em contato com outros povos indígenas." Num encontro que houve em Manaus sobre educação indígena, os Waimiri-Atroari foram proibidos de participar do almoço comunitário. (Entrevista).

O isolamento a que foram submetidos os Waimiri-Atroari é preocupação constante dos estudiosos da situação indígena. Esse isolamento se evidencia, não só na falta de participação em movimentos indígenas mais amplos, mas também na proibição do ingresso na área de pesquisadores e mesmo jornalistas independentes. Tais exigências não nasceram da vontade dos indígenas, mas foram impostas pelo PWAIFE. (Silva, 1992).

Cecília Helm explicita sua preocupação com o isolamento quando sugere:

*"que há necessidade imediata da presença de antropólogo na área indígena para orientar as ações do programa ... O engajamento de lideranças indígenas em discussões e decisões políticas de interesse dos Waimiri-Atroari, deve ser incentivado pelos coordenadores do programa e estimulada e apoiada a sua participação em encontros regionais e nacionais a fim de que integrem os movimentos políticos dos indígenas que vem ocorrendo no país."* (1992:3).

Quando percebemos a apologia do programa, fundamentada sobretudo nas condições materiais em que vivem os Waimiri-Atroari,

---

---

esquecendo outras dimensões, surge a preocupação no sentido de o PWAIFE se tornar paradigmático e aparecer como alternativa política da FUNAI que não conseguiu salvaguardar a sobrevivência, muito menos a cultura do povo indígena. *"A FUNAI sempre centrou suas atividades numa política indigenista integracionista."* (Santos e Nacke, 1988:72). O setor público (fracassado) seria substituído pela política das empresas, na defesa aos povos indígenas. A nova solução para a política indígena brasileira seria: invade-se territórios, extermina-se grande parte da população, e no final, consagra-se parte do orçamento para desenvolver políticas compensatórias. No entanto, os interesses das empresas ficam salvaguardados. A partir dessa dimensão, entendemos a preocupação de Santos (1992a:15), em relação ao povo Waimiri-Atroari: *"o futuro, porém, desse grupo, devido aos interesses em jogo, não é tranqüilo."*

---

## CONCLUSOES

A UHE de Balbina é parte de uma estratégia económica e política ampla de um modelo desenvolvimentista de integração e segurança nacional, traçada por um Estado que atuou como planejador e empreendedor de projetos de grande escala, considerados meios imprescindíveis para a região atingir o estágio modernizador.

A partir desse plano, podemos considerar a hidrelétrica como resultado da própria expansão do Estado brasileiro, que prima pelo fortalecimento do aparelho estatal que se embasa materialmente na atividade produtiva do próprio Estado. Para expandir o seu envolvimento em amplos setores da sociedade, o governo criou empresas estatais, com alto grau de capacidade de auto-financiamento e endividamento e com possibilidade de recorrer a recursos externos. Esses atributos permitem que essas empresas usufruam de um alto grau de autonomia, na determinação de suas políticas de investimento e expansão. Nessa dimensão, as empresas governamentais passam a ter existência própria e se apresentam mais como confederadas em torno do conceito de Estado, assim conseguindo salvaguardar a sua cognominação de "res-pública", embora atuem nos mesmos moldes de uma empresa privada capitalista.

Essa configuração investe os grupos dirigentes dessas em-

presas "públicas" de grande autonomia, permitindo-os a administrar a coisa pública com objetivos restritos aos interesses desse mesmo grupo, ao passo que usufruem do status de verdadeiros "executivos do Estado".

A ação empresarial federal do setor elétrico é realizada pela "holding" Eletrobrás e suas controladas e coligadas. Várias empresas controladas são responsáveis pela geração e transmissão de energia no âmbito nacional. Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELE-TROSUL), Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF), Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) e Centrais Elétricas S.A. (FURNAS), Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA).

Existem ainda cerca de 60 empresas concessionárias, em âmbito estadual e local, de controle privado ou municipal ou dos estados sempre coligadas à Eletrobrás. Assim, estabeleceu-se um forte setor elétrico no país, que integra também firmas de engenharia e consultoria e grandes empreiteiras, como grandes grupos financeiros e fornecedores de equipamentos elétricos pesados. Com essa estruturação, o setor está cercado por interesses muito poderosos e é considerado um dos principais pilares do modelo de desenvolvimento. O setor recebeu maior dimensão e força durante o período da crise do petróleo da década de 70, quando lhe foi atribuída a responsabilidade de garantir a continuidade do modelo do milagre, embora fosse inevitável sua interrupção ainda na mesma década. A estruturação e importância

---

atribuídas ao setor elétrico, lhe permitem um vigor especial dentro do aparelho do Estado e a obtenção de uma autonomia frente ao setor governo, que praticamente só exige um ajuste ao plano desenvolvimentista traçado pelo governo central.

A Eletrobrás cabe a coordenação do aglomerado das empresas do setor. No entanto, conflitos de interesse não permitem, muitas vezes, estabelecer políticas para o complexo como um todo. (Santos, 1992b). A Eletronorte demonstrou, durante o processo de implantação de UHE de Balbina, uma forte autonomia no direcionamento da obra, fator importante para a sua concretização. Desta forma, a hidrelétrica praticamente se consolidou pelos interesses de uma burocracia da Eletronorte, aliada aos interesses dos grupos empresariais ligados ao setor elétrico, satisfazendo os interesses das empresas instaladas no Distrito Industrial de Manaus e correspondendo aos objetivos modernizadores do governo central que tinha como expectativa a instalação de um polo de irradiação desenvolvimentista na Amazônia Ocidental. Com a satisfação dos interesses desses segmentos, a UHE de Balbina conseguiu diluir o interesse público que deveria ser o centro de qualquer obra erigida com recursos públicos. No entanto, o interesse público se diluiu, à medida que os burocratas e planejadores da empresa estatal conseguiram manipular os dados, exercer um controle monopolista das informações, dispensar pesquisas de instituições que não integram a holding do setor elétrico e, sobretudo, não admitir críticas e sugestões que brotam da sociedade civil.

---

---

Os interesses dos grupos diretamente envolvidos com a obra são escamoteados com o apoio dos segmentos dominantes locais, expresso de uma maneira aberta pelos políticos tradicionais, representantes legais da região, que, juntamente com os setores organizados das categorias dominantes dispunham de canais competentes de manifestações e reivindicações num período que não permitia a expressão de opiniões que divergissem dos planos globais de um governo autoritário. Os segmentos dominantes se tornaram uma verdadeira clientela dos burocratas e planejadores do Estado, representados pelos tecnocratas da Eletronorte. Não foi, portanto, o êxito dos setores dominantes de Manaus como capitalistas que os levou a se submeter ao controle do Estado, mas, pelo contrário, foram os fracassos como capitalistas que os levaram a depender do Estado, à medida que este acenava com a possibilidade de restabelecê-los, pelo menos em parte, da falência econômica.

Esta é a razão do apoio incondicional à obra, dita essencial, para salvaguardar a Zona Franca, a grande redentora e esperança dos segmentos tradicionais de Manaus. Este apoio foi fundamental para dimensionar a UHE de Balbina como uma reivindicação do Amazonas e o caráter impositivo de um Estado autoritário cede lugar para uma reivindicação da região, inclusive de características populares, na medida em que se procurou envolver a população, através da propaganda, apresentando-lhe falsas expectativas. No entanto, à medida que se coligam os interesses dos segmentos dominantes, interessados na recupe-

---

ração econômica, altamente individualizados, e a burocracia do Estado, interessada em sua manutenção e auto-reprodução, os outros segmentos ficam excluídos, tratados como intrusos e irracionais ou representando obstáculo para o desenvolvimento da região.

Quando a UHE de Balbina já figurava como um fato consumado, as autoridades constituídas, que representavam as forças envolvidas na execução da obra, tentam redimi-las acenando com a promessa, já tardia, que Balbina não se repetiria.

O Presidente Sarney, quando veio a Manaus para desviar o rio Uatumã, com a finalidade de encher o reservatório, confidenciou a um deputado federal, membro da comitiva, hoje vereador (idem nota 25): "Estou chegando tarde, se a hidrelétrica tivesse detonado no início do meu governo, eu impediria." (Entrevista).

O Governador do Amazonas, em 1987, ano que foi dada a licença de operação, declarou pela televisão que o Estado foi enganado pelo fato de a energia gerada por Balbina não corresponder ao que a Eletronorte propagou. (Jornal "A Crítica" - Manaus, 2/12/87).

O Superintendente da empreendedora afirma que se a Eletronorte tivesse que construir novamente essa hidrelétrica, dimensionaria melhor o fator político, que influenciou na decisão da construção. (Entrevista).

---

E verdade que surgiram muitas mudanças no país durante o processo de implantação da UHE de Balbina, sobretudo após a sua consumação, cuja expressão máxima é a própria redemocratização, embora ainda capenga em muitas dimensões. A nova situação já não permitiria decisões autoritárias que implicam consequências tão desastrosas quanto as provocadas pela UHE de Balbina, sem a mínima satisfação à sociedade.

A Constituição Federal de 1988 também exigiu que os projetos de grande vulto tenham um dimensionamento político, social e ambiental, em escala local, regional e nacional. A legislação em vigor, desde 1986, impôs uma série de exigências que não permitem mais tanta autonomia às empresas, inclusive públicas, para implantar os seus empreendimentos, sem considerar os impactos ambientais e sociais. A própria Eletrobrás insiste no desenvolvimento de métodos holísticos de avaliação das atividades do seu setor, com coordenadas político-estratégicas, sócio-ambientais e empresariais. No entanto, fica patente nos posicionamentos da empresa estatal que sua preocupação básica persiste na dimensão empresarial, que é gerar energia ao menor custo, sobretudo quando enfatiza a falta de recursos para o cumprimento das novas normas requeridas pela legislação. Essa preocupação demonstra que o setor elétrico ainda procura viabilizar uma política nos mesmos moldes dos períodos anteriores. No máximo fazer uma discussão e voltar aos gabinetes para decidir. O problema central persiste quando nos deparamos com a complexidade do setor elétrico,

---



formado por interesses múltiplos, sobretudo pela diversidade de órgãos, empresas e mecanismos que o compõem, tornando difícil a assimilação das novas normas e propósitos professados pela própria Eletrobrás.

A complexidade do setor elétrico e a atuação da Eletronorte durante o processo de implantação da UHE de Balbina colocam muitas restrições em relação aos propósitos professados pela Eletrobrás, concernentes aos impactos sociais e ambientais provocados pelos grandes projetos. Não será pelo empenho das autoridades legalmente constituídas que Balbina não se repetirá mas sim, pela participação da população no planejamento e processo decisório dos grandes empreendimentos. Há, no entanto, uma série de resistências e dificuldades para a efetivação do processo participativo.

Em primeiro lugar, no setor elétrico ainda está presente uma visão napoleônica que considera que os problemas referentes à sociedade devem ser iluminados pelos "sábios" e as soluções só são cabíveis por meios tecnocráticos, emanados da razão científica, aplicada à administração dos homens e das coisas, único meio que possibilita decisões acertadas e pertinentes, sem incorrer em equívocos. (Fliscfisch, 1987:282). A UHE de Balbina, no entanto, demonstra exatamente a face contrária.

A população, por sua vez, é considerada incapaz de anali-

---

sar questões que envolvem decisões técnicas. O debate com a sociedade levaria anos, sem chegar a uma decisão, fato que torna inviável o processo.

Evidente que existe um desnivelamento de conhecimento entre os grupos sociais envolvidos. Pensar que existe uma simetria entre a visão do empreendedor e as populações locais atingidas é, no mínimo, ingenuidade. (La Rovere, 1992). Além dessa disparidade, os grupos atingidos não têm expectativas e reivindicações homogêneas; elas são múltiplas, em função dos parâmetros da própria qualidade de suas vidas. Isto significa que no processo de avaliação devem ser introduzidos critérios qualitativos, pela manifesta impossibilidade de se permanecer exclusivamente no plano da relação custo/benefício, puramente econômico/financeiro. Essa realidade, sem dúvida, assume aspectos metodológicos complexos que ainda não estão definidos.

A participação pública no planejamento exige mudanças radicais, pois é preciso abandonar uma perspectiva fechada para encarar um dimensionamento aberto. Nessa perspectiva, não basta convocar uma sessão pública no final do processo para avaliar o RIMA, sem deixar margem para alternativas. Em vez de propaganda e apologias do projeto já definido, devia se instalar um diálogo entre interlocutores. A participação pública devia ter início na fase do inventário, prosseguir no projeto de viabilidade, atingir o projeto básico e desembocar na fase da construção. Em todas essas fases o empreendedor forneceria

---

---

informações substanciais acerca do projeto e suas características, para que as forças envolvidas pudessem identificar a melhor forma de preservar seus interesses frente à intervenção do projeto. (Vainer, 1990).

Tudo isto significa basicamente o estabelecimento de formas de negociação entre os envolvidos. Sem dúvida, para chegar a essa situação, há um caminho bastante longo a percorrer. É certo também que essas proposições só se realizarão através de conquista por parte das populações atingidas, mediante sua organização local, regional e nacional. Não se trata mais de interferir somente nos aspectos conjunturais de cada projeto particularizado, à procura de soluções formais processuais, embora estas sejam importantes e fundamentais para se chegar ao questionamento da competência institucional das empresas estatais, de suas concessionárias regionais e dos poderes legalmente constituídos, para decidir o destino das vidas afetadas pelos megaprojetos. Trata-se, isto sim, de questionar o caráter e a natureza da política que produz os grandes projetos e colocar em jogo a própria legitimidade do Estado que insiste na continuidade de um modelo essencialmente concentrador. Este projeto será alcançado quando as decisões políticas não forem mais atributo das forças econômicas e políticas dominantes, coligadas a uma burocracia estatal com amplos poderes, mas quando a decisão política tiver o sujeito social como protagonista. Somente então teremos certeza que Balbina não se repetirá.

---

**BIBLIOGRAFIA**

- ARAÚJO, Frederico G. B. de. **Modernização e Conflito no Brasil Contemporâneo**. Apresentado no IV Encontro Nacional da ANPUR. s/d (mimeo).
- ASPI (Associação dos Pesquisadores do INPA) e ASSIMPA (Associação dos Servidores do INPA). **Relatório Técnico. Situação do rio Uatumã à jusante da hidrelétrica de Balbina**. Manaus, 1989. (mimeo).
- BACELLAR, Atila. **Dinamite para Balbina**. *Jornal "A Crítica"*. Manaus, 22.05.83.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Editora Atica, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Estudo geopolítico contemporâneo da Amazônia**. Contribuição ao Projeto PNUD/SUDAM/SUFRAMA/BASA - Microcenários Amazônia 2.010. São Paulo, 1989. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. **Os deserdados da Terra**. In: *Revista Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, 17(3):24-35, 1985.
- BENTES, Machado R. **A Zona Franca e o processo migratório para Manaus**. Belém (PA): UFPA, 1983. (Dissertação de Mestrado).
- BOA NOVA, Antônio C. **Energia e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1985.
- CARDOSO, Fernando H. **O modelo político brasileiro**. São Paulo: DIFEL, 1979. 4 ed.
- \_\_\_\_\_. **Os regimes autoritários na América Latina**. In: COLLIER, David (org.). **O novo autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 41-62.
- \_\_\_\_\_. e FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- \_\_\_\_\_. e MULLER, Geraldo. **Amazônia: expansão e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1978. 2 ed.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas (SP): Papyrus, 1988. 2 ed.
- CASTRO, Edna M.R. **Resistência dos atingidos pela Barragem de Tucuruí e construção de identidade**. In: CASTRO, Edna M.R. e HEBETTE, Jean (org.). **Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia**. *Cadernos do NAIA*. Belém: UFPA, 10:41-69, 1989.
-

- DESPRES, Leo A. Manaus. Social life and work in Brazil's Free Trade Zone. s/d. (mimeo).
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- ELETOBRAS. Cenário político-econômico-ambiental e o planejamento do setor elétrico. Avaliação de projetos hidrelétricos na Amazônia. Rio de Janeiro, 1991. (mimeo).
- ELETRONORTE. O novo perfil da Amazônia. Polit-Kit. Ano VI, no 3, 1985.
- \_\_\_\_\_. Usina Hidrelétrica de Balbina. Caracterização imunológica e resultados obtidos. Brasília, 1989. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Programa Waimiri-Atroari. Convênio Eletronorte/Funai - Relatório Gerencial. Manaus, 1991. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Usina hidrelétrica de Balbina. Boletim Informativo. s/d. (impresso).
- \_\_\_\_\_. UHE Balbina. (Relatório não publicado - gentileza da Eletrobrás). s/d. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Relatório da Diretoria. Brasília, 1987.
- ELETRONORTE-FUNAI. Waimiri-Atroari. Brasília, s/d. (impresso).
- ELETRONORTE-MONASA - Consultoria e Projetos Ltda. UHE de Balbina. Diagnóstico preliminar dos efeitos ambientais - Projeto hidrelétrico de Balbina. Brasília, 1976.
- \_\_\_\_\_. e ENGE-RIO - Engenharia e Consultoria S.A. Estudos ambientais do reservatório de Balbina. Relatório diagnóstico. Brasília, 1986. (mimeo).
- FEARNSIDE, Philip M. A hidrelétrica de Balbina. O faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia. São Paulo: Estudos Iamá 1, 1990 a.
- \_\_\_\_\_. Balbina: lições trágicas. In: Revista Ciência Hoje, 64 (11):36-41, 1990 b.
- \_\_\_\_\_. et alii. O problema energético na Amazônia Ocidental. (Debate realizado no Instituto Superior de Estudos Amazônicos - ISEA, em 23.11.1988). In: Amazônia brasileira em foco. No 8, 1990 c.
- FLISFISCH, Angel. La política como compromisso democrático. Santiago: Flacso, 1987.

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, 1988.
- GONÇALVES, Walter P. Impacto ambiental e regime político. In: Hidrelétrica, ecologia e progresso. Revista do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI. Rio de Janeiro, 1989. p. 23-33.
- GOODMANN, David e HALL, Anthony. The future of Amazonia destruction or sustainable development?. London: MacMillan Press, 1990.
- HALL, Anthony. Amazônia, desenvolvimento para quem?. Desmatamento e conflito no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- HEBETTE, Jean. O Grande Carajás - um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: CASTRO, Edna M.R. e HEBETTE, Jean (org.). Na trilha dos grandes projetos - modernização e conflito na Amazônia. Cadernos NAEA. Belém (PA): UFPA, 10:7-40, 1989.
- \_\_\_\_\_ e AZEVEDO, Rose E. O Estado e a reprodução social - Ariquemes/Rondonia. Série: Seminários e Debates. Belém (PA): UFPA, 1982. (mimeo).
- HELM, Maria C.V. Comissão de Assuntos Indígenas visita Aldeia Waimiri-Atroari. In: Boletim da ABA. No 13, 1992.
- IANNI, Octávio et alii. Política e revolução social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- JUNG, Wolfgang J. e MELLO, J.A.S. Nunes de. Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na Bacia Amazônia brasileira. In: KOHLHEPP, Schrader A. (org.). Homem e Natureza na Amazônia. Tübinger Geographische Studien 95. Tübingen (Alemanha), 1987. p. 367-85.
- KOHLHEPP, Gerard. Impactos regionais de "Grandes Projetos" e possibilidades de reorganização do espaço na periferia amazônica. In: KOHLHEPP, G. e SCHRADER, A. (org.). Homem e natureza na Amazônia. Tübinger Geografische Studien. Tübingen (Alemanha), 1987.
- LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2(1):41-7, 1986.
- LEONELLI, Paulo A. O modelo energético no Brasil democrático. In: Cidadão, Estado e políticas no Brasil. Brasília: Depto de Sociologia da UnB, 1986. p. 179-201.
-

- LOBO, Marco A.A. Estado e capital transnacional na Amazônia: caso Albrás-Alunorte. Belém (PA): UFPA, 1989. (Dissertação de Mestrado).
- MAREWA (Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari). Decreto de Figueiredo mais um passo no processo genocida contra os Waimiri-Atroari. Itacoatiara (AM), 1982. (mimeo).
- MARTINS, Carlos E. O capitalismo de Estado e modelo político no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.
- MARTINS, José de S. O poder de decidir no desenvolvimento da Amazônia. Conflitos de interesse entre planejadores e suas vítimas. In: *Tübiger Beiträge zur Geografischen Lateinamerika - Forschung* no 3. Tübingen (Alemanha), 1987. p. 407-13.
- MARTINS, Luciano. Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- \_\_\_\_\_. Nação e corporação multinacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MONTICELI, João J. Usinas hidrelétricas: impactos sociais e ambientais e a elaboração de projetos. In: Hidrelétrica, ecologia e progresso. *Revista do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI*. Rio de Janeiro, 1989. p. 21-4.
- NASCIMENTO, Elimar P. do. Manaus: atores e espaço. Caxambú (MG), 1990. Trabalho apresentado no XIII Encontro da ANPOCS. (mimeo).
- NETO, Miranda M.J. de. O dilema da Amazônia. Belém (PA): Edições CEJUP, 1986. 2 ed.
- O'DONNELL, Guillermo. Contrapontos: autoritarismo e democratização. São Paulo: Vértice, 1986.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento político ou mudança política. In: PINHEIRO, P.S. (org.). Estado autoritário e movimentos populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 25-95.
- OFFE, Claus. Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. Amazônia, monopólio, expropriação e conflitos. Campinas (SP): Papirus, 1987.
- PEREIRA, Luis B. Estado e subdesenvolvimento industrial. São Paulo: Brasiliense, 1981. 2 ed.
- PINTO, Ernesto R.F. Como se produzem as Zonas Francas. Série: Seminários e Debates. Belém (PA): UFPA, 1987. (mimeo)
-

- PINTO, Lúcio F. Os Grandes Projetos e a crise. In: COSTA, José M.M. da. (org.). Os Grandes Projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Cadernos do NAEA. Belém (PA): UFPA, 1987, no 9. p. 164-7.
- POOLE, Alan D. et alii. Energia para o descobrimento da Amazônia. Contribuição ao projeto PNUD/SUDAM/SUFRAMA/BASA - Microcenários Amazônia 2010. São Paulo, 1990. (mimeo).
- PRELAZIA DE ITACOATIARA (AM) - Equipe de Pastoral Indigenista. Balbina é parte de um programa genocida. Itacoatiara, 1983. (mimeo).
- RIBEIRO, Gustavo L. Empresas transnacionais. Um Grande Projeto por dentro. Rio de Janeiro: ANPOCS/Marco Zero, 1991.
- \_\_\_\_\_. Quanto más grande mejor. Projectos de gran escala: una forma de producion vinculada a la expansion de sistemas económicos. In: Desarrollo Económico. Buenos Aires, 105(27):3-25, 1987.
- ROSA, Luiz P. et alii. Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos económicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: AIE/COPE/Editora Marco Zero, 1988. (Coedição com o CNPq).
- ROVERE, Emilio L. 1a. A sociedade tecnológica e democracia e o planejamento. In: GOLDENBERG, Mirian. Ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Editora Revon, 1992. p. 77-104.
- \_\_\_\_\_. O planejamento do setor elétrico brasileiro. Principais problemas. In: Revista Travessia - CEM (Centro de Estudos Migratórios). São Paulo, ano 6, 6:12-7, 1990.
- SADER, Eder. Um rumor de botas. A militarização do Estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982.
- SANTOS, Sílvio C. dos. Barragens e questão sócio-ambientais no Brasil. (Preparado para o Seminário "Selvas Tropicales"). San Cristobal de las Casas (México), 8-12.12.1992a. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. Metodologia para o estudo de projetos de desenvolvimento e suas implicações políticas. O caso das hidrelétricas. In: ARANTES, Antônio A. et alii (orgs.). Desenvolvimento e direitos humanos. A responsabilidade do antropólogo. Campinas (SP): Editora Unicamp, 1992b. p. 81-101.
- \_\_\_\_\_ e NACKE, Aneliese. Povos indígenas e desenvolvimento na Amazônia. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. 8(3):71-84, 1988.
- SANTOS, W. Guilherme dos. Sessenta e Quatro: anatomia da crise. São Paulo: Vértice, 1986.



SAUTCHUK, Jaime. Um desastre chamado Balbina. In: *Jornal "Classe Operária"*. São Paulo, 06.04.1989.

SCHERER, WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER, WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo J. (org.). *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35-53.

\_\_\_\_\_. *Projetos de grande escala. A ocupação do espaço e a reação popular*. (Trabalho apresentando no XII Encontro Anual da ANPOCS, Aguas de S. Pedro (SP), out., 1988 e no XV Internacional Congress of LASA, Miami (USA), 1989. (mimeo).

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais rurais e o meio ambiente*. (Apresentado no IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente). Florianópolis, 1990. (mimeo).

\_\_\_\_\_. REIS, Maria José e BLOEMER, Neusa M. Alto Uruguai: migração forçada e a reatualização da identidade camponesa. In: *Revista Travessia - CEM (Centro de Estudos do Migrante)*. São Paulo, 6:29-30, 1990.

SCHWADE, Egydio. Hidrelétrica de Balbina contra índios e lavradores. In: *Revista de Cultura Vozes*, 79(LXXIX):39-43, 1985.

\_\_\_\_\_. Nas terras Waimiri-Atroari projetos de morte. In: *Revista Travessia - CEM (Centro de Estudos do Migrante)*. São Paulo, 6:39-43, 1990.

SCHWARTZMANN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. 3 ed.

SEVA Fg. A. Oswaldo. *Ecologia ou política no Xingú?*. Ensaio sobre o esforço intelectual, os significados das barragens, o espetáculo da mídia e as correlações de forças. (Apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS). Caxambú (MG), 1989. (mimeo).

\_\_\_\_\_. "Quem inventa o pânico que se explique, quem sofre a ameaça que se organize ...". Contribuição indionada para o debate sobre as tecnologias alternativas, no caso das grandes barragens. In: *Hidrelétrica, ecologia e progresso. Revista do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI*. Rio de Janeiro, 1989. p. 11-20.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 1986. 14 ed.

SHELTON, H. Davis. *Vítimas do milagre. O desenvolvimento e os índios no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

- SILVA, Ferreira da M. Carta enviada ao Presidente da ABA. Campinas (SP), 1992.
- SINGER, Paul. Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia. In: REIS, Fábio W. e O'DONNELL, Guilherme. *A democracia no Brasil. Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- SOUZA, Márcio. *A expressão amazônica do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O empate contra Chico Mendes*. São Paulo: Marco Zero, 1990. 2 ed.
- TUPIASSU, Alves A. Os grandes projetos da Amazônia e a questão regional-nacional do Brasil. In: COSTA, Monteiro José da. (org.). *Os grandes projetos da Amazônia. Impactos e perspectivas. Cadernos do NAEA*. Belém (PA):UFPA, 9:149-63, 1987.
- VAINER, Carlos B. *A inserção regional dos grandes aproveitamentos hidrelétricos*. Uma discussão das posições emergentes no setor elétrico. (Apresentado no IV Encontro Nacional da ANPUR). s/d. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. *Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento territorial*. In: MARGULIS, Sérgio. *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990. p. 179-211.
- VIEIRA, Ivânia. Antes da hidrelétrica Balbina já é cidade. In: *Jornal "A Notícia"*. Manaus, 01.03.1983.
- VIOLA, Eduardo J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian. *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revon, 1992.
- WORLD BANK. *The world Banks New Policy on the environmental aspects of DAM and reservoir projects*. Congress: "Research needs and strategies for the self-sustained development of the Amazon. Manaus (Brazil), 28-31 august - 1989.
- JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. O risco é criar um lago podre e morto. 22.06.1987.
- \_\_\_\_\_. *Indenização por invasões*. 29.09.1991.
- JORNAL DO COMERCIO. Manaus. FMI ameaça paralisar as obras de Balbina. 11.06.1985.
- JORNAL "A CRITICA". Manaus. Domingos quer o povo na luta por hidrelétrica. 13.03.1980.
-

- 
- \_\_\_\_\_. Fábio Lucena denuncia desativação de Balbina.  
21.04.1980.
- \_\_\_\_\_. Descoberto erro de cálculo nos lagos de Tucuruí e  
Balbina. 27.12.1982.
- \_\_\_\_\_. Balbina é salvação da crise. 12.06.1985.
- \_\_\_\_\_. Um golpe da Nova República. 12.06.1985.
- \_\_\_\_\_. Sarney recebeu apelo para salvar as obras de Bal-  
bina. 12.06.1985.
- \_\_\_\_\_. Bancada unida na luta por Balbina. 27.12.1983.
- \_\_\_\_\_. Sarney garante que Balbina continua. 14.06.1985.
- \_\_\_\_\_. Federação é contra o fim da hidrelétrica.  
14.06.1985
- \_\_\_\_\_. Não há definição sobre os cortes de Balbina.  
19.06.1985.
- \_\_\_\_\_. Burlaram o Amazonas no caso de Balbina.  
22.12.1987.
- \_\_\_\_\_. Balbina terá apenas três anos de vida útil.  
20.07.1979.
- JORNAL "DIARIO DO AMAZONAS". Manaus. Mais apelo para salvar Balbina.  
14.06.1985.
- JORNAL "FOLHA DE SAO PAULO". São Paulo. A hidrelétrica de Balbina.  
13.07.1979.
- \_\_\_\_\_. O que é conversão de dívida por nature-  
za. 23.03.1989.
- \_\_\_\_\_. Amazonas I. 24.06.1992.
-

**ANEXO I**

---

## ROTEIRO DE ENTREVISTA

### I - IDENTIFICAÇÃO

- I.1 - Formação.
- I.2 - Ocupação ou função que exerce e já exerceu.
- I.3 - Origem (proveniência). Se de outro Estado ou país.
  - a) Há quanto tempo está em Manaus.
  - B) Razão da vinda.

### II - CONHECIMENTO DA HIDRELETRICA DE BALBINA

- II.1 - Tempo de acompanhamento das obras de Balbina.
- II.2 - Através de que órgãos (imprensa, documentos, pesquisa, ligação com a empresa) acompanhou o projeto.
- II.3 - Quais as razões que motivaram a construção.
- II.4 - Quais as interferências (forças econômicas, políticas, técnicas) que atuaram na concepção e execução de Balbina.
- II.5 - Quais as dificuldades para a execução do projeto.
- II.6 - Quais as forças que se opuseram. Através de que mecanismos.
- II.7 - Quais os benefícios trazidos por Balbina. Para quem.
- II.8 - Quais as consequências negativas. Para quem.
- II.9 - A obra concluída está além ou aquém das expectativas.

### III - CONSIDERAÇÕES GERAIS

- III.1 - Como vê a desenvolvimento brasileiro e a participação do Amazonas.
  - III.2 - O que Balbina significa para o desenvolvimento regional, local e nacional.
-